

# CDOC

Revista do Laboratório de Pesquisa CDOC-ARREMOS

## VOLUME 4 EDIÇÃO ANAIS 2019



IV SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM  
CULTURA DOCUMENTAL, RELIGIÃO E  
MOVIMENTOS SOCIAIS

REALIZADO EM 03 E 04 DE SETEMBRO DE  
2019

# ANAIS

IV Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião  
e Movimentos Sociais  
Realizado em 03 e 04 de Setembro de 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)  
Laboratório Multidimensional de Estudos sobre Cultura Documental, Religião e  
Movimentos Sociais  
RIO DE JANEIRO  
2022

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH  
Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos – DEPA

G892a Grupo de Pesquisa Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais

Anais [recurso eletrônico] / 4º Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais, 3 e 4 de set. 2019 / Rio de Janeiro – UNIRIO, 2022. 163 p.

Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/cdocarremos/publicacoes>

ISSN: 25266144

1. Cultura Documental. 2. Religião. 3. Movimentos Sociais. 4. Ditadura.

## **CONSELHO EDITORIAL**

**Promoção e Realização/ Promotion and organization:** Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais

### **Comissão Científica/ Academic Committee:**

#### **Dr<sup>a</sup>. Alejandra Luisa Magalhães Estevez**

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2005) e mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008), no qual debruçou-se sobre o estudo da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária (ACO). É doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), onde investigou a atuação de líderes católicos na Diocese de Volta Redonda/ Barra do Piraí (1966-2010) e sua relação com o movimento sindical. Seus interesses acadêmicos concentram-se no domínio das investigações sobre História Social do Trabalho, Ditadura Civil-Militar no Brasil, Memória Social, Ação Coletiva, Movimentos Sociais, relação Igreja-Estado e História Oral. É pós-doutora pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil Contemporâneo da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), onde investigou as intervenções sindicais ocorridas durante os primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira. Atualmente é pesquisadora da Subcomissão da Verdade na Democracia, vinculada à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (CDH-ALERJ).

#### **Dr<sup>a</sup>. Andréa Lucia da Silva de Paiva**

Professora Adjunta Nível III do Departamento de Ciências Sociais da UFF/ Polo de Campos dos Goytacazes. Doutora em Ciências Humanas com concentração em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO (2004). Bacharel e licenciada no curso de Ciências Sociais da UFRJ (2000) onde se especializou em pesquisa na sobre memória e patrimônio. Recentemente, vem trabalhando nas linhas de pesquisa "Ensino de Sociologia e Sociologia da Educação" e "Memória, religiosidade e Educação".

#### **Dr<sup>a</sup>. Jacqueline Ribeiro Cabral**

Atua como docente adjunta no Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS/UFF). Realizou estágio pós-doutoral em Sociologia no IUPERJ como bolsista da CAPES (2014-2015), e obteve os títulos de Doutorado em História das Ciências e da Saúde pela Fiocruz (2012), Mestrado em História pela UERJ (2003), Especialização em História do Brasil pela UFF (2001), Bacharelado e Licenciatura em História também pela UFF (1999), e Bacharelado em Arquivologia pela UNIRIO (2015). Possui experiência profissional em história das ciências e seus interesses de pesquisa dentro do campo informacional são: acervos pessoais, arquivos e direitos humanos, arquivos e sociedade, história dos arquivos e da arquivologia, memória social e relações de gênero. Integrante

dos grupos Informação, Memória e Sociedade - IMeS (IBICT) e Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros - Degenera (UERJ), ambos cadastrados no CNPq.

#### **Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos**

Doutor em história pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador e diretor da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz. Formado em história pela PUC-Rio, possui experiência na área de arquivologia com passagens pelo Arquivo Nacional e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde foi diretor. Atuou ainda no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Integra o Conselho Consultivo da revista Informação Arquivística da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ). É professor permanente dos cursos de mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Coordena a Comissão Permanente do Acesso à Informações (CPAI) da Fiocruz. Publicou livros, artigos e outros trabalhos sobre os seguintes temas: arquivos e memória; arquivos pessoais de cientistas; gestão de documentos e arquivos de instituições de ciência & tecnologia e saúde; e história da arquivologia no Brasil. Além destes temas, tem interesse no estudo das relações entre arquivologia, arquivos, transformações do Estado e gestão pública.

#### **Dr. Ricardo Medeiro Pimenta**

Pesquisador Associado do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ) e Professor Colaborador do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (COC/FIOCRUZ). É Historiador graduado (2003) pela Universidade Gama Filho - UGF com pós-graduação em História do Brasil (2005) pela Universidade Cândido Mendes - UCAM. Possui mestrado em Memória Social e Documento (2006) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ? UNIRIO, e doutorado em Memória Social (2010) pela mesma instituição, com estágio doutoral (2007 - 2008) na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS de Paris. É Pesquisador Associado do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento (LIINC/UFRJ) e membro da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS). Durante o biênio de 2012-2014 foi membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, no Arquivo Nacional. É líder do Grupo de Pesquisa &quot;Informação, Memória e Sociedade&quot;, registrado no diretório do CNPq, e participa como pesquisador de outros grupos como: &quot;Estudos e Práticas de Preservação Digital&quot;, &quot;Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i)&quot; e &quot;Lavits: Rede Latino Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade&quot;. Tem interesse no campo de diálogos e análises sobre informação, memória e seus lugares/dispositivos; aspectos políticos e econômicos do controle da informação; seus mecanismos de vigilância (surveillance); e ciberespaço em perspectiva sociológica e histórica. Possui interesse nas reflexões concernentes ao papel

do documento e da tecnologia para os estudos sobre a Memória, o Esquecimento e as Humanidades Digitais. Pesquisa atualmente (1) os aspectos tecnopolíticos e culturais da visibilidade informacional na hipermodernidade e (2) a construção e usos do conceito de informação pela Escola Nacional de Informações (EsNI), durante a Ditadura Militar.

**Comissão Organizadora/ Organizing Committee:**

**Bruno Ferreira Leite**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**João Marcus Figueiredo Assis**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Patricia Ladeira Penna Macêdo**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Apoio/Support:**

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROExC UNIRIO

Pró Reitoria de Pós-graduação e pesquisa – PROPG UNIRIO

**Editoração e Diagramação/ Editing and Diagraming:**

**Catarina Costa Coelho Alves**

Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais

**Contato / Contact:**

Grupo de Pesquisa Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais

Avenida Pasteur, 458, Sl 208, CCH- Urca, Rio de Janeiro – Brasil

CEP: 22290-255

Telefone: +55 21 2542-1053

E-mail: [grupocdocarremos@gmail.com](mailto:grupocdocarremos@gmail.com)

## PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

03 de Setembro de 2019

**16:00-17:30**

**Mesa 1: Cultura Documental: Aspectos teóricos e técnicos**

**Mediação:** Thayron Rodrigues Rangel (Arquivo Nacional)

<b>Título do Trabalho</b>	<b>Apresentador</b>
O anti-insulamento burocrático e os desafios epistemográficos.	Rodrigo Piquet Saboia de Mello
O gênero e a idade dos italianos que desembarcaram no porto do Rio de Janeiro no período 1888-1889: uma análise arquivística sobre as listas de vapores.	Cecilia de Araujo Capetine Fiore
A um clique de distância: o @persona.arq e os novos paradigmas de divulgação de arquivos pessoais.	Patricia Ladeira Penna Macêdo; Rafaella de Souza Serafim; Kalila de Oliveira Bassanett

**17:30 – 19:00**

**Mesa 2: Religião e movimentos sociais: aspectos infocomunicacionais**

**Mediação:** Gabriel Silva Rezende (PUC-Rio Doutorando em Ciências Sociais)

<b>Título do Trabalho</b>	<b>Apresentador</b>
Memórias esquecidas e silenciadas: a igreja católica e a resistência operária em Volta Redonda durante a ditadura Civil-Militar (1964-1979)	Márcio Goulart Coutinho
A JOC e a formação da frente operária em Volta Redonda (1969-1971)	Luis Felipe Nunes Silva
As mutações no campo religioso angolano: surgimento do tocoísmo como impulsionador dos movimentos sociais pro-independência.	Armindo Feliciano de Jesus

**19:30 – 21:00**

**Mesa 3: Práticas Sociais e Produções Documentais: arquivo e memória**

**Mediação:** Aluf Alba Elias (Coordenadora Geral do Processamento e Preservação do acervo do Arquivo Nacional)

<b>Título do Trabalho</b>	<b>Apresentador</b>
Instituições públicas de ensino superior, a preservação da memória e identidade contida nos arquivos pessoais e suas práticas burocráticas: uma reflexão necessária.	Alice Veridiana de Sousa
Impacto político e social da Comissão Nacional da Verdade e de seu relatório final na sociedade brasileira.	Dayo de Araújo Silva Côrbo
Possibilidades reflexivas: análises arquivísticas sobre os contextos de produção de documentos do período ditatorial.	Fernanda de Moraes Costa; João Marcus Figueiredo Assis
A biblioteca proibida: censura a livros em universidades brasileiras durante o regime militar (1964-1985).	Paula Ribeiro Igreja; Joaci Pereira Furtado

*04 de Setembro de 2019*

**Mesa de Lançamentos: (17:30)**

- **Thayron Rodrigues Rangel e Ramon Maciel Ferreira** convidam para o lançamento do livro *Memórias da Ditadura: A Arquivologia e o direito ao acesso*, dos quais são organizadores.
- **João Marcus Figueiredo Assis** convida para o lançamento do livro *Educação e Memória*. Seguindo os percursos da história, organizado por ele e por outros colegas.
- **Patrícia Ladeira Penna Macêdo** convida para o lançamento da Revista *CDOC*, revista do Laboratório de Estudos em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais.

**IX Mesa Redonda Arquivo, Memória e Ditadura (19:30)**

Com a presença de Flávia Castro – Cineasta, Roteirista e diretora de filmes como *Diário de uma busca*, *Deslembro* – entre outros trabalhos.

Apresentação e Mediação: Prof. João Marcus Figueiredo Assis

**Exposição dos Dez anos de CDOC-ARREMOS**

Durante os dias da Jornada, será realizada a exposição dos dez anos do Grupo de Pesquisa CDOC-ARREMOS no hall de entrada do auditório Tércio Pacitti.

## SUMÁRIO

- 3** **Conselho Editorial**  
Promoção e Realização; Comissão Científica; Comissão Organizadora; Apoio e Contato
- 6** **Programação**
- 10** **Apresentação**  
João Marcus Figueiredo Assis
- 12** **O anti-insulamento burocrático e os desafios epistemográficos**  
Rodrigo Piquet Saboia de Mello
- 23** **A um clique de distância: o @persona.arq e os novos paradigmas de divulgação de arquivos pessoais**  
Patricia Ladeira Penna Macêdo; Rafaella de Souza Serafim; Kalila de Oliveira Bassanett
- 34** **Memórias esquecidas e silenciadas: a igreja católica e a resistência operária em Volta Redonda durante a ditadura Civil-Militar (1964-1979)**  
Márcio Goulart Coutinho
- 53** **A JOC e a formação da frente operária em Volta Redonda (1969-1971)**  
Luis Felipe Nunes Silva
- 74** **Instituições públicas de ensino superior, a preservação da memória e identidade contida nos arquivos pessoais e suas práticas burocráticas: uma reflexão necessária**  
Alice Veridiana de Sousa
- 124** **Impacto político e social da Comissão Nacional da Verdade e de seu relatório final na sociedade brasileira**  
Dayo de Araújo Silva Côrbo
- 143** **A biblioteca proibida: censura a livros em universidades brasileiras durante o regime militar (1964-1985)**  
Paula Ribeiro Igreja; Joaci Pereira Furtado



## APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos a edição 2019 da Revista CDOC. Atravessamos tempos difíceis de pandemia, os quais exigiram de nossa Equipe renovadas atitudes e pensamentos, adequações e readequações. Esses tempos exigiram um fortalecimento interno, a formação mais aprofundada sobre a própria situação pessoal e coletiva. Tivemos que fazer opções que nos conduziram ao entendimento de que teríamos que fazer escolhas e nos voltar para algumas situações de urgência. Nesse sentido, a edição da revista foi protelada em função dessas urgências.

Superamos as adversidades, mantivemos a unidade interna, refizemos e reinventamos caminhos. Nosso compromisso de promover serviços formativos, investigativos e de divulgação da produção científica em torno dos Arquivos foi mantida, apesar das adversidades.

Apresentamos, nesta edição, resultados parciais de pesquisa, reflexões iniciadas ou concluídas em torno dos eixos que nos envolvem no Laboratório CDOC-ARREMOS. Esta edição disponibiliza debates relevantes sobre os aspectos sociais e técnicos que envolvem os trabalhos com documentos arquivísticos, a pesquisa documental, a reflexão sobre os movimentos sociais na contemporaneidade e os desdobramentos no universo da articulação religiosa.

Esses temas, que envolvem o fazer acadêmico do Laboratório e de pesquisadoras e pesquisadores próximas e próximos a nós são cada vez mais necessários. Essas temáticas atuais estão envolvidas com o compromisso da manutenção da cidadania e da democracia, no qual os documentos arquivísticos se apresentam como instrumentos fundamentais nos processos comunicativos e informacionais.

Neste número apresentamos trabalhos interessantes que ilustram o compromisso da Revista CDOC com a divulgação de reflexões fundadas nos princípios arquivísticos a partir da condição social dos registros documentais, da memória social e dos processos religiosos e sócio culturais dos Arquivos. Nesse sentido, os eixos estruturantes das investigações acadêmicas delineiam temáticas em torno da religião, dos movimentos sociais e dos arquivos. As temáticas refletem interesses de análise que atualizam o fazer acadêmico e profissional em torno dos Arquivos, da Arquivologia, da História, das Ciências Sociais, entre outros campos convergentes.

Nesta edição trazemos trabalhos como o de Rodrigo Piquet Mello, intitulado “O anti-insulamento burocrático e os desafios epistemográficos”, que traz como objetivo o questionamento acerca da dinâmica contraditória produzida por agentes do Estado envolvidos em questões indígenas e suas relações com o acesso à informação e ao fortalecimento de processos burocráticos. O trabalho denominado “Memórias esquecidas e silenciadas: a Igreja Católica e a resistência operária em Volta Redonda durante a ditadura civil-militar (1964-1979)”, de autoria de Márcio Coutinho, debate formas de luta e de resistência da Igreja Católica, do movimento operário e de organizações revolucionárias em Volta Redonda, entre os anos de 1964 a 1979.

O artigo de Patrícia Penna, Rafaella Serafim e Kalila Bassanett aborda a questão da difusão de Arquivos Pessoais a partir da apresentação de novos paradigmas apontados no trabalho desenvolvido em torno do da rede social instagram, pelo perfil @persona.arq. O artigo de Luís Felipe Silva, por sua vez, apresenta aspectos da formação da Frente Operária em Volta Redonda, durante os anos de 1969 e 1971, ressaltando a participação de militantes da Juventude Operária Católica (JOC). O relevante tema da censura a livros durante o período ditatorial no Brasil nos é trazido por Paula Igreja e Joaci Furtado no texto intitulado: “ A biblioteca proibida: censura a livros em universidades brasileiras durante o regime militar (1964-1985). Ainda sobre o tema da ditadura, Dayo Côrbo nos traz reflexões importantes sobre o trabalho da Comissão Nacional da Verdade e o resultado de seu levantamento apresentado no seu Relatório Final.

O artigo de Alice Veridiana de Souza apresenta elementos relevantes sobre o tratamento da preservação de Arquivos Pessoais em instituições públicas de Ensino Superior. Voltou-se para a presença de acervos arquivísticos privados em instituições de ensino superior públicas e a importância de se instituir procedimentos específicos para aquisição e tratamento de arquivos pessoais.

A satisfação que temos em apresentar esse número da Revista se traduz na qualidade dos textos, na amplitude e diversidade das temáticas, na seriedade de autoras e autores e de avaliadoras e avaliadores que nos acompanham. Boa leitura.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 2022.  
João Marcus Figueiredo Assis  
Arquivista e Sociólogo. Professor da UNIRIO  
Coordenador do Laboratório CDOC-ARREMOS



## O ANTI-INSULAMENTO BUROCRÁTICO E OS DESAFIOS EPISTEMOGRÁFICOS

Rodrigo Piquet Saboia de Mello\*

**Resumo:** O presente trabalho refletirá sobre o conceito de anti-insulamento burocrático como uma postura autônoma dos agentes do Estado frente a interferências alhures e com a postura epistemográfica focada no indigenismo e demais movimentos sociais. Tais dinâmicas podem contribuir para uma democratização do acesso à informação depositada em repositórios do Estado, assim como no aprofundamento pelos direitos humanos, em especial, no que concerne ao indigenismo brasileiro.

**Palavras-Chave:** Anti-insulamento burocrático. Informação. Democracia.

**Abstract:** This paper will reflect on the concept of bureaucratic anti-isolation as an autonomous posture of state agents in the face of interference elsewhere and with the epistemographic posture focused on indigenism and other social movements. Such dynamics can contribute to a democratization of access to information deposited in state repositories, as well as to the deepening of human rights, especially with regard to Brazilian indigenism.

**Keywords:** Bureaucratic anti-insulation. Information. Democracy.

---

\* Doutor em Ciência da Informação. Servidor público estatutário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no cargo de Indigenista Especializado lotado no Núcleo de Informação Científica (NUIC) do Museu do Índio.

## 1. Introdução

Podemos estabelecer que o processo de documentação detém uma série de fases, iniciando pelo registro, passando pelo processamento técnico até se chegar ao público alvo, sejam pesquisadores interessados sobre a temática indígena ou até mesmo pelos próprios povos indígenas. Tais informações disponibilizadas representam as aparições outrora opacas em repositórios de natureza pública e nas hodiernas experiências informacionais produzidas e gerenciadas pelos próprios povos indígenas brasileiros que será brevemente apresentada aqui neste ensaio.

Apesar da natureza informacional dos repositórios produzidos e gerenciados pelo Estado possuírem uma relação de monopólio do exercício do poder estatal para com os grupos vigiados, neste ensaio proposto vamos compreender de que maneira os povos indígenas estão se relacionando com as informações produzidas sobre eles, de que forma tal entendimento se faz representar de maneira inteligível, construindo possibilidades no fomento não apenas de novas práticas documentárias, como também na construção de um perspectivismo informacional nas tecnologias de informação e comunicação (TICs) se relacionam.

Quando da gênese do conceito de perspectivismo informacional, nos apoiaremos no marco teórico produzido pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e o seu perspectivismo ameríndio, que tem por fito a “concepção, comum a muitos povos do continente, segunda a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas ou não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos.” (CASTRO, 1996, p. 116). Ou seja, é possível inferir que tal definição represente uma nova compreensão na relação existente entre humanos e não-humanos, ou seja, como os:

[...] humanos vêem os animais e outras subjetividades que povoam o universo - deuses, espíritos, mortos, habitantes, de outros níveis cósmicos, fenômenos meteorológicos, vegetais, às vezes mesmo objetos e artefatos -, é profundamente diferente do modo como esses seres os vêem e se vêem (CASTRO, 1996, p. 117).

Portanto, assim como seres humanos observam determinados fenômenos, como aqueles de natureza informacional, também é possível vislumbrar a construção de tais conhecimentos de natureza etnológica, perfazendo novas compreensões de grupos não habituados no tratar de repositórios informacionais que venham a reelaborar aspectos

comportamentais frente às novas dinâmicas sociais e informacionais vigentes na contemporaneidade.

O objetivo do estudo em tela é indagar acerca da dinâmica contraditória que os agentes do Estado detêm quando do empoderamento fruto do exercício da função pública e a aderência ao indigenismo e movimentos sociais no acesso à informação, assim como ao fortalecimento do processo democrático brasileiro e a constituição de outras lógicas distintas com o fito de aglutinar forças ainda distantes da seara estatal.

## **2. O anti-insulamento burocrático e suas nuances**

Um ponto que merece destaque para essa exacerbação do desenvolvimento das TICs no âmbito governamental e, em especial, dos repositórios institucionais está na eliminação do insulamento burocrático (NUNES, 2003; CAVALCANTE; LOTTA; OLIVEIRA, 2018) que seria um estado em que a burocracia pública retorna a uma dependência frente ao controle do político, caracterizado por interesse ora partidário, ora de cunho pouco ou nada conectado as demandas da sociedade.

Outro conceito também importante para entender este processo endogâmico que a burocracia profissional do Estado performa para defesa profissional/institucional seria os anéis burocráticos (CARDOSO, 1993). Este tipo de insulamento procura afastar a ação pouco republicana de partidos políticos no seio da máquina pública e apresentar um “[...] grau maior de sofisticação; as relações políticas centralizam-se ainda mais no interior do Estado e na figura dos funcionários públicos tecnocratas.” (MATTOS, 2006, p. 145).

Com as emergências galaxiais de transformações das formas de se comunicar e informar no mundo mais o advento da rede mundial de computadores ocorrem um movimento inexorável de anti-insulamento burocrático. Desta maneira, poderes instituídos funcionalmente na estrutura do Estado são obrigados a ressurtir em função da visibilidade informacional (PIMENTA, 2016) vertical dos sistemas eletrônicos de informação postos em prática.

No modelo de funcionamento do Estado prevalece um exclusivo informacional sobre os seus súditos. A forma de se comportar da burocracia estabilizada na formação dos Estados Nacionais são adjetivadas pela informação e segredo. Neste mesmo sentido:

Toda burocracia busca aumentar a superioridade dos que são profissionalmente informados, mantendo secretos seu conhecimento e intenções. A

administração burocrática tende sempre a ser uma administração de “sessões secretas”: na medida em que pode, oculta seu conhecimento e ação da crítica (WEBER, 2008, p. 269).

O poder que a burocracia detém não advém necessariamente da investidura funcional do exercício do cargo público. Servidores públicos da informação que labutam em repositórios institucionais guardam para si, por exemplo, a responsabilidade de determinar o que será selecionado para as gerações futuras, assim como o que será acessado e por quem.

## **1. Uma visão ameríndia do processo informacional**

Aqui será esmiuçada a tentativa de uma nova conceituação do que está sendo chamado por perspectivismo ameríndio documentário, adotando uma postura sentida como uma “teoria de que o universo é povoado de intencionalidades extrahumanas dotadas de perspectivas próprias” (CASTRO, 1996, p. 119). Mas o que significaria esta perspectiva própria para além dos humanos?

Na hodiernidade, são observadas grandes transmutações dos fluxos informacionais que podem se mover com a velocidade do sinal eletrônico (BAUMAN, 2001). Isto significa que a ação do registro informacional não se restringe a ações documentárias orientadas, como agências de notícias ou grandes produtoras de filmes. Em virtude do processo de autonomização documentário e informacional, por consequência do desenvolvimento das TICs, indivíduos podem hoje, a título de ilustração, ir a uma passeata realizar o registro do evento político, a edição daquele fenômeno político-social, a realização de upload numa dada rede social e o resultado do produto ganhar uma dimensão nunca antes imaginada. Numa abordagem mais conservadora sobre a organização informacional, poderíamos afirmar que:

A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável. A razão disso recai em nossa qualidade de seres humanos, isto é, nas limitações do nosso aparelho sensorial. Somos incapazes de transcender o limite de nossos sentidos – com todo respeito aos místicos e adeptos da percepção extra-sensorial (MCGARRY, 1999, p. 11).

Agora, vamos imaginar como se dá este processo de autonomização do produto realizado, ou seja, da informação. Antes, somente instituições com legitimidade social poderiam disseminar informações de uma dada passeata. Na contemporaneidade, não há mais um controle deste fazer documentário, transmutando a informação inicialmente

produzida para veredas antes nunca imaginadas. Em um pensar perspectivista, seria afirmar que a informação ganha uma vida extrahumana, existindo para além dos seres humanos enquanto estiverem inscritos em processos maquínicos de divulgação informacional. Vejamos uma passagem que incensa tal fenômeno:

Tipicamente, os humanos, em condições normais, vêem os humanos como humanos, os animais como animais e os espíritos (se os vêem) como espíritos; já os animais (predadores) e os espíritos vêem os humanos como animais (de presa), ao passo que os animais (de presa) vêem os humanos como espíritos ou como animais (predadores). Em troca, os animais e espíritos se vêem como humanos: apreender-se como (ou se tornam) antropomorfos quando estão em suas próprias casas ou aldeias, e experimentam seus próprios hábitos e características sob a espécie da cultura – vêem seu alimento como alimento humano (os jaguares vêem o sangue como cauíim, os mortos vêem os grilos como peixes, os urubus vêem os vermes da carne podre como peixe assado etc), seus atributos corporais (pelagem, plumas, garras, bicos etc.) como adornos ou instrumentos culturais, seu sistema social como organizado do mesmo modo que as instituições humanas (com chefes, xamãs, festas, ritos, etc.) (CASTRO, 1996, p. 117).

Após esta alongada passagem e com licença de uma colonização da hipótese, deduzo que o fenômeno informacional de natureza etnológica também não carece de certo perspectivismo que permite conduzir num processo em que assim como o documentalista vê a informação como um processo com um fito específico, também a própria informação ganha uma natureza própria, em que vêem os usuários de unidades de informação como seres passivos, e não ativos, no recuperar informacional.

A informação na contemporaneidade ganharia uma vida para além dos seus repositórios e de seus gestores, ou seja, documentalistas que trabalham em instituições de memória que tem por objetivo documentar produtos culturais como livros, arquivos, filmes e objetos tridimensionais. Destarte, é como se a informação granjeasse uma substância de sobrevivência para os seres humanos, os dominando e criando redes de apoio e replicação.

A relação sujeitada que está em curso entre seres humanos e informação, partindo de um novo eixo de pensamento perspectivista, pode gerar também um processo de servidão, em que produtores do conhecimento, seja de natureza científica, seja de natureza etnológica, ficam subordinadas em relação à criatura, quase reportando a um tipo de ficção científica, agora do plano real. Logo:

Na servidão maquínica, o indivíduo não é mais instituído como sujeito (capital humano ou empresário de si). Ao contrário, ele é considerado uma peça, como uma engrenagem, como um componente de agenciamento “empresa”, do agenciamento “sistema financeiro” do agenciamento mídia, do agenciamento “Estado Providência” e seus “equipamentos coletivos de subjetivação” (escola, hospital, museu, teatro, televisão, internet, etc). O indivíduo “funciona” e é

submetido ao agenciamento do mesmo modo que as peças técnicas, que os procedimentos organizacionais, que os sistemas de signos, etc (LAZZARATO, 2010, p. 168).

Seria possível supor que a ação documentária etnológica também possui um componente de agenciamento, um agenciamento documentário, do “sistema informacional” em que sujeitaria povos indígenas e demais grupos que tenham desejo ou necessitam serem protagonistas de processos de documentação/informacional. Seria como se a informação fagocitasse criaturas que viessem a desafiar o fluxo informacional impar adquirido na hodiernidade. A partir de um olhar perspectivista ameríndia documentária, a informação observa o indivíduo como um meio para se reproduzir e se espalhar por redes e demais meios de comunicação e informação.

Outro ponto passível de ser problematizado quando deste inovador perspectivismo informacional seria a sedução que a informação (ou a memória!?) tem exercido a povos antes excluídos da seara informacional. Logo:

Neste sentido, práticas de memória nacional e locais contestam os mitos do cibercapitalismo e da globalização em sua negação de tempo, espaço e lugar. Sem dúvida, desta negociação emergirá finalmente alguma nova configuração de tempo e espaço. As novas tecnologias de transporte e comunicação sempre transformaram a percepção humana na modernidade. Foi assim com a ferrovia e o telefone, com o rádio e o avião, e o mesmo será verdade também quanto ao ciberespaço e o cibertempo. As novas tecnologias e as novas mídias também sempre vêm acompanhadas de ansiedades e medo, os quais, mais tarde, se mostrarão injustificados ou até mesmo ridículos. A nossa época não será exceção (HUYSSSEN, 2000, p. 36).

Partindo de uma imaginação sociológica (MILLS, 1975) em que a ação de informação partiria de uma distopia quando percebida em sociedade, e, evidente, o fenômeno informacional como um vetor uniformizante reducionista, por exemplo, quando é afirmado que a informação é um desdobramento de saber/poder (FOUCAULT, 1999). Para além da relação de saber/poder existente quando da ação informacional, a própria informação ganhou em tempos da época presente uma existência própria, perspectivamente rica quando não temos mais como ter a garantia para qual intento ela será (re) utilizada.

## **2. Desafios epistemográficos informacionais**

Não é a mera existência de construtos informacionais da modernidade que a sociedade estará empoderada para um aprofundamento democrático. Há uma escolha dentre alternativas que se demonstram temerosas: um primeiro modelo seria um

insulamento em que a burocracia pode exercitar um modelo de excelência, combatendo assim escolhas pesadas no manejar da coisa pública. Outra escola mais enredada no tempo presente são elites políticas encapsularem dinâmicas próprias de autonomização informacional e de feitos mais progressistas em sociedade. Ainda neste sentido sobre a democratização da informação:

A democratização da informação implicará necessariamente numa descentralização do controle bem como das responsabilidades, um aumento da participação na produção e recepção da informação e a expansão dos direitos e deveres relacionados com a divulgação. Entretanto, cabe pensar o papel do Estado nessa democratização não estatizante (ALMINO, 1986, p. 94).

A passagem acima exarada por João Almino (1986) realça a dinâmica da democratização da informação com um enfoque político, ou seja, não é uma política de Estado no campo das TICs, por exemplo, que acarretará uma maximização e qualificação da disseminação infocomunicacional. Os processos não estatizantes e o dilatamento de direitos sociais entram no bojo pelo entendimento da construção de paradigmas em repositórios e documentos de pesquisa. Saberes não hegemônicos, como os saberes indígenas, também podem ficar sedimentados na constituídos de outros modelos organizacionais.

A título de exemplo, uma categoria que emerge na problemática binômica que constitui Estado/sociedade no disseminar informacional em repositórios institucionais e o controle informacional é a epistemografia. Pensar outros conhecimentos, tão relevantes quanto aqueles produzidos no âmbito da ciência e tecnologia (C&T), como força de remodelamentos organizacionais são reflexões ímpares para um aprofundamento democrático desses acervos. Do modelo epistemográfico inferimos que “Do ponto de vista epistemográfico, todas as instâncias têm direito à razão e ao direito de transmiti-la em igualdade de condições.” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 104).

Os repositórios institucionais alocados na estrutura do Estado são tesouros informacionais de grupos os mais diversos: científicos, intelectuais, literários, indígenas e quantos estratos forem eleitos no momento da sua constituição como “dignos de serem preservados” (OLIVEN, 2003). A eleição foi feita, os capazes do poder temporalmente fizeram escolhas que resultaram na constituição de acervos estatais. Portanto, o acúmulo perenizou e agora entra um elemento mais complexo na requerida organização do conhecimento: como organizar, classificar e para qual intento.

Forjado no processo hegemônico do poder do Estado, como integrante de um processo informacional de “coleta, armazenamento e controle regulares da informação aplicada a fins administrativos” (BURKE, 2003, p. 111), os repositórios de instituições de pesquisa se tornaram mais porosos, fruto de dois processos desencadeados em quase simultaneidade: o progresso das novas tecnologias que dinamizou os fluxos da informação pelo mundo e a dinâmica democratização que experimentou a sociedade brasileira e, diga-se de passagem, no mundo todo com o fim do intitulado socialismo real no final do século XX.

Como já dizia Langridge (1977), a classificação como processo constituinte do labutar com documentos de pesquisa é o que transforma certa impressão em objetos reconhecíveis. Logo, classificar é uma necessidade no horizonte organizativo institucional. O desafio para profissionais da informação, cientistas e a sociedade em geral está na promulgação de um “[...] mecanismo classificatório propulsor de ideias plurais.” (SOARES; MARTIN; FRANCELIN, 2013, p. 62).

A recuperação da informação para a atividade científica é uma mola propulsora do conhecimento gerado por cientistas em todo o mundo. Há para cada repositório institucional um desenho organizacional que delimita o escopo do que poderá e deverá ser recuperado pelo sistema de recuperação da informação (SRI). Portanto, o delineamento é concebido por gestores da informação de uma dada instituição. Quando se problematiza a capacidade de fagocitar ideias plurais nas redes de informação está se tentando erigir um novo abarcamento info-classificatório, fundamental para grupos distantes dos poderes decisórios fundados na autoridade estatal. Ainda sobre este império da transversalidade:

Neste momento “pós-colonial”, os movimentos transversais, transnacionais e transculturais, inscritos desde sempre na história da “colonização”, mas cuidadosamente obliterados por formas mais binárias de narrativização, têm surgido de distintas formas para perturbar as relações estabelecidas de dominação e resistência inscritas em outras narrativas e formas de vida. Eles reposicionam e des-locam a “diferença” sem que, no sentido hegeliano, se atinja sua “superação.” (HALL, 2003, p. 107-108).

Outro elemento possível de se problematizar para uma melhor apreensão do fenômeno informacional que está em jogo é o intitulado “resto informacional” (FERNANDES, 2012). Dados de pesquisa e a própria comunicação informal não agarrada pelas redes estáveis e institucionais de informação como repositórios de organizações carecem de mecanismos de perenização. Seria o processo que sociedades

tradicionalmente orais, como povos indígenas, vivenciam na hodiernidade com o fito de estabelecer uma ponte segura para os fortes ventos de mudança cultural e de relacionamento com o mundo envolvente.

A perspectiva que instituições de pesquisa se abrem para o universo do conhecimento não hegemônico é fascinante, os ganhos são múltiplos e de lastro: instituições podem em colaboração criar novas metodologias de classificação e acesso aos acervos, grupos para além da comunidade acadêmica teriam maior facilidade de acesso aos repositórios e sinalizam, *per excellence*, que a produção científica está comprometida com as agendas sociais postas no século XXI.

Uma postura, como aqui chamada com a licença do neologismo, anti-insulâmica burocrática reverberaria para o modo como o corpo burocrático do Estado mira os grupos ainda distantes da sua alçada. Democratizar acervos e disseminar ativos informacionais é uma necessidade para uma sociedade transparente. Logo:

Neste sentido, a sociedade civil só é atuante e dinâmica quando participa do processo de democratização do Estado, sabendo da necessidade premente de uma maior descentralização de força nas mãos do nosso Leviatã Moderno, demandando e cobrando do Estado a transparência necessária para participar das informações e das decisões, que são para o bem comum da sociedade. Desta forma, somente assim ocorrerá um aprofundamento das novas relações das forças existentes no seio da sociedade brasileira no início do século XXI (MELLO; SOUZA, 2015, p. 49).

O estímulo à reflexão nesta seara do conhecimento é um norte a ser perseguido por aqueles interessados nas inovadoras e plurais capacidades da comunicação científica e dos modelos informacionais vigentes. Refletir sobre o universal não esquadrinhado em sistemas classificatórios sedimentados, como a Classificação Decimal Universal (CDU) do campo biblioteconômico é um incitamento a configurações sociais do início deste século. Destarte “A universalidade está no surgimento de quantos forem necessárias as epistemes surgidas pelo mundo.” (MELLO, 2019, p. 123).

O desafio epistemográfico concreto para a construção dos repositórios que contemplem as parcelas díspares que formam a vida em sociedade é grande. Pensar na lógica ocidental é aventar um caminho único e hegemônico, visto que “A unidade lógica, é, por excelência, inimiga do diverso .” (GARCÍA GUTÉRREZ, 2007).

### **3. Considerações finais**

A discussão aqui apresentada neste ensaio não pode ser concluída. Devido à inovação apresentada quando do deslindar do texto, assim como nas aberturas apresentadas de pesquisa, chegamos aqui a um limite daquilo que pode ser discutido e problematizado. Mais do que formar uma certeza dos caminhos da informação, ofertamos mais dúvidas do que assertivas quanto aos fenômenos pesquisados.

A constituição de novas configurações informacionais, como o fomento de modelos virtualizados de repositórios institucionais, pode ser um avanço no acesso à informação da sociedade. Porém, a própria sociedade deve deter uma cultura cívica e vigilante para que as informações dispostas em ambiente *online* não se tornem um elemento de controle mais eficaz de uma elite política pouco afeita a produção científica do país e/ou com interesses escusos, outras vezes.

Outro componente que caberá uma reflexão mais profunda diz respeito à servidão maquínica que atores do mundo social contemporâneo estão submetidos. A informação, antes um instrumento de saber/poder ganhou um grau de autonomização, incorporando redes e vias antes nunca exploradas. Assim sendo, há uma extrahumanidade da categoria aqui em análise, representando um desafio para os pesquisadores que queiram desvendar as novas aventuras que a informação está por irromper.

No presente, há de se visualizar a existência de um tempo chamado de pós-colonial, sentindo que ações documentárias de natureza etnológica não apenas fabrica um empoderamento de grupos antes alijados do poder hegemônico, como também o construto de transformações políticas de profundidade.

Uma superação do processo histórico de colonização e subalternidade de povos alijados dos processos decisórios do poder estatal e das próprias sociedades em que estão sendo inseridos está em se reposicionarem para além da lógica aristotélica, como aquela de natureza epistemográfica. Assim, novas configurações sociais estão por vir em que se coloque em xeque o poderio estabelecido por entidades estatais e de conglomerados político-econômicos, assim enfrentando pelejas presentes e futuras.

## REFERÊNCIAS

ALMINO, João. *O segredo e a informação: ética e política no espaço público*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia: estudos sobre política*. São Paulo: Siciliano, 1993.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

CAVALCANTE, P. L.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. Do Insulamento Burocrático à Governança Democrática: as transformações institucionais e a burocracia no Brasil. In: Roberto Pires; Gabriela Lotta; Vanessa Elias de Oliveira. (Org.). *Burocracia e Políticas Públicas no Brasil: intersecções analíticas*. Brasília, DF: IPEA, 2018. p. 59-83.

FERNANDES, Geni Chaves. Informação, documento e o resto na construção da realidade social. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-26, jul./dez. 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. *Transinformação*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. *Desclassificados: pluralismo lógico y violencia de la clasificación*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2007.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano editora, 2000.

LANGRIDGE, Derek. *Classificação: abordagem para estudantes de Biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

## A UM CLIQUE DE DISTÂNCIA: O @PERSONA.ARQ E OS NOVOS PARADIGMAS DE DIVULGAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS

Patrícia Ladeira Penna Macedô\*

Rafaella de Souza Serafim\*

Kalila de Oliveira Bassanett\*

**Resumo:** Este artigo visa a discutir a relação entre a difusão de documentos e os novos paradigmas informacionais, em um contexto em que as redes sociais exercem papel crucial na comunicação. Apresenta-se como instrumento de estudo o perfil *@persona.arq*, no *Instagram*, que tem como proposta divulgar e conscientizar os usuários sobre a importância dos arquivos pessoais. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo e bibliográfica, onde a partir da análise do conteúdo buscou-se mostrar como essa ferramenta auxilia na divulgação e aproximação entre sociedade e arquivos. Conclui-se que, como boa parcela da população brasileira utiliza redes sociais diariamente, é promissora a possibilidade de relacionar e trabalhar a divulgação de serviços a partir das novas mídias sociais. Assim, torna-se necessário que os profissionais de arquivo e instituições prestem atenção às formas de difusão de dados, considerando o alcance dessas novas mídias no nosso cotidiano.

**Palavras-chave:** Arquivos pessoais. Redes sociais. *@persona.arq*.

**Abstract:** This article aims to discuss the relation between the diffusion of documents and the new informational paradigms, in a context in which social networks play a crucial role in communication. The *@persona.arq* profile on *Instagram* is presented as a study tool, which aims to disseminate and raise awareness among users about the importance of personal archives. The methodology used was field and bibliographic research, where from the content analysis we aimed to demonstrate how this tool helps in the dissemination and approximation between society and archives. We concluded that, as a large portion of the Brazilian population uses social networks on a daily basis, the possibility of relating and working on the dissemination of services from new social media is promising. Thus, it is necessary for archival professionals and institutions to pay attention to the ways of disseminating data, considering the scope of these new media in our daily lives.

**Key words:** *@persona.arq*. Social networks. Personal archives. Professora Adjunta do curso de Arquivologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO). Pesquisadora do grupo de pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS)

---

\* Doutora em Ciência da Informação. Professora Adjunta do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO). Pesquisadora do Laboratório CDOC-ARREMOS.

\* Graduanda de Arquivologia da UNIRIO. Graduada em História. Atua como estudante no Laboratório CDOC-ARREMOS.

\* Graduanda de Arquivologia da UNIRIO. Graduada em Relações Internacionais. Atua como estudante no Laboratório CDOC-ARREMOS.

## 1 Introdução

Ao longo dos anos, documentos de arquivo foram considerados verdadeiros tesouros, sendo tratados e preservados em razão da capacidade de atribuírem valor probatório e contribuírem para manutenção de poder. Nesse sentido, deveriam permanecer fechados e sob responsabilidade constante de profissionais. Mudanças graduais aconteceram no decorrer da história, tendo como marco os acontecimentos advindos da Revolução Francesa (1789). Nesse contexto, não só o acesso aos documentos assume novas premissas como também novas metodologias do campo arquivístico são instrumentalizadas para atender as novas demandas.

Em proporções menores, ainda hoje é possível perceber um cuidado e excessivas formas de “proteção” ao documento de arquivo, muitas delas justificadas em razão de questões próprias da preservação. Sendo assim, e por entender que a sociedade atualmente passa por profundas mudanças em sua organização no que diz respeito às estruturas econômicas, políticas, educacionais e culturais, o presente artigo visa discutir a relação entre difusão de documentos de arquivos e seu uso pelos indivíduos.

Tendo estabelecido como premissa a importância dos documentos para a sociedade, busca-se ressaltar a função social destes enquanto patrimônio cultural, visando demonstrar o quanto os arquivos contribuem para questões relacionadas à memória, cidadania, representatividade e identidade. Para criar essa ponte, apresenta-se o perfil *@persona.arq*, do *Instagram*, como uma ferramenta de aproximação entre os dois campos (sociedade e arquivo), defendendo que essa rede social pode exercer o papel informativo para o público comum, dinamizando os espaços de difusão da informação arquivística.

Por meio de pesquisa empírica, também chamada de pesquisa de campo, o presente trabalho selecionou para estudo o perfil mencionado como uma forma de ancorar e comprovar no plano da experiência aquilo que se pretende desenvolver conceitualmente. Por isso, e por saber que a pesquisa empírica não é autossuficiente, ou seja, ela necessita ser associada à teoria, optamos por selecionar teóricos preocupados com a questão do acesso aos arquivos, e a importância destes para a sociedade

## 2 Arquivos e Sociedade

Entre as diversas definições existentes para documento de arquivo, podemos dizer que, em geral, estes são entendidos como provas, instrumentos e ferramentas de acesso a

atividades realizadas por uma instituição, indivíduo ou grupo. Nesse sentido, Indolfo (2007, p. 29) destaca a importância dos documentos e dos registros para a humanidade:

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória.

De fato, a riqueza dos arquivos reside no poder que esses possuem de representar acontecimentos e ações desenvolvidas ao longo do tempo, deixando transparecer particularidades próprias daquela sociedade a qual o produziu. Pereira (2011, p. 24) assim reflete: “Visto que os documentos são uma forma de expressão da memória, então os arquivos são os detentores da memória individual e coletiva, servindo de suporte para a constituição da história das instituições e da identidade de um determinado povo.”

Segundo Heloisa Bellotto (2014, p. 179), arquivos são instrumentos para serem usados. Arquivos existem para que as ações administrativas, jurídicas, técnicas, científicas, etc. sejam conhecidas, sejam cumpridas se for o caso e, sobretudo, sejam provadas. Documentos de arquivo são provas. Nasceram como provas, permanecem como testemunhos.

Ainda segundo a autora, existem inicialmente três formas de uso: a primeira relacionada ao produtor do arquivo, um uso caracterizado como prático e operativo, onde a todo momento estes documentos são acessados para fins jurídicos, técnicos e profissionais. Seria esse o uso prático, que de acordo com Bellotto é a razão de ser dos arquivos.

Outros dois usos são ainda elencados por Bellotto (2014, p. 180), o popular e o acadêmico. No que tange ao acadêmico, este estaria relacionado ao fato do arquivo passar a ser utilizado como fonte e objeto científico, sendo acessado em grande maioria por pesquisadores como historiadores, antropólogos, sociólogos, jornalistas, etc. Por fim, existiria ainda o uso popular dos arquivos, realizado pelo cidadão comum para obter informações e para fazer valer seus direitos. Nesse sentido, o arquivo seria acessado em razão de uma demanda específica na busca por informações registradas no documento.

No entanto, mesmo reconhecendo a importância dos arquivos na nossa sociedade, impressiona a grande quantidade de indivíduos que não tem conhecimento a respeito dos documentos de arquivo, sua natureza e seus múltiplos usos. De certo, políticos, jornalistas, intelectuais e pesquisadores têm ideia mais precisa, embora em alguns casos,

incompleta, subjugando-os a categorias de fontes exclusivas para pesquisa. Embora se pense comumente que os arquivos servem sobretudo para a escrita da História, para a produção de biografias ou para alimentar a indústria editorial, eles têm muitas outras utilidades; possibilidades múltiplas de produção de sentido que ao decorrer do tempo vão se diversificando e ampliando.

Essa premissa não é recente, desde a Antiguidade, relações de poder e saber perpassam Instituições Arquivísticas, lugares estes destinados à organização e guarda de documentos para a tomada de decisões e preservação da memória. Os estudos e atividades práticas desenvolvidas ao longo dos anos não privilegiavam, ou não davam a devida atenção, às funções voltadas à aproximação com o público em geral. Atividades estas consideradas por muitos anos como secundárias ou paralelas, uma vez que o acesso previsto por estas instituições estava voltado ao atendimento do “grande pesquisador”, o acadêmico.

No entanto, os documentos de arquivos, por serem registros da sociedade, são necessários à vida civil, pessoal e profissional de seus integrantes, assim como permitem compreender a identidade cultural da sua comunidade. É imprescindível, no contexto contemporâneo, que as instituições arquivísticas deem cada vez mais atenção à emergência de um novo tipo de usuário, que busca acesso ao arquivo como forma de conquistar espaço no discurso histórico a partir de uma revisão das interpretações existentes sobre o passado. Reivindicações estas que, segundo Luciana Heymann (2010, p.120), “têm como objetivo, muitas vezes, reparar o silêncio e a invisibilidade que marcaram a trajetória dessas coletividades”.

Nesse sentido, é possível considerar a difusão em arquivos como a busca de estratégias que envolvam elementos como a acessibilidade e a transparência, “procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia” (ROCKEMBACH, 2015, p. 113). Desta forma, novas estratégias de aproximação entre arquivos e sociedade precisam ser desenvolvidas, divulgadas e colocadas em prática. Atividades estas que podem e devem se apropriar das novas tecnologias e formas de comunicação atual.

### **3 Arquivos e difusão no contexto social**

Uma das finalidades principais das instituições arquivísticas é facilitar a consulta e o acesso aos documentos. Para que isso aconteça, a gestão da informação arquivística

deve viabilizar a interlocução entre os arquivos e a sociedade, dando condições aos usuários de conhecer o potencial de pesquisa existente, visando à aproximação dos indivíduos com os documentos.

Nesse sentido, Blaya Perez (2008, p. 32) corrobora que:

Disponibilizar as informações para o maior número de pessoas é o objetivo principal em um processo de difusão. Isso já está implícito nas atividades desenvolvidas dentro da maioria das instituições arquivísticas. Não basta tratar a documentação, devemos também disponibilizá-las. Quanto maior o número de usuários acessando as informações, maior será o êxito obtido.

Conforme o DBTA<sup>1</sup> (2005, p. 71), disseminação da informação é o “fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação”.

Para Belloto (2004) dentro das instituições arquivísticas a função da difusão ocorre de três formas, sendo elas a educativa: que visa estimular alunos de ensino fundamental e médio a frequentar instituições de pesquisa; a cultural: que diz respeito a atividades que utilizam a cultura como meio de comunicação, envolvendo projetos culturais; e por fim a editorial: que visa a publicação de boletins, jornais e revistas que divulguem produtos e serviços das instituições.

Além das iniciativas mencionadas, a difusão também pode ocorrer por diferentes meios. Atualmente, com o desenvolvimento das tecnologias da informação, a internet e a multimídia revelaram-se importantes aliadas no processo de difusão. Por isso, acreditamos que ao começar a explorar a experiência do perfil @persona.arq, podemos ampliar os debates interdisciplinares que visam pensar novas propostas de difusão de acervos.

O processo de produção do conhecimento, como assinala Jardim (2006), tem se revelado um exercício saudável no reconhecimento de novas indagações e no encontro de novas respostas. Trata-se, portanto, de um posicionamento do arquivista que assume uma atitude científica no desempenho de suas funções e reflexões e assim produz conhecimento e promove o desenvolvimento da área

De fato, a internet tornou a relação entre comunicação e informação interdisciplinar. Nas palavras de Jardim (1999, p. 1), a *Web* apresenta novas “possibilidades de uso da informação e a emergência de espaços informacionais virtuais”.

Segundo Sayão (2007, p. 183):

A urgência da sociedade contemporânea em transformar tudo, textos, imagens, vídeos, músicas, tudo para formatos digitais é justificada pela enorme economia de espaço físico de armazenamento, sobretudo pelos extraordinários ganhos de produtividade e eficiência proporcionados pela otimização dos

---

<sup>1</sup> DBTA corresponde a Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.

fluxos de trabalho e a facilidade de manipulação. Isto sem falar das facilidades de acesso aos estoques informacionais, públicos e privados que, por si só, são um fenômeno novo e sem precedentes, como também é a outra face: a facilidade de produção, edição, publicação, integração e distribuição de informação em formatos digitais pelos meandros das redes de computadores mundiais.

As transformações sociais do meio tecnológico são inevitáveis. No contexto atual, o avanço das tecnologias e do ciberespaço são marcas características da nossa época e impulsiona mudanças em todas as áreas do conhecimento. No contexto arquivístico, as mudanças paradigmáticas estiveram ligadas às transformações no contexto histórico. Eventos como a Revolução Francesa e a Segunda Guerra Mundial levaram os arquivistas a desenvolver novas abordagens com relação aos documentos e seu papel informacional. Richard Cox (2018, p. 365) aponta que em cada época a informação esteve ligada a uma expressão física ou material, e apenas após a revolução dos computadores ela passa a estar relacionada à informática.

A maior parte das publicações sobre pesquisas e métodos práticos de trabalho com a internet não considera o ciberespaço como um domínio arquivístico. Naturalmente, existem muitas coisas na internet que não tem quase nada a ver com essa noção do universo documental, mas os profissionais dos arquivos não deveriam usar isso como desculpa para ignorar a rede mundial. Esta tem sido analisada predominantemente sob a ótica dos bibliotecários e dos especialistas da tecnologia da informação, cujos os pontos de vista costumam ser muito diferentes do que pensam os arquivistas. (COX, 2017, p. 372).

No entanto, a capacidade de alcance que a internet oferece é algo nunca visto na história das sociedades. Assim, fazer parte dessa nova dinâmica nas formas de comunicação significa ir além de pensar novas teorias para a Arquivologia. Entre as novas oportunidades oferecidas pelo crescimento dos meios digitais, está a oportunidade de aproximação entre o profissional arquivista e os cidadãos. As redes de compartilhamento e difusão são ferramentas importantes para a educação arquivística, e a criação do *@persona.arq* é reflexo dessa abordagem, já que um de seus objetivos principais é conscientizar o indivíduo comum para a importância dos documentos pessoais.

#### **4 O perfil *@persona.arq***

O crescimento da internet permite novas formas de interação entre os indivíduos e dinamiza os meios de construção do conhecimento. Dados do IBGE apontam que no Brasil há um percentual de 74,9% de domicílios em que há utilização da Internet. Além disso, nestes domicílios, 98,7% acessam a Internet através de celulares, estando à frente dos microcomputadores, que representaram 52,3% (IBGE, 2017). Impulsionados pelo contexto onde tem se facilitado o acesso à internet, o crescimento nas formas de

compartilhamento de dados no meio digital se potencializa com o surgimento das chamadas redes sociais.

As redes sociais online mudaram a natureza das relações entre as pessoas, e desde o seu aparecimento atraíram milhões de usuários, que as integraram às suas vidas diárias. Definidas como um serviço cibernético que permite ao indivíduo construir um perfil público ou semipúblico acerca de si, a partir do qual estão articulados e partilham informação, estas dinamizaram as formas de comunicação atuais. Recuero (2009, p. 24) entende essas mídias como um conjunto de tecnologias mais rápidas e participativas que geram apropriações sociais. Para a pesquisadora, elas são definidas como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições, ou grupos, os nós das redes) e suas conexões (interações ou laços sociais).

Além de entender o que são, os estudiosos se debruçam cada vez mais sobre o impacto dessas mídias no contexto social. Segundo relatórios, essas mídias passaram a ter importância crucial na comunicação nos últimos anos. De acordo com o relatório *Digital 2019: Brazil*, elaborado pelas empresas *We Are Digital* (do ramo de consultoria) e *Hootsuite* (especializada em gestão de marcas), há 140 milhões de usuários ativos de mídias sociais no Brasil, sendo que houve um crescimento de 7,7% (ou 10 milhões de usuários) desde 2018. O relatório também identificou que os usuários gastam em média 3h34min por dia em mídias sociais, além de que 71% utilizam o Instagram [s. p.].

O Instagram, rede que abriga o perfil *@persona.arq*, foi lançado em 2010. É um dos aplicativos que registram o crescimento mais rápido no uso diário, conforme relatório da empresa de auditoria e consultoria Deloitte (2018, p. 16). Através do Instagram, é possível compartilhar vídeos e fotos, fazer transmissões ao vivo e utilizar *hashtags* (#) para encontrar e disseminar conteúdo.

Inspiradas nesse contexto, onde as redes sociais exercem influência diária no fazer dos indivíduos, as instituições procuram se adaptar à nova realidade, e por isso investem em novas formas de disseminar conhecimento. Assim, passam a utilizar-se destes canais para interagir com o público. Usar as mídias como estratégia de divulgação dos seus acervos potencializa não só o interesse pelos arquivos, como também a troca de informações com os usuários, que não o público especializado. Conforme Pereira (2018, p. 100):

Quanto mais “seguidores/curtidas” um perfil [...] tiver, maior será o alcance e a probabilidade de maiores compartilhamentos da publicação. O compartilhamento feito por um outro ator poderá suscitar um interesse de outros atores, fazendo com que seja possível aumentar a quantidade de

“seguidores/curtidas/amizades” no perfil das instituições e, conseqüentemente, seu alcance.

Foi pensando nesses novos espaços de sociabilidade que surgiu a ideia de criar um perfil no *Instagram* para a divulgação de arquivos pessoais. O *@persona.arq* foi criado em 10 março de 2019, no âmbito do projeto de extensão *Preservando lembranças e construindo histórias: o arquivo pessoal e seu papel social*. Seu principal objetivo é incentivar os estudos de arquivos pessoais, no ambiente digital. Segundo Ramos e Rossato (2017, p. 8)

Fazer parte desse início de século XXI implica em (re) aprender modos de conhecer e modos de fazer permeados pela cibercultura. Os modos de ser e de conviver com o outro também têm demandado uma (re) aprendizagem, visto que as relações sociais estão cada vez mais mediadas pela tecnologia.

O conteúdo produzido no perfil do *@persona.arq* tem um viés estrutural na medida em que as postagens são apresentadas por linhas previamente definidas e que são abordadas pelo menos uma vez ao mês. A primeira delas, e mais significativa, é o arquivo do mês (*#arquivodomes*), onde apresentamos o arquivo pessoal de um determinado indivíduo que tenha seu acervo custodiado e aberto à consulta. A série de posts elaborados para o arquivo do mês permitem abordar diferentes temas, bem como possibilitam ao usuário a oportunidade de entender melhor a configuração que esses acervos assumem quando doados a uma determinada instituição.

Fora desse arco principal, os posts disponíveis no *@persona.arq* versam sobre os mais diversos temas, desde teoria arquivística e autogestão de documentos, até datas comemorativas. Procuramos mostrar, assim, a transversalidade dos arquivos pessoais com temas significativos da nossa sociedade.

Considerando-se a prerrogativa de que há um silenciamento de parcela importante da sociedade quando se trata de seus arquivos pessoais, nossos posts enfatizam a presença de grupos que estão à margem, como mulheres, negros e homossexuais. Um dos objetivos, portanto, é chamar a atenção do público para a importância desses temas.

O perfil, embora fruto do grupo de extensão de uma universidade pública (UNIRIO), busca dialogar com a sociedade como um todo, para além de conversar com os pares da área arquivística. Objetiva, assim, conscientizar o indivíduo comum para a importância da preservação de seus arquivos pessoais, mostrando a relevância identitária e social dos documentos individuais para a construção de narrativas mais amplas e diversificadas. Richard J. Cox (2017, p. 25.) ratifica essa ideia:

[...] Em lugar de tentar atrair a atenção de um público ocupado com um milhão de outras coisas, os arquivistas tem hoje a chance de se relacionar com um

número crescente de indivíduos que buscam orientações sobre a seleção, organização e preservação de documentos de valor duradouro. Para que isso seja possível, esses profissionais devem alterar sua missão e suas prioridades práticas, mas os resultados possíveis podem ser sem precedentes em termos de apoio a sociedade e de melhorias do perfil profissional.

Para obter resultados sobre a relevância do que vem sendo produzido, nos baseamos na interação dos seguidores no próprio perfil, já que esse disponibiliza ferramentas como o número de curtidas e o alcance das postagens. Consideramos também a interação dos usuários com o conteúdo, já que recebemos um número considerável de mensagens e comentários. Por meio desses dados observamos, por exemplo, um maior interesse dos leitores pela linha que chamamos de “*novas pesquisas*” (#novaspesquisas) onde apresentamos os últimos trabalhos produzidos (preferencialmente teses e dissertações) sobre os arquivos pessoais.

As informações do perfil nos permitem, assim, elaborar estratégias de difusão de acervos de forma mais atual, e como diz Rockembach “numa Arquivologia emergente e conectada ao seu tempo” (2015, p. 113). Por meio do @*persona.arq*, procura-se dinamizar as formas de transmitir o conhecimento acerca dos arquivos pessoais. Tendo em vista que os avanços tecnológicos influenciam os hábitos individuais, ao produzir conteúdo educacional em espaços não formais de ensino, nós procuramos democratizar o saber e ao mesmo tempo renovar as perspectivas no campo teórico.

## 5 Conclusão

O avanço da tecnologia, seguido de novos paradigmas informacionais, influenciam na forma como construímos e transmitimos o conhecimento. Nesse sentido, o que buscamos neste trabalho foi apresentar uma possibilidade de relacionar e trabalhar a divulgação de acervos a partir das novas mídias sociais, mais especificamente o perfil @*persona.arq*, que tem como proposta divulgar e conscientizar os indivíduos sobre a importância de arquivos pessoais.

Uma vez que as mídias sociais possuem um potencial de divulgação superior ao alcançado pelos modelos tradicionais de difusão, defende-se as iniciativas por parte das instituições arquivísticas, sejam fortalecidas, para que se fortaleça a aproximação entre o público não especializado e os acervos arquivísticos. Essa dinâmica beneficia ambas as partes, uma vez que reconhecendo a importância social dos arquivos, os indivíduos, passam a construir consciência a respeito de sua importância para as diversas narrativas, e conseqüentemente buscam proteger esse patrimônio.

Nesse processo, outra peça chave são os profissionais de arquivo. Na presente realidade tecnológica que engloba toda a sociedade, torna-se necessário que repensem as formas de difusão de acervos. Antes, a realidade do arquivista na maioria das vezes estava restrita aos arquivos físicos. Entretanto, diante do surgimento de novas mídias e de documentos que já nascem em ambiente digital, torna-se necessário que se repensem as metodologias em favor da aproximação entre arquivos e sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil) **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232p., Publicações Técnicas, n. 51, ISBN: 85-7009-075-7.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

COX, Richard J. **Arquivos pessoais: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

DELOITTE. **Global Mobile Consumer Survey 2018 – Brasil**. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/technology-media-telecommunications/Global-Mobile-Consumer-Survey-2018-Deloitte-Brasil.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais**. In: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (orgs). **Documento: gênese e contexto de uso**. Niterói: EDUFF, 2010, p.111-122.

IBGE. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017**. PNAD Contínua. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/9e88a636785c573625be2c5632bd3087.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9e88a636785c573625be2c5632bd3087.pdf). Acesso em: 24 ago. 2019.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EDUFF, 1999.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos.. Arquivo e Administração**, v. v.5, p. 20, 2006.

INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia**. *Arquivística.net*. v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50444>>. Acesso em: 24 ago.2019.

PEREIRA, Diogo Baptista. **Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras**. Produto técnico-científico, requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos, submetido ao Programa de Pós

Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2016/pereira-diogo-baptista-diretrizes-para-o-uso-das-redes-sociais-pelas-instituicoes-arquivisticas-brasileiras-1/view>. Acesso em: 17 ago. 2019.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivos, memória e justiça: Gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul**. 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>. Acesso em: 17 ago. 2019.

RAMOS, Wilsa Maria. ROSSATO, Maristela. **Democratização do acesso ao conhecimento e os desafios da reconfiguração social para estudantes e docentes**. Revista Eletrônica de Educação, v.11, n.3, p.1034-1048, set./dez., 2017.  
RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Coleção Cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015.

SAYÃO, Luis Fernando. **Conservação de documentos eletrônicos**. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P.; ROCHA, C. Conservação de acervos. Rio de Janeiro: MAST, 2007. p. 181-204.

WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. **Digital 2019: Brazil**. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2019-brazil>. Acesso em: 18 ago. 2019.



## MEMÓRIAS ESQUECIDAS E SILENCIADAS: A IGREJA CATÓLICA E A RESISTÊNCIA OPERÁRIA EM VOLTA REDONDA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1979)

Márcio Goulart Coutinho\*

**Resumo:** Esse artigo tem como objetivo compreender as relações entre Igreja Católica, movimento operário e organizações revolucionárias entre os anos de 1964 a 1979 e suas formas de luta e resistência ao Estado brasileiro em Volta Redonda. Um período que apesar de esquecido pela historiografia local, foi de suma importância na reorganização sindical da cidade, no qual os trabalhadores e Igreja utilizaram várias estratégias de luta e resistência contra a opressão do Estado.

**Palavras-chave:** Igreja católica, movimento sindical, resistência.

**Abstract:** This article aims to understand the relations between the Catholic Church, the workers' movement and revolutionary organizations between the years 1964 to 1979 and their forms of struggle and resistance to the Brazilian State in Volta Redonda. A period which, although forgotten by local historiography, was of paramount importance in the reorganization of the city, where workers and the Church used various strategies of struggle and resistance against the oppression of the state.

**Keywords:** Catholic Church, trade union movement, resistance.

---

\* Graduado em História. Professor Docente II – História e Sociologia – na Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC).

## 1. Introdução

O objetivo da Igreja não é apenas transformar pessoas, ou a Igreja... Como tal. Mas é transformar a sociedade para que possamos ter um mundo mais humano, mais fraterno. A preocupação com a conversão pessoal e consigo mesma, a Igreja já faz há séculos e deve continuar, mas a evangelização seria incompleta se não interpelar o social. (Boletim Diocesano, nº 133<sup>2</sup>)

Este artigo tem como objetivo analisar como a Inter-relação entre a Igreja Católica<sup>3</sup> e movimento operário contribuiu para reorganização Sindicato dos Metalúrgicos em Volta Redonda no período entre 1964 a 1979. Lembrando que esse período tem ficado marcado na historiografia local como uma época de passividade da classe trabalhadora diante repressão militar na cidade. Por isso, essa pesquisa busca demonstrar que nesse período a classe trabalhadora de Volta Redonda com o apoio da Igreja Católica utilizou de várias estratégias de lutas e resistências contra a opressão do Estado.

Este processo de luta tem início em 1964, quando ocorre a implantação da Ditadura Civil-Militar<sup>4</sup>, e o presidente João Goulart é deposto pelos militares. A partir desse momento, se inicia uma perseguição a todos os grupos de esquerda (Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), ligas camponesas, movimento dos militares subalternos, movimento estudantil, movimento nacionalista, operários e sindicatos).

Segundo Edgar Bedê (2010) o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR) foi um dos primeiros alvos das ações dos militares, isso porque era um sindicato

---

<sup>2</sup> Boletim Diocesano é um jornal elaborado pela Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda.

<sup>3</sup> O termo Igreja Católica será utilizado neste artigo com a denominação Igreja Católica ou simplesmente Igreja.

<sup>4</sup> Neste trabalho, utilizaremos a denominação Ditadura Civil-Militar para se referir o período que vai de 1964 a 1985, período no qual os militares juntamente com setores civis da sociedade governaram o Brasil. No entanto, o uso do termo vem despertando acalorados debates entre pesquisadores e pessoas que, direta ou indiretamente, estão ou estiveram envolvidas com a ditadura. René Armand Dreifuss concorda com essa denominação, para ele, ocorreu uma participação massiva de civis, sobretudo empresários, na operação e na preparação do golpe durante todo o período que perdurou o regime. Dreifuss enfatiza em sua obra que a derrubada do Presidente João Goulart foi a culminância de um movimento civil-militar e não um movimento exclusivamente militar (DREIFUSS, 1981, p. 361). Já POMAR (2012) defende o uso da denominação Ditadura Militar, para ele, a denominação não passa de um “modismo equivocado”, pois, ao propor essa designação, buscando responsabilizar parte da sociedade civil pelo golpe, obtém um efeito contrário, diminuindo a responsabilidade dos militares, além de caracterizar o regime como autoritário, brando e negociado, como se não fosse uma ditadura. Com um posicionamento diferente de Pomar e fundamentado na leitura de Dreifuss, Demian Bezerra de Melo prefere utilizar a designação ditadura empresarial-militar, pois, segundo ele, a utilização do termo civil-militar distribui a responsabilidade do Golpe ao conjunto da sociedade, deixando de fora, o setor empresarial, grupo que foi mais beneficiário das ações dos militares. (MELO, 2012, p.53.) Já para o historiador, Daniel Aarão Reis Filho é possível utilizar a denominação civil-militar, isso devido ao grande apoio civil dado ao golpe e pela dimensão civil do regime ditatorial, apesar de que os militares estavam na frente da cadeia de comando. (REIS, 2014, p. 62).

combativo e vinculado a CGT, que ameaçava o que os militares chamavam de “Segurança Nacional”. A partir de então, o governo vai intervir nos sindicatos, desestruturando sua organização e nomeando interventores para direcionar esses órgãos, além de perseguir e seus líderes. (p.72-84)

Essa intervenção no sindicato vai proporcionar uma aproximação do movimento operário com a Igreja, principalmente a partir de 1966 com a chegada do Bispo D. Waldir Calheiro ao município. A partir de então essa organização servirá como polo de aglutinação e organização da resistência ao autoritarismo, contribuindo para conscientização e reorganização do movimento sindical na cidade.

Esses acontecimentos vão contribuir para o surgimento de uma cultura de contestação e resistência ao regime militar, unindo diversos grupos leigos e religiosos contra o Estado opressor. Favorecendo a formação de uma consciência de classe entre os trabalhadores, que vai ser criada através de experiências em comum, imposta por uma cultura de oposição as arbitrariedades estatais, que se apresentavam em forma de exploração, baixos salários, péssimas condições de serviços e perseguição a qualquer um que contestava o regime, sendo denominado de “subversivos” ou “comunista”.

Esse processo de conscientização dos trabalhadores vai contribuir formação de uma identidade operária, que deu origem ao um sindicato combativo, que a partir da década de 1980, com o apoio da Igreja vão protagonizar diversas greves na cidade, transformando a cidade em um dos locais mais mobilizados do movimento sindical nacional.

## **2. Igreja Católica, trabalhadores e sindicatos durante a Ditadura Civil-militar em Volta Redonda.**

Após mais de uma década desse intenso crescimento e atividade, toda a estrutura organizacional dos trabalhadores brasileiros, na base e na cúpula, foi duramente atingida pelo golpe civil-militar de 1964, o qual tinha como uma das suas justificativas exatamente impedir a implantação de uma “república sindicalista” no país. A prisão de lideranças, a perseguição de militantes, bem como a desestruturação do trabalho nos sindicatos e nas fábricas, desbarataram atividades que levariam bastante tempo para serem recompostas. Em termos do movimento operário, o que restou, como tradicionalmente restava em períodos como esse, foi o trabalho pequeno e silencioso no chão de fábrica. Era preciso recompor forças e somar esforços para enfrentar a ditadura. (SANTANA, 2008, p. 279)

A implantação da Ditadura Civil-Militar em março de 1964 não só significou um desastre político para todos que haviam se comprometidos com os ideais e as lutas pelas Reformas de Base proposta por João Goulart. Mas também representou a interrupção do processo de ascensão e mobilização da classe trabalhadora, que vinha desde o final do Estado Novo, em um processo crescente de lutas por direitos, tendo seu ápice no início da década de 60, mobilizando sindicatos, partidos, associações de moradores e outras formas de associação. Colocando trabalhadores urbanos e rurais no centro do cenário político.

Nesse processo, a classe trabalhadora e os movimentos sindicais vão se tornar o principal alvo das ações do Estado, fato que é evidenciado pela força imposta contra os sindicatos, primeiras organizações a serem atacadas pelo Estado. Nesse momento ocorreu a intervenção nos sindicatos, aliadas a um conjunto de medidas repressoras articuladas entre empresários e a polícia, criando um clima de medo e perseguições no interior das empresas. Segundo Alejandra Estevez e Romanelli Sam (2015) essa repressão teve como objetivo a produção do terror como um mecanismo de intimidação e desmobilização da classe trabalhadora. (p.460)

Além disso, com a ação repressora do Estado, vai ocorrer uma redução dos direitos trabalhistas e os trabalhadores vão enfrentar uma política de “arrocho salarial” e controle sindical. Para isso, o governo interferiu nos sindicatos, desestruturando sua organização e nomeando interventores para direcionar esses órgãos. Conforme afirma Marco Aurélio Santana:

Além de intervir nas cúpulas sindicais, atacava duramente a estrutura de organizações nos locais de trabalho que podiam servir de pilar para a recomposição do movimento sindical mais aguerrido. Visando dificultar ainda mais o caminho de recomposição do sindicalismo de corte atuante, o ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, após autorizar a realização de eleições em centenas de sindicatos, elaborou a portaria de n. 40, que buscava limitar o acesso às direções dos órgãos sindicais por indivíduos alheios à vontade do governo. (SANTANA, 2013, p. 38)

Essa intervenção nos sindicatos vai proporcionar uma aproximação de setores da classe trabalhadora com a Igreja, que nesse momento era a única instituição que poderia enfrentar os militares, servindo como espaço de aglutinação e organização da resistência ao autoritarismo.

A partir de então, conforme afirma Paulo Sérgio de Jesus (2006), a presença dessa organização religiosa servirá como uma aglutinadora de diversos grupos da sociedade, originando um novo estilo de ação trabalhista oposto à linha sindical adotada pelos

comunistas, que colocavam o sindicato como instrumento principal para fazer uma política de massas unitária. Diferentemente desse grupo, os agentes católicos buscavam o trabalho nas bases, agindo na formação de círculos operários fora da estrutura sindical, com núcleos ou grupos de fábricas e nas comissões. (p.371)

Neste momento, alguns setores da Igreja, principalmente os progressistas<sup>5</sup>, entraram num confronto com o Estado, por causa das práticas de desrespeito aos direitos civis, políticos e sociais e uma forte repressão a todos que se opusessem ao regime. Fazendo com que tal instituição, que antes apoiara o golpe, passasse a manifestar-se contra os opressores, apoiando os movimentos sociais e às reivindicações das classes populares. Surgindo, a partir de então “*uma nova maneira de ser Igreja*”, em que se fez a “opção pelos pobres”.

Essa situação de repressão à classe trabalhadora, também ocorria em Volta Redonda, que por ter um forte movimento sindical, foi um dos primeiros alvos dos militares. Segundo Edgar Domingos Bedê (2010), o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR) foi ocupado no mesmo dia em que ocorreu o golpe civil-militar, tendo como consequência a prisão de seus líderes e a nomeação de um interventor militar como presidente do SMVR. (p.250-251)

A invasão e a nomeação de um interventor no SMVR enfraqueceram o movimento operário de Volta Redonda, criando um descontentamento generalizado dos operários e habitantes do município, principalmente pela precarização das condições de serviço e pela forte repressão a operários que contestavam os militares.

Todos esses fatores vão aproximar a Igreja e classe trabalhadora a partir de 1966, quando ocorre a chegada de D. Waldyr Calheiros no comando da Diocese de Barra do Pirai – Volta Redonda. O bispo influenciado pelas ideias do Vaticano II (1962-1965) inicia um corajoso projeto de implantação de uma Igreja popular, dando apoio irrestrito aos movimentos sociais na cidade<sup>6</sup>. A partir de então, essa instituição e grupos de trabalhadores vão iniciar um projeto de luta e resistência contra a opressão militar no município, sendo um período de suma importância na reorganização do movimento sindical da cidade.

---

<sup>5</sup> Um aspecto importante a ser analisado é que a Igreja Católica não é um bloco hegemônico, dentro dela existem vários conflitos teológicos, e que nem todos os membros da Igreja seguiam os ideais da Teoria da Libertação. Havia no clero uma divisão, os tradicionalistas defendiam a secularização dessa organização; enquanto os progressistas, a necessidade de mudanças em sua estrutura, através de organizações leigas com objetivo de atingir o povo. (MAIWARRING, 1989, p.64)

<sup>6</sup> Boletim da diocese de Volta Redonda e Barra do Pirai. Edição especial. Dezembro de 1976.

Nesse momento, D. Waldyr vai se deparar com a realidade dos trabalhadores da cidade: salários baixos, endividamento devido ao alto custo de vida, arrocho salarial, crescimento de doenças mentais, desemprego e subemprego<sup>7</sup>. Fato que vai aproximá-lo da classe operária, transformando-o em defensor de seus direitos contra as arbitrariedades do Estado. Conforme é relatado pelo próprio bispo:

Pois é, naturalmente, ai que está o problema no começo eu cheguei era uma Ditadura Militar ai o pessoal não tinha advogado, não tinha promotor, não tinha defensor público vai se queixar com que? Com o bispo, e as queixas corriam para o bispado para que eu tomasse o apoio para eles operário que estavam assim sendo chicoteados era um tempo duro danado. Chicoteados até hoje. (D. Waldyr Calheiros em entrevista realizada em outubro de 2008)

A Igreja vai ter sua presença marcada pela defesa da classe operária, apoiando sindicalistas, militantes católicos e esquerda laica, defendendo-os das ações autoritárias de militares e cedendo espaço para organização e desenvolvimento de ações contestatórias ao regime. Além disso, essa instituição vai atuar como intermediária das demandas dos trabalhadores no município, mobilizando moradores, operários, sindicatos, partidos políticos e lideranças, tornando-se uma instituição combativa e atuante nos movimentos sociais ocorridos na região. (ESTEVEZ, 2009, p. 04)

### **3. A Igreja Católica e a resistência operária em Volta Redonda.**

A Igreja não pretende substituir os partidos políticos, os sindicatos, as associações de moradores, os mecanismos próprios de luta política, embora possa, supletivamente, preencher o vazio deixado pela quebra desses mecanismos. Saiba-se, porém, que esta é uma função transitória e provisória que a Igreja enquanto tal, pode desempenhar precariamente. (SOARES, 2001, p. 114)

A feroz perseguição aos trabalhadores e a qualquer um que contestava o regime instalado pelos militares permitiu uma aproximação íntima da Igreja com os operários e outros grupos que discordavam com o sistema político estabelecido no país. Nesse momento, vários grupos católicos vão envolver nessa realidade de exploração e miséria

---

<sup>7</sup> No dia 14 de novembro de 1967, D. Waldyr enviou uma carta à imprensa do Rio de Janeiro que ficou conhecida como 'Os Sete Pecados Capitais, que denunciava a difícil situação dos Operários da CSN. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta 1.

– vivida por muitos brasileiros – envolvendo nessa luta em prol dos menos favorecidos, ajudando a formar uma mentalidade de lutas e resistência e criar uma consciência de classe nos trabalhadores.

No caso de Volta Redonda, o rompimento definitivo entre a Igreja e os militares acontece a partir de 1967, com a prisão de quatro jovens militantes da Juventude Diocesana Católica (Judica)<sup>8</sup>, e em protesto a esse acontecimento, o bispo faz uma denúncia na imprensa local, que ficou conhecida como “Sete Pecados do Capital”. Na qual D. Waldyr expõem a invasão do bispado, além de protestar contra as péssimas condições de vida e de trabalho dos habitantes da cidade, como é exposto no documento:

Enquanto o coronel Armênio está preocupado em descobrir pessoas subversivas, eu estou preocupado:

1) com um acordo salarial que vem se arrastando há cinco meses, e enquanto isso vários operários são privados até “dessas migalhas que caem da mesa de seu Senhor”...

2) estou preocupado que, para alguns, este aumento acrescenta NC\$ 160,00 a mais no seu salário, enquanto, para outros, o aumento representa mais ou menos NC\$ 21,00, que, somados ao seu salário atual, chegam a NC\$ 150,00, quantia inferior ao simples aumento dos primeiros. O pão que este come é o mesmo preço daquele. A carne que estes não comem é do mesmo preço do daqueles que a comem. A carne que estes não comem é do mesmo para aqueles que a comem;

3) estou preocupado que este aumento não venha a cobrir o saldo devedor dos operários, que já é preocupação da Companhia Siderúrgica Nacional, pois centenas de operários, no dia de pagamento, levam para suas casas, motivando tristeza para alguns lares, desentendimentos em outros e desespero para muitos, pondo a estabilidade da família em jogo;

4) estou preocupado com o índice elevado de doentes mentais entre operários, não só novos, como antigos. Alarma-nos também o número de alcoólatras;

5) estou preocupado com a manutenção de castas sociais: como existe nos bairros do Laranjal e Vila e nos apartamentos pois isto é criar rivalidades entre classes. São ilhas criadas;

6) estou preocupado com a vida de comunidade dos moradores nas casas que não lhes pertencem. Sei que a própria CSN está preocupada também há vários anos. As casas não lhes pertencendo e não podendo comprá-las, ninguém se

---

<sup>8</sup>A Prisão dos jovens da JUDICA ocorreu entre os dias 05 e 06 de novembro de 1967, quando Natanael José da Silva (Presidente da JUDICA), Jorge Gonzaga (Diretor Esportivo da JUDICA), Guy Michael Camille Thibaut (diácono da Congregação dos Lourdistas) e Carlos Rosa (seminarista); resolveram a distribuir panfletos em protesto a situação política, econômica e social que passava a população brasileira, responsabilizando o imperialismo americano como agente causador da desigualdade social existente no Brasil. Arquivo da Cúria Diocesana. Pasta 2.

sente estável e seguro. Daí, a apatia por qualquer coisa da cidade. Esta indiferença entre pessoas humanas é pernicioso no relacionamento humano;

7) estou preocupado com o excesso da oferta de trabalho e a exploração de algumas empresas que se aproveitam da situação, impondo-lhes pagamento arbitrário, em desrespeito à legislação vigente. (Jornal do Brasil, 1967, p. 17)<sup>9</sup>

Esse protesto significou a posição do bispo a favor da classe operária e dos perseguidos pelos militares, e de acordo com Luiz Fernando Mangea da Silva (2013), esse acontecimento ampliou o olhar do bispo para fora dos “muros da Diocese”, aproximando-o dos movimentos sociais de esquerda, sem se afastar dos ideais católicos que estavam sempre em evidência.

Iniciando a partir desse momento, um enfrentamento direto aos militares, que se deu de várias maneiras, com o enfrentamento direto do bispo aos militares; apoiando a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o apoio incondicional a outros grupos católicos, como a Juventude Diocesana Católica (Judica), a Juventude Operária Católica (JOC), a Pastoral Operária (PO), além da aproximação com elementos de algumas organizações clandestinas que adotaram uma forma de luta mais radical na luta contra o regime autoritário no município; Além de uma prática de conscientização de leigos e fiéis, através de peças teatrais, encenações, presépios que criticavam a situação dos trabalhadores; cartas de crítica ao governo em missas; como também denúncias e críticas nos boletins diocesanos.

#### **4. A Igreja Católica e a formação de uma consciência operária.**

Vemos o quanto é importante à atuação dos grupos cristãos para a consciência política da classe operária no sentido de estimular a participação sindical, para se necessário, ser apenas e /ou sempre presença opositora a tudo que fira os interesses dos operários<sup>10</sup>.

Para se adaptar as mudanças sociais ocorridas no país, a Igreja de Volta Redonda vai se aproximar de setores da sociedade civil que protestam contra essa realidade. Essa inter-relação entre a Igreja Católica e movimentos operários contribuiu para formação de

---

<sup>9</sup> Jornal do Brasil, 1967, p. 17. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta 1.

<sup>10</sup>Boletim Diocesano nº 144.

uma cultura de resistência, baseada na conscientização social e política da população. Fato que ajudou na reorganização do movimento sindical e a retomada do SMVR por esses trabalhadores no início da década de 1980.

Nesse processo de luta e resistência, temos a participação de diversos grupos católicos, entre eles, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>11</sup>, tiveram um papel muito importante na conscientização dos operários. Segundo Paulo Célio Soares (2001) as CEBs foram criadas a partir da chegada de D. Waldyr na cidade e inspiradas na opção preferencial pelos pobres, comprometeram-se pela luta da transformação da sociedade, participando de diversos movimentos contestatórios da sociedade civil. (p.09)

E a CEBs veio exatamente, com o objetivo de despertar nossa consciência. No sentido de dignificar, a vida, que as pessoas precisam de lutar pela democracia. Lutar pela água, pela rede de esgoto, pela rede escolar, pelo direito de retomar o sindicato de classe. (Edson Santana)<sup>12</sup>

Um dos objetivos das CEBs foi o fortalecimento do movimento operário, para isso estimulou a participação de muitos de seus membros em grupos de Oposição Sindical, na busca de um sindicato autêntico, que represente a classe trabalhadora. Imbuída dessa ideia, o grupo passou a organizar-se como um partido político das classes dominadas e se transforma num espaço de organização dos trabalhadores, criando uma nova visão de mundo.

“(...) a comunidade eclesial de base cria dentro do participante um espírito de solidariedade, um espírito de participação, um espírito de responsabilidade, na defesa de todos os interesses daqueles que moram ali naquele bairro. E não ficam só no bairro. Eles tomam a consciência de também participarem dentro da própria vida e dos próprios problemas dos operários: a sua organização de reivindicação de salários, no apoio em sua luta por um sindicato mais livre, mais independente”. (SOARES, 2001, p. 207)

Além disso, as CEBs contribuíram em muito para a reorganização do movimento sindical, dentro das discussões internas no interior da fábrica, levantaram a bandeira do resgate de um sindicato voltado para o interesse dos trabalhadores. Para isso, criaram núcleos de discussão dentro da CSN, onde influenciados pelo método Ver-Julgar-Agir<sup>13</sup>,

---

<sup>11</sup> As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são núcleos eclesiais criados a partir das orientações do concílio Vaticano II (1962-1965). Tinham como objetivo atuar de forma mais aberta e envolvida com os problemas do mundo, buscando responder às questões do cotidiano. As CEBs nascem no Brasil e em toda a América Latina e Caribe impulsionadas pelo espírito do Vaticano II, em um contexto de rica fermentação popular que marcou o início da década de 1960. (FORTES, 2014, p. 11)

<sup>12</sup> Relato de Edson Santana. In: SILVA, Erasmo José da. Documentário: Os Sacerdotes do Povo o Bispo Vermelho. Disponível in: <https://www.youtube.com/watch?v=e-3KXcSkPEg>. Acesso em 15 de out. 2018.

<sup>13</sup> Segundo frei Betto, as CEBs possuem o método de ação que se consiste em ver-julgar-agir. O método funciona da seguinte maneira: ver, percebe-se que uma ou duas questões se impõem como mais

discutiam suas ações. Tendo um papel primordial na formação de lideranças de militantes que na década de 80 e 90 vão se destacar como líderes sindicais, presidentes de associação de moradores e vereadores.

Além das CEBs, o cenário político e social do período vai contribuir para aproximação de grupos de trabalhadores com a Juventude Operária Católica, fato que também vai contribuir para uma maior conscientização política dos trabalhadores. A JOC foi um grupo surgido na Bélgica em 1925, que ganhou força no Brasil no final da década de 1940, tinha como um de seus objetivos a defesa da juventude trabalhadora e a luta por seus direitos, pela solução cristã de todos os seus problemas, pela liberdade, pela justiça social, pela verdadeira fraternidade.

Outro objetivo da JOC era o desenvolvimento da classe operária, para isso era necessário conscientizar os operários e católicos da importância do movimento sindical. Por esse motivo, sua organização deveria possuir um caráter educativo (formação da classe), apostólica (conscientização sobrenatural) e missionária, na qual os operários deveriam assumir uma posição de “catequistas de massas”, tornando evangelizadores. (ESTEVEZ, 2008, 67)

Em Volta Redonda, o principal líder era o Padre Natanael Campos, um homem voltado para as questões trabalhistas, muito dedicado, politizado e cativante. Natanael passou a ser o assistente eclesial da JOC a partir de 1966. Sua atuação foi muito importante, pois de acordo com os relatos de militantes a Comissão da Verdade de Volta Redonda, era voltada para conscientização política dos membros do grupo, através de uma filosofia de libertação, conforme fica claro no depoimento de José Ventura:

“... a filosofia da JOC era a... a libertação da juventude trabalhadora né... quer dizer então essa... era esse o objetivo... então vamos dizer assim destoava muito da linha... tradicional da Igreja né, inclusive a gente tinha às vezes problema com padres com... - - um nos apoiava totalmente e outros tentava... secar mesmo... aí você começa toma consciência que não é muito diferente lá do campo... né os métodos são diferentes mas a exploração é a mesma né então você começa... então esse... esse processo pra mim foi... a JOC me ajudou muito assim foi rapidamente... eu peguei o fio da meada né quer dizer... que era o que eu queria né libertar... pra libertar a juventude de toda exploração... então foi muito importante pra mim essa participação”. (Depoimento de José Ventura a CVVR)

---

importantes; julgar, como Jesus agiria nessa situação? Como devemos agir? Esta segunda parte do método é sempre ligada ao Evangelho; e agir, o planejamento, a busca pela forma concreta de enfrentar o problema; (um mutirão, o abaixo-assinado, etc.). (BETTO, 1981, p. 29-30)

Nesse processo de luta e resistência, o Padre Natanael permitiu a aproximação de vários militantes sindicalistas na JOC, passando a incorporar em seus discursos, os direitos trabalhistas, melhores salários e as condições de trabalho dentro da usina, como nos relata José Ventura:

... a JOC ela... ela passou a orientar o meu trabalho mais no mundo da ação sindical e na fábrica né... quer dizer eu aprendendo o... com o ensinamento da JOC... os métodos ver julgar e agir, a gente desenvolvia um trabalho dentro da fábrica... contra todos aqueles métodos de... de trabalho que gente não concordava, então a gente... a gente lá na coqueria conseguiu formar um grupo... que... a gente mudava muitas coisas... lá dentro... (José Ventura, em depoimento a CVVR)

O apoio da JOC ao movimento sindical chamou a atenção de grupos clandestinos de esquerda, que optaram pela luta armada contra a ditadura<sup>14</sup>. Essas organizações se aproximaram da JOC, pois desejavam realizar um trabalho de esclarecimento e de conscientização na vida dos operários da CSN, dos ferroviários de Barra do Piraí. Os integrantes desses grupos acreditavam na necessidade de conscientização e mobilização junto a operários e camponeses, acreditavam que a revolução não seria realizada apenas por estudantes.

... uma militante que sempre me voltei mais com trabalho operário apesar de ser estudante... O que eu sempre acreditei é que era necessário um trabalho de mobilização junto com os operários e camponeses...de que a revolução dificilmente sairia só...éh:: que não sairia dos estudantes nós estudantes iríamos apoiar... lá no partido nós então vimos que era importante um trabalho de frente operária junto com aqueles lugares naqueles lugares que tinham tido uma tradição importante de luta no golpe militar...que foi Barra do Piraí e Volta Redonda... Então comecei todo um trabalho aqui... que culminou numa frente operária com o pessoal da JOC... PCdoB... PCB, PCBR e nós tínhamos um apoio fundamental que era o apoio da Igreja do Dom Waldyr... (Estrella Dalva Bohadana em depoimento a CVVR)

Diante desse contexto, a partir do segundo semestre de 1970, esses grupos clandestinos irão unir-se à Juventude Operária Católica e criar um grupo de trabalho, denominado “Frente Operária”, cujo objetivo principal era a criação de um movimento de massa operário contra a Ditadura, baseada no “Programa Socialista para o Brasil”.

As principais organizações que atuaram no município foram: O Partido Operário Comunista (POC), Política Operária, (POLOP), Partido Comunista Brasileiro

---

<sup>14</sup> A expressão luta armada contra a ditadura militar é uma denominação consagrada no campo da História. Entretanto, é necessário esclarecer que esse conjunto de ações, embora tenha feito significativo uso de armas, nem sempre constituiu em combate armados entre as esquerdas e os militares como sugere a própria terminologia. (SALES, 2015, p. 9)

Revolucionário (PCBR), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR) e União da Juventude Patriótica (UJP) ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). (CVVR, 2015, p. 267)

Segundo Emídio Jeremias<sup>15</sup>, a principal atividade da Frente Operária foi à distribuição folhetos e cartas nas casas dos operários e na Usina Presidente Vargas com críticas ao governo e a Ditadura Militar implantada no Brasil. Outro objetivo dessa frente era a conquista de novos membros para o movimento. Segundo Estrella Dalva Bohadana<sup>16</sup>, militante da Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária – OCML-PO, mais conhecida como **POLOP** em Volta Redonda, para realizar tal tarefa, esses grupos buscaram o apoio da Igreja para conscientizar a população e conseguir militantes na luta contra a Ditadura Civil-militar.

O envolvimento da JOC com as questões sindicais e com os grupos de esquerda clandestinos fez com que o grupo fosse perseguido pelos militares no final do ano de 1970, levando a desarticulação total do grupo em Volta Redonda. Seus militantes foram presos e torturados, passaram por Inquéritos Policiais Militares (IPM), e foram classificados de “subversivos ou comunistas”.

No entanto apesar de sua desarticulação, a JOC teve um papel importantíssimo, ajudando a criar uma cultura de contestação ao regime, pois muitos de seus membros continuaram na militância, ajudando na luta pela retomada do sindicato e exercendo lideranças nas greves ocorridas durante a década de 80. Além disso, muito de seus integrantes passaram a se envolver com os trabalhos das CEBs, ajudando a implementar o método Ver, Julgar e Agir.<sup>17</sup>

Ambas as organizações católicas tiveram um papel crucial na formação da consciência da classe trabalhadora de Volta Redonda, contando com o apoio essencial do Bispo D. Waldyr Calheiros, que foi o principal responsável por esse processo de formação política-religiosa.

Juntamente com a atuação desses grupos, ocorreram outros atos de oposição e resistência aos militares dentro da Igreja, buscando demonstrar a realidade dos trabalhadores da cidade. Dentre esses eventos, temos que contestavam a realidade social, temos: a encenação da Paixão de Cristo como “via crucis” da classe operária no Estádio

---

<sup>15</sup> Emídio Jeremias em depoimento a Comissão da Verdade de Volta Redonda.

<sup>16</sup> Estrella Dalva Bohadana, em depoimento a CVVR.

<sup>17</sup> O método Ver, Julgar e Agir foi criado por Joseph Cardijn, idealizador da JOC, e mais tarde implantado em todos os movimentos da Ação Católica.

de Volta Redonda, a encenação do “Auto da Sexta Feira Santa”, na Igreja Santa Cecília e o Presépio da Igreja Santa Cecília, a encenação de peças teatrais em comemoração ao aniversário de 20 anos Declaração Universal dos Direitos Humanos, a “Zé do Forno” e “Monólogo das Empregadas”.

Em todos esses acontecimentos, vemos uma clara crítica ao Estado e as condições de trabalho da população, como são mostradas em trechos dessas peças:

“Na estação ferroviária de Volta Redonda, vi pobres que dormiam, velho e crianças, pais e filhos jogados no cimento frio, sem roupas e sem pão”... A fome do mundo é a fome de Cristo. Os andrajos do podre vestem a humanidade. Aqueles que tem muito, ainda mais querem. E nada pode matar a sua sede....”<sup>18</sup>...

“Calor. Faz calor...tenho a garganta seca de calor. Essa boca de aço, vomitando aço... Sou o boi. O olho do patrão calcula meu peso e o seu lucro...mede a carne e reclama dos meus ossos... Sou o boi assado...coisa de doido. Durmo hoje, amanhã o forno me espera. O orno é minha sombra. Sombra preta de carvão. Carvão da noite, noite da morte”<sup>19</sup>.

Todos esses atos de contestação por parte da Igreja foram interpretados pelos militares como atos subversivos e que tinham o objetivo de incitar à luta de classes de pobres contra os ricos. Fatos que levaram a abertura de um Inquérito Policial Militar (IPM) contra o bispo que foi acusado de fomentar a subversão em sua diocese, além da prisão e tortura de seus produtores<sup>20</sup>.

Durante todo esse período, apesar da forte repressão dos militares, ocorre um crescimento das ações da Igreja que vão difundindo entre os militantes, sejam eles católicos ou operários da usina ou trabalhadores de outros campos. Muitos desses militantes tiveram participação em grupos católicos, nos quais discutiam assuntos políticos, debatiam estratégias de resistência e criaram uma cultura de contestação ao regime.

Neste contexto de luta, vemos que a consciência da classe trabalhadora vai ser formada pelas experiências em comum, imposta por uma cultura de oposição as arbitrariedades do Estado, que se apresentavam em forma de exploração, baixos salários, péssimas condições de serviços e perseguição a qualquer um que contestava o regime, sendo denominado de “subversivos” ou “comunista”. Criando uma identidade comum, a luta contra o Estado e o capital, representado pela CSN, num processo de construção coletiva.

---

<sup>18</sup> Peça Auto da Sexta Feira Santa – Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – PASTA 2a

<sup>19</sup> Peça Zé do Forno. - Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – PASTA 2a

<sup>20</sup> Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros (CNVR) - (2015, p. 213-216)

Neste sentido, o conceito de experiência de Edward Palmer Thompson pode ajudar a compreender a formação de uma consciência de classe em Volta Redonda, pois de acordo com o autor a classe é resultado de experiências (herdadas ou partilhadas) que se articulam à identidade dos interesses entre seus membros em oposição a outros grupos cujos interesses se opõem aos seus. Com isso, classe deixa de denominar apenas a união dos elementos ‘meios de produção’ e ‘trabalhadores’, e passa a abranger a experiência. (THOMPSON,1987, p. 10)

É claro que não se pode afirmar que nesse momento, estava formada a consciência da classe trabalhadora de Volta Redonda, pois o fazer-se da classe operária é um processo em que não existe início, meio e fim, como numa construção de uma casa. As classes estão sempre em construção, nunca serão acabadas. Nesse sentido, entre 1964 a 1979, a classe operária de Volta Redonda vai se aglutinar em torno de novos interesses comuns, lutas por melhores condições de emprego e contra as atrocidades dos militares, buscando uma retomada do SMVR, criando uma nova consciência de classe. Além disso, vão criar elementos que os identificam como grupo, o que segundo Eric Hobsbawm (1988) expressa como uma consciência de classe. (p.279-280)

É importante mencionar também que nesse processo, o Boletim diocesano, periódico da Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda, teve um papel importantíssimo, isso porque contribui com diversas reportagens que buscavam conscientizar os trabalhadores sobre diversos assuntos: política, direitos trabalhistas, violência na cidade, movimento sindical, etc. Como por exemplo, nas edições 117 e 144, que fazem uma crítica ferrenha aos dirigentes do sindicato no período, buscando conscientizar seus leitores sobre a importância da união dos trabalhadores para organização de um verdadeiro sindicato de classe.

Em continuidade a esse processo, em junho de 1979, o Boletim diocesano apresenta uma reportagem sobre a História do SMVR e destaca a importância na Campanha salarial metalúrgica e do trabalho de oposição sindical como base da conscientização da classe. Além de criticar a intenção da CSN em dividir a classe operária, com a implantação do prêmio do operário padrão, na qual o trabalhador vencedor será aquele que cumprir todas as metas da empresa, entre elas não reclamar de nada. Nesse mesmo periódico, apresenta a carta da Ação Católica Operária que foi lida nas missas de domingo, com o seguinte comunicado:

- a presença dessa pastoral na campanha salarial dos metalúrgicos.
- que é fruto de um longo trabalho de base e de conscientização.
- que esse trabalho se expressa na organização da OPOSIÇÃO SINDICAL espalhada por todo o Brasil.
- cujo objetivo é fazer do sindicato um instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores.
  - que não se trata de substituir a diretoria do sindicato, mas sim de, “devolver a classe operária, através de assembleias e comissões, seu poder de elaborar reivindicações, de negociar com os patrões e de decidir as formas de lutas. (Boletim Diocesano nº 158)

Nesse mesmo boletim, também é exposto que um dos grandes problemas do sindicalismo brasileiro é a corrupção e o peleguismo, e que isso ocorre devido à falta de um movimento de base forte. Fato que irá fazer que com a Igreja continuasse a incentivar a Oposição Sindical<sup>21</sup> na luta pela retomada do SMVR.

Em 1979, vão ocorrer alguns acontecimentos que vão contribuir para uma aproximação ainda maior da classe trabalhadora com a Igreja, fortalecendo o grupo de Oposição Sindical. Entre eles temos as “Greves dos Professores” e a “Greves das Empreiteiras da CSN”. Em ambos, as greves a Igreja tiveram uma participação fundamental, na primeira, no apoio logístico, cedendo as dependências da Cúria Diocesana para reuniões e assembleias, além da carta de apoio aos professores, que foi de suma importância, ajudando a ganhar o apoio da população<sup>22</sup>. Enquanto na outra, assumiu a intermediação do conflito, pois os trabalhadores não confiavam na direção do sindicato existente, como também vai deixar as dependências da Igreja a disposição dos grevistas, que contaram com o apoio das 42 comunidades eclesiais que forneceram alimentação aos peões durante o período<sup>23</sup>.

Todos esses acontecimentos contribuíram para reorganização de um sindicato combativo na região, fortalecendo a Oposição sindical, que nas eleições de 1983 venceram as eleições sindicais com o apoio da Igreja, iniciando a partir de então uma

---

<sup>21</sup> Em 1973, o sindicato deixa de estar sob a intervenção dos militares. Ocorrendo a primeira eleição sindical livre desde 1968. Nesse momento, D. Waldir apoia a candidatura de Waldemar Lustosa Pinto, pois desejava transformar o sindicato num instrumento eficiente de luta em defesa dos trabalhadores. No entanto, a gestão de Lustosa distanciou dos compromissos assumidos com a categoria, levando ao surgimento do grupo de Oposição Sindical, liderado por trabalhadores ligados as CEBs. (MONTEIRO, 1995)

<sup>22</sup> Entrevista com Maria das Dores Pereira Mota. Fundadora e ex-presidente do SEPE-VR. Acervo pessoal do autor.

<sup>23</sup> Boletim Diocesano nº166.

nova era no sindicalismo na cidade, com uma maior integração entre os trabalhadores, Igreja e SMVR.

### **Considerações finais**

Com base nas leituras, podemos concluir que entre os anos de 1964 a 1979 a cidade de Volta Redonda foi um palco de disputas entre os militares, trabalhadores e Igreja. Apesar de ter ficado marcado na historiografia como uma época de passividade diante das ações dos militares, vimos através das memórias e experiências de ex-militantes que o período representou o surgimento de uma cultura de contestação e resistência ao regime civil-militar, unindo diversos grupos leigos e religiosos, que mais tarde organizaram um sindicato combativo no município.

Também vimos que o golpe realizado em 1964 afetou diretamente a classe trabalhadora, que perdeu seus dirigentes sindicais, sofrendo com uma política de arrocho salarial e o controle sindical por parte do Estado. Nesse momento, os grupos de trabalhadores encontraram na Igreja Católica, um elo de confiança, na qual podiam reclamar e contestar as imposições do Estado e do capital na cidade. Esses operários contaram com o apoio do Bispo D. Waldyr Calheiros, que conseguiu aglutinar em torno da Igreja diversos movimentos contrários ao regime, sendo considerado um bispo “subversivo ou comunista” pelos militares.

Durante esse período, a Igreja de Volta Redonda, teve uma participação fundamental na reorganização do movimento sindical. Isso porque essa instituição operou desde 1966, como uma forte aliada dos trabalhadores e dos militantes não aceitando as imposições do Estado no município. Ajudando na formação de uma cultura de resistência operária, que deu origem ao grupo de Oposição Sindical no município.

Nesse processo, a Igreja contou com o apoio de diversos grupos católicos, no qual se destacaram as CEBs e a JOC. As Comunidades eclesiais tiveram um papel importante, formando lideranças nos bairros e nas fábricas, apoiando as reivindicações operárias e se transformando em um espaço de organização e mobilização dos trabalhadores, difundindo uma nova visão de mundo.

Enquanto a JOC atuou mais no mundo do trabalho, buscando conscientizar os trabalhadores do chão de fábricas, realizando reuniões que tinham o objetivo de conscientizar os trabalhadores na luta por seus direitos. Esse acesso aos trabalhadores

aproximou a JOC de algumas organizações de esquerda mais radical, que vinha nesse grupo a oportunidade de aliciar militantes para esses grupos. Fato que levou a prisão e tortura de vários integrantes desses grupos.

No geral, a Igreja teve um papel fundamental na formação de uma consciência de classe entre os trabalhadores, ajudou a criar uma unidade operária, estimulando participação sindical. Além de fortalecer o grupo de Oposição sindical, transformando o sindicato em um instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli: *Formação da Classe Operária em Volta Redonda*. Volta Redonda: Editora VR, 2010.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base?*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, Célia Maria Leite et all (orgs.). *O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom. Waldyr Calheiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

DREIFUSS, René A. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESTEVEZ, Alejandra e ROMANELLI, San. Ditadura e Repressão Contra a Classe Trabalhadora: questões de justiça de transição, direitos humanos e justiça social em uma abordagem histórica e político-normativa. *Revista Anistia*, (online). Brasília, V. 1. nº 10, p. 432-471, julho /dezembro de 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/revista\\_anistia\\_n10\\_web.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/revista_anistia_n10_web.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2018.

\_\_\_\_\_, Alejandra. Igreja católica e movimentos sociais na cidade de Volta Redonda. *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Anais*. Rio de Janeiro. 2009.

\_\_\_\_\_, SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalho, memórias e identidades: os usos do passado na experiência da Cidade do Aço*. In: Juniele Rabêlo de Almeida. (Org.). *História Oral e Movimento Social: narrativas públicas*. 1º ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 95-115.

\_\_\_\_\_. *A Igreja e os trabalhadores católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária (1940-1980)*. 2008. 159 p. Dissertação de mestrado – UFRJ. Rio de Janeiro.

FORTES, Alexandre, et al. *Dicionário Históricos dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. *O fazer-se da classe operária, 1870-1914* In: *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 279-304.

JESUS, Paulo Sérgio de. A cidade de Osasco: JOC (Juventude Operária Católica), ACO (Ação Católica Operária), JUC (Juventude Universitária Católica) no movimento operário (1960-1970). *Projeto História (online)*, São Paulo, nº 33, p. 365-373, 2006. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume33/pesquisa\\_08.pdf](http://www4.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume33/pesquisa_08.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural(Online)*. Paraná, nº 27, p. 39-53, 2012. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574/6324>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

MONTEIRO, Geraldo. *Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 anos brasileiros*. Rio de Janeiro: FSB comunicações, 1995.

NEGRO, Antônio Luigi et al. Trabalhadores e Ditadura. *Revista Mundos do Trabalho (online)*. v.6. nº 11, Janeiro-junho de 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2014v6n11p5/28614>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *O modismo “civil-militar” para designar a Ditadura Militar*. *Jornal Brasil de Fato*. 10 de Agosto de 2012. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SALES, Jean Rodrigues (org). *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina – FAPERJ, 2015.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Revista Política e Sociedade*. n. 13, p. 279 – 309 outubro de 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/9321/8605>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Sindicatos e o golpe de Estado de 1964: a experiência dos metalúrgicos do RJ. *Revista Perseu (online)*. n.10, p. 33-60, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/72-Texto%20do%20artigo-99-1-10-20180416.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

SILVA, Luiz Fernando Mangea da. *D. Waldyr Calheiros de Novaes: da tenra idade ao caso JUDICA*. XXVII Simpósio de nacional de História. Anpuh, Natal, 2013.

\_\_\_\_\_. *Resistência e Compaixão: o catolicismo social de Dom Waldir Calheiros*. Jundiaí: Paco Editorial. 2017.

SOARES, Paulo Célio. *Uma nova maneira de ser Igreja. Nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979)*. 2001. 247 p. Teses de Mestrado – USS, Vassouras.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

## A JOC E A FORMAÇÃO DA FRENTE OPERÁRIA EM VOLTA REDONDA (1969-1971)

Luis Felipe Nunes Silva\*

**Resumo:** A presente pesquisa aborda a participação dos militantes da JOC (Juventude Operária Católica) na formação da Frente Operária em Volta Redonda, no ano de 1970. Nesse período, desenvolveram – se relações muito próximas entre membros da Diocese local e grupos de esquerda. O caso mais notório e complexo dessa relação foi a ligação estabelecida entre membros da JOC que participaram da formação de um grupo clandestino intitulado Frente Operária, que reunia diversos grupos de esquerda (POLOP, PCBR, VAR e MR8), que pretendia organizar ações políticas contra a Ditadura. Nesse período, a Diocese, liderada por D. Waldyr adotou uma posição contrária a todas as políticas implementadas pelo governo militar. Nessa linha de atuação destacou – se a JOC, que mantinha ligação com grupos de esquerda, notadamente a POLOP. Naquela conjuntura repressiva a Igreja local, portadora de uma legitimidade que não poderia ser questionada pelo Estado, contribuiu para as ações dos opositores ao regime. Esta pesquisa, pretende também evidenciar o protagonismo da mulher, descrevendo as condições de sua atuação na construção de ações contrárias à ditadura, contextualizando o apoio buscado com a Igreja católica, e sua participação nos grupos da esquerda revolucionária. Na metodologia utilizaremos a História Oral, com o intuito de proceder a coleta de entrevistas com antigos militantes que compuseram a referida Frente ou seus familiares. O uso da História Oral como metodologia, busca uma maior aproximação com o objeto de pesquisa, proporciona o resgate das memórias dos presos e torturados, além de contribuir suprimindo a baixa quantidade de fontes do período militar.

**Palavras-chave:** Diocese de Volta Redonda, JOC, Frente Operária.

**Abstract:** The present work addresses the participation of JOC militants in the formation of the Workers' Front in Volta Redonda, in 1970. During this period, very close relationships between members of the local diocese and leftist groups developed. The most notorious and complex case of this relationship was the link established between members of the JOC who participated in the formation of a clandestine group called the Workers Front, which brought together several leftist groups (POLOP, PCBR, VAR and MR8), which intended to organize political actions against the dictatorship. During this period, the Diocese, led by D. Waldyr, took a position contrary to all

---

\* Mestrando em História Social no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Pós-graduando em Educação e Direitos Humanos pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Graduado em Licenciatura em História.

policies implemented by the military government. In this line of action, JOC stood out, which had a connection with leftist groups, notably POLOP. In that repressive conjuncture the local Church, which had a legitimacy that could not be questioned by the state, contributed to the actions of the opponents of the regime. This research also intends to highlight the role of women, describing the conditions of their action in the construction of actions contrary to the dictatorship, contextualizing the support sought with the Catholic Church, and their participation in the groups of the revolutionary left. In the methodology we will use Oral History, in order to proceed with the collection of interviews with former militants who composed the referred Front or their family members. The use of Oral History as a methodology, seeks a closer relationship with the object of research, provides the rescue of the memories of prisoners and tortured, in addition to contributing to supply the low number of sources from the military period.

**Key words:** Diocese of Volta Redonda, JOC, Workers' Front.

## **1 Introdução**

Este artigo aborda sobre o crescente autoritarismo, durante os anos de chumbo<sup>24</sup> da Ditadura Militar, e sua relação com a aproximação da Igreja Católica com grupos de esquerda revolucionárias. Dom Waldir e setores da Diocese tinham pleno conhecimento da ligação da Juventude Operária Católica (JOC) com as esquerdas revolucionárias<sup>25</sup>. Nossa pesquisa apresenta as relações da Juventude Operária Católica com o grupo de esquerda revolucionária Política Operária (POLOP) na formação de uma Frente Operária, durante os anos de chumbo, destacando possíveis relações dos militantes da esquerda revolucionária com setores do clero de Volta Redonda.

A Diocese local de Volta Redonda praticou vários embates contra a Ditadura, destacando que alguns membros da JOC foram presos, sendo uma das mais combativas no país. Iremos analisar e descrever os principais conflitos na repressão política contra a Frente Operária. Os relatos pertencentes a Comissão Municipal da Verdade, envolvendo prisões de membros da JOC e de organizações da esquerda revolucionária, entre os anos de 1967 a 1970, irão compor os atores e perspectivas ideológicas no interior da Igreja.

A Diocese local de Volta Redonda foi um local social privilegiado durante o período estudado, diferente dos partidos políticos que tinham suas sedes invadidas e foram para a ilegalidade, a Diocese tinha seu funcionamento normal sem proibições. Atingiu um ponto crítico de confronto, sendo muito importante sua análise para entrarmos na questão referente a compreensão das relações da Igreja, grupos de esquerda revolucionária e militares durante os anos de chumbo. Esta Diocese foi uma das pioneiras no Brasil a ter uma nova postura, de apoio as classes dominadas, sendo combativa contra a Ditadura Militar.

Em Volta Redonda, a JOC se tornou um movimento de organização e mobilização popular, onde canalizou toda a revolta e indignação contra a repressão militar, e também contra as más condições de trabalho do operário da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A JOC procurava apontar uma saída para a crise de Estado democrático que caía sobre a sociedade, sendo de fundamental importância recuperar sua história em Volta Redonda, visto que é uma cidade com um grande polo operário devido a CSN, e também

---

<sup>24</sup> Período mais repressivo da ditadura militar. Início com a edição do AI-5 em 68, até o final do governo Médici.

<sup>25</sup> Descrito na entrevista de Estrela Bohadana contida na Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda.

pela possibilidade de caracterizarmos as células de organização da Frente Operária, como forças de mobilização popular e formação de novos intelectuais orgânicos. Por isso, recuperarmos a história da JOC é fundamental para a história da Igreja Católica, pois possibilitou um novo modelo orgânico da Igreja, com caráter popular, se inserindo de fato no cotidiano do povo e nas lutas sociais, com um poder eclesial menos centralizado.

O trabalho organizado pela Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda (CMV-VR) contribui trazendo uma profundidade no contexto da repressão feita pelo exército nos trabalhadores, bem como os mecanismos de controle que possuíam, desde o início da ditadura militar, porém ainda ficaram muitos temas por serem investigados. Ao estudar a Frente Operária, darei continuidade à parte dessas investigações.

A Igreja católica cada vez mais ia se apresentando como força de oposição à ditadura, visando o trabalho pedagógico com os operários. Os grupos de esquerda revolucionária da época, que criticavam a guerrilha urbana, e buscavam o trabalho de conscientização, perceberam na Igreja o apoio que necessitavam para atuar clandestinamente. Com esta pesquisa, irei contribuir para a revisão de certa literatura, que tratou o período de 1964 e 1978, como de passividade da classe trabalhadora, ao demonstrar a ação operária durante os anos de chumbo.

O contexto ideológico e histórico da JOC, presente nos artigos de Estevez e de Victoria da Silva, foi utilizado para apontarmos desde o início de sua criação na Bélgica, em meados de 1920, até a chegada no Brasil na década de 50. Utilizamos o Concílio do Vaticano II, para embasar os apontamentos acerca do método jocista, Ver, Julgar e Agir. Estevez ressaltou a importância, que este Concílio trouxe também, na formação ideológica e nas práticas transformadoras, de D. Waldyr.

As mulheres estavam dispersas no período anterior à ditadura, sendo excluídas da política durante o governo de Juscelino Kubitschek, segundo nos traz Teles em seu artigo. Em 1957, foi proibida e fechada a Federação de Mulheres do Brasil, organização nacional das mulheres que recebia influência do Partido Comunista. Fato esse ocorrido sem manifestação dos homens do partido, que mantiveram apoio a Kubitschek.

Isso proporcionou pouca mobilização entre as mulheres, que foram cooptadas pelos órgãos apoiadores da ditadura, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que influenciou na criação da Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE), no Rio de Janeiro, organização que apoiou a derrubada do governo de João Goulart. No período inicial da ditadura, as mulheres de esquerda não deixaram de agir e criar ações contestatórias, Teles (TELES, 2014, p. 117) aponta em seu texto:

As mulheres por decisão própria foram participar dos movimentos guerrilheiros. Romperam com preconceitos e barreiras junto à sociedade, em geral, e, também dentro de suas próprias organizações de esquerda. Muitas foram assassinadas, tombaram de maneira corajosa, mas suas histórias permanecem ignoradas e anônimas.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o papel da Frente Operária na oposição ao regime militar na cidade de Volta Redonda. Para tal, serão iluminadas as relações estabelecidas entre Igreja Católica local, a partir da atuação de militantes da JOC e grupos de esquerda revolucionária, especialmente a POLOP, entre o período de 1969-1971.

Objetivos específicos:

1 - Identificar e contextualizar a relação e linha de contato de militantes da JOC diante da formação da Frente Operária, com elementos do clero, das pastorais e grupos da Igreja em Volta Redonda.

2- Identificar e analisar os principais conflitos e episódios envolvendo militares e membros da Igreja em Volta Redonda.

3- Analisar as formas de atuação e organização da Frente Operária.

4 – Evidenciar a participação da mulher como liderança da Frente e seu caráter de atuação clandestina.

O corpus documental utilizará fontes primárias da diocese: atas das reuniões, boletins da diocese, cartas, documentos, relatórios de pastorais, periódicos locais e nacionais, arquivos particulares do bispo, clérigos; Relatório da Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros (2015), e relatório do BIB de Barra Mansa. Ressalto que tenho total acesso a esses materiais, por ter participado, durante minha formação em licenciatura, de um projeto de iniciação científica com o professor e coordenador do curso de história, da faculdade UGB/FERP em Volta Redonda, Paulo Célio Soares.

Será levantado material relativo a Frente Operária no acervo do Arquivo Nacional, base SIAN, e no acervo Dops depositado na APERJ. Também será usada a documentação guardada no Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva, da UFF Atterrado, que graças ao convite feito pela Alejandra Estevez, para participar do núcleo de pesquisas sobre ditaduras no cone sul, tenho acesso a essas documentações.

Os testemunhos coletados pela Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda servirão para a análise dos discursos das vítimas, contribuindo para contextualizarmos os níveis de poder do exército na região e as estratégias de resistência

traçadas pelos militantes. Também nos permitirá analisar as estratégias, formas de organização e atuação dos atores que compuseram a Frente Operária.

### **Ditadura Militar no Brasil: 1964 – 1974.**

Em 31 de março de 1964, chegava no Brasil um movimento com viés anticomunista, com a promessa de restaurar a democracia do país. Modificando instituições através de decretos intitulados de Atos Institucionais – AI. Neste contexto, mesmo mantendo a constituição de 1946, são feitas modificações que serão denominadas como AI – 1 baixado em 09 de abril de 1964, que colocou à frente da presidência do país o general Humberto de Alencar Castelo Branco, através de votação indireta.

Castelo Branco tinha como objetivo de seu governo, no plano econômico, controlar a crise financeira deixada no governo de João Goulart. Com o Programa de Ação do governo (PAEG), que introduziu a correção monetária para a regularização de impostos, beneficiando o empresariado. Aliado ao PAEG, foi criada a Lei de greve, medida burocrática que dificultava para os trabalhadores assalariados a realização de greves, tornando-as praticamente impossível, mesmo sendo previsto pela constituição. Com a proximidade das eleições que seriam realizadas em 1965, a linha castelista temendo derrota, alarmou os olhares militares. Levando Castelo Branco baixar o AI- 2, que estabeleceu em definitivo eleição para presidente e vice-presidente da República, sob a votação absoluta da maioria pertencente ao Congresso Nacional, de maneira pública e votação nominal. Como podemos observar no trecho mencionado por Boris (BORIS, 1996, p. 474):

Os grupos de linha – dura, adversários dos castelistas, viram nele a prova de que o governo era muito complacente com seus inimigos. Eles pregavam a implantação de um regime autoritário com controle militar estrito do sistema de decisões para levar mais longe a luta contra o comunismo e a corrupção.

A implantação do AI -2, consolidaram os poderes presidenciais, possibilitando legislar e baixar atos, estendendo o conceito de segurança nacional conforme os interesses. Desta forma, extinguindo com os partidos políticos existentes. Forçando apenas a criação de dois partidos, pela Legislação partidária: Aliança Renovadora Nacional (Arena), e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Apesar de Castelo Branco, ser visto na linha histórica como um governante da “ditadura branda”, foi o presidente que instituiu 4 AI’s comprovando seu governo autoritário.

Em 1967, chegava ao poder Arthur da Costa e Silva, que seria a representatividade de uma postura mais “Linha Dura” das forças armadas e dos nacionalistas. Mas Costa e Silva não foi a expressão que os militares esperavam, ao estabelecer contato com a oposição moderada, que vinham se articulando na formação de sindicatos, pressionando o governo ditatorial. Após os primeiros anos que se deram de repressão, podemos observar a articulação de membros da Igreja, no embate com o governo. Onde o campo de destaque se dá no Nordeste estendendo a mobilização aos estudantes em torno da UNE. Em 1968, observamos que as mobilizações ganharam corpo, uma vez, que se estendia para além das fronteiras brasileiras. Esse clima de manifesto chegou ao Brasil modificando principalmente o campo cultural, atingindo a artes e principalmente a música popular.

Até então o golpe de 1964, vinha alicerçado da justificativa de sanar os problemas no âmbito político. Mas, uma vez tendo atingido o poder, os militares iriam pleitear a permanência no mesmo. Utilizando como massa de manobra em primeiro momento a classe média que havia reconhecido sua ascensão. Desta forma, os primeiros anos que se dá de regime é pautado pela “Liberdade de expressão”, para a manutenção do golpe de Estado estabelecido, como destaca Napolitano (NAPOLITANO, 2014, p. 68) neste fragmento:

A relativa liberdade de expressão que existiu entre 1964 e 1968 explica-se menos pelo caráter “envergonhado” da ditadura e mais pela base social do golpe de Estado e pela natureza do próprio regime por ele implantado. Tendo forte apoio nas classes médias e produto de uma conspiração que envolveu setores liberais (ancorados na imprensa e nos partidos conservadores).

Diante da estrutura que foi se emoldurando até o ano de 1968, observamos a articulação do campo cultural, que antes não sofria embates diretamente com as forças governamentais. E agora, passam a ser um dos principais alvos juntamente com as organizações estudantis. O catalisador da junção entre: igreja e o movimento estudantil; se dá mediante a morte do estudante secundarista Edson Luís<sup>26</sup>, e logo após as duas greves que ocorreram ao mesmo tempo, sendo uma em Contagem (Belo Horizonte) e outra em Osasco (São Paulo). Esta sucessão de acontecimentos, seria o ponta - pé para o início da Luta Armada. Para combatê-la, Costa e Silva baixou o AI-5 e coibiu as liberdades políticas e fechou o Congresso. Dessa forma, a máquina repressiva militar estava vigorando a todo vapor, reforçando a voz dos grupos de Luta Armada, demarcando no

---

<sup>26</sup> Estudante assassinado pelos militares, durante um confronto no restaurante Calabouço no centro do RJ, no dia 28 de março de 1968.

ano de 1969 como: “os anos de chumbo”. Após Costa e Silva sofrer um derrame, que ocasionaria em seu afastamento, os militares infringem a constituição, impedindo Pedro Aleixo de assumir (vale lembrar que o vice era um civil, que havia discordado da implementação do AI-5), convocando eleições através do Congresso Nacional para presidente e vice-presidente. Chegando ao poder Emílio Garrastazu Médici, obtendo seus poderes até 1974. No contexto do governo Médici a frente da governabilidade do país, entra em vigor o AI-5. Onde desarticulou os grupos de Luta Armada, atingindo um dos principais líderes da época Carlos Marighella, pego em uma emboscada policial, vindo a óbito em novembro de 1969. Mediante a forte repressão, os grupos considerados subversivos, foram reduzidos, devido à forte violência militar.

### **Ditadura Militar em Volta Redonda: 1967 – 1970.**

O cenário que o Brasil vivenciava, era de forte repressão a grupos considerados subversivos. E é neste contexto, que a cidade de Volta Redonda se insere como palco de atuação política de movimentos social engajados pela frente operária, que surgiria no seio da criação da Companhia Siderúrgica Nacional. Neste tópico, veremos como se deu o processo ditatorial especificamente na cidade de Volta Redonda. Tendo em vista que a siderúrgica já tinha interferência militar em sua gênese, através deste polo industrial veremos a ação militarista criar uma correlação com a cidade por meio da ditadura.

Em 1940, ainda no período conhecido como varguista, instala-se em Volta Redonda a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sendo até então a maior usina siderúrgica da América Latina. A cidade torna-se tipicamente operária, o que passa trazer sentido para a formação e atuação de sindicatos, que neste início tiveram importante participação em embates entre partidos, Partido Social Democrático (PSD) – varguistas e Partido Comunista Brasileiro (PCB) - comunistas. Este confronto de ideais, ocorre até 1957, quando os comunistas conseguem vencer as eleições para presidência do sindicato, travando um conflito de atuação com o governo até o golpe de 64. Apesar da usina, inserir-se à região na década de 40, o corpo sindicalista ganha forma a partir do ano de 1946 como ressalta (MOREIRA, 2003, p. 6) neste fragmento:

O Sindicato dos Metalúrgicos, fundado em 1946, era dominado pela direção da CSN até 1951, quando elegeu sua primeira diretoria, pautada na luta pela moradia para os trabalhadores da usina. Havia também a reivindicação assistencialista (médica, dentaria, jurídica e trabalhista), bem como de melhores condições de trabalho e de salários.

Cria-se uma nova classe que estava se consolidando na região, aonde em um processo de industrialização, vai crescendo os aglomerados urbanísticos, que passa a desenvolver novas relações entre o capital e o trabalho. A forte mudança de ideário advinda pelo golpe no país em 64, nos leva a observar que a força sindicalista passa a ter suas ações minadas, afetando consecutivamente a cidade de Volta Redonda, sendo possível compreender a interferência das instituições militares na cidade, diante desta afirmação segundo Souza (SOUZA, 1992, p. 09):

Os militares que sempre estiveram na direção da CSN assumem também a direção da cidade, provocando forte intervenção sobre o complexo cidade-indústria. Eles nomeiam prefeitos, intervêm no sindicato, prendem e torturam trabalhadores. A CSN se desfaz dos compromissos com Volta Redonda e esta assume vida própria.

Agora com a intervenção direta dos militares, dentro não só do CSN, como também, em toda cidade, a Igreja surge como principal incentivadora de movimentos que ganharam voz nas ruas de Volta Redonda, até os anos finais de 1970. A Igreja, dentro deste polo industrial se vê frente a uma nova tomada de postura diante do seu papel político dentro da sociedade. Estevez nos traz em seu artigo, o embate na defesa dos “direitos humanos” ocorrerá principalmente entre autoridades eclesiásticas e militares. É no ano de 1967, que veremos claramente o posicionamento da igreja perante a implementação da Lei de Segurança Nacional e da promulgação da nova Constituição Republicana.

Os diferentes grupos considerados esquerdistas, advindas de partidos políticos, surgem nesta nova fase siglas variadas para enfatizar a luta contra a repressão militar. É neste âmbito que veremos no ano de 67, envolvimento da Juventude Diocesana Católica (JUDICA). Onde ganhará a contribuição do novo Bispo diocesano que se integrará a cidade de Volta Redonda, D. Waldyr Calheiros de Novaes. A Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda (CMV-VR) citará em seus documentos o caso dos quatro jovens, acusados de subversão por distribuição ilegal de panfletos. Como podemos observar neste fragmento segundo Estevez (ESTEVEZ, 2015, p. 05):

Em novembro de 1967, quatro jovens pertencentes ao movimento católico JUDICA foram presos pelos militares após serem detidos distribuindo alguns panfletos julgados subversivos. Dois membros desse movimento – Natanael José da Silva (presidente) e Jorge Gonzaga (diretor esportivo e cultural) – acompanhados do diácono Guy Michel Thibault e do seminarista Carlos Rosa, após a missa, resolveram dar um passeio na Kombi da diocese e distribuir alguns panfletos de indignação contra a situação social de Volta Redonda.

Neste contexto já é possível mensurar e constatar a intolerância democrática que assolava a cidade diante da linha dura dos militares. Este seria apenas um dos casos que iria fazer movimentos sociais se articularem em torno da igreja como forma de reafirmarem a causa pela qual lutavam. Desta forma, se intensificará as perseguições e prisões até o ano de 1969, onde quem estará à frente do 1º BIB será o coronel Arménio Pereira, que passará a investigar sistematicamente as atividades ligadas à diocese Barra do Pirai/Volta Redonda, segundo nos aponta Estevez. A postura crítica da igreja frente à ditadura era clara. E com a chegada do bispo D. Waldir para a região diocesana deixava isto mais evidente, onde podemos observar sua postura contra a o governo militarista, na recusa ao realizar a celebração de “aniversario pelo golpe de 64”, segundo nos aponta a autora. Conforme a ditadura vai se consolidando, vemos os embates entre a Igreja e o governo ditatorial sofrendo gradual crescimento de posicionamentos divergentes políticos/sociais. A medida que o monitoramento efetivo e sistemático dos militares cria forma, torna – se mais perceptível as perseguições aos membros vinculados a movimentos considerados à margem das regras impostas pelo militarismo.

### **Contexto Ideológico da Igreja Católica Brasileira: 1922 – 1970.**

A Igreja passou por uma mudança em seu interior nos anos de 1960, trazendo outra postura para seus agentes eclesiásticos, como também para os movimentos leigos gestados, como a Juventude Operária Católica. Nas primeiras décadas do século XX, afirma-se como intermediária entre Estado e sociedade, graças à atuação dos intelectuais católicos. Estevez (ESTEVEZ, 2015, p. 3) contextualiza em seu artigo:

Exemplo do restabelecimento dessa hegemonia católica consiste na fundação do Centro D. Vital, no Rio de Janeiro, em 1922, que assumirá a produção da revista *A Ordem* - importante fonte de divulgação das ideias eclesiásticas. O Centro D. Vital tinha, portanto, como principal objetivo divulgar as ideias católicas, e se encontrará à frente de importantes mudanças ocorridas na década seguinte: lançará as bases da Ação Católica no Brasil, em 1933; criará a Confederação Nacional da Imprensa Católica; estimulará o surgimento das universidades católicas e da Liga Eleitoral Católica.

A partir de 1930, a Igreja inicia uma aproximação ao Estado devido as políticas públicas de Vargas que concebia um projeto de conciliação com a classe operária, atrelando os sindicatos ao seu governo e trazendo uma aparência de harmonioso com o operário, além do discurso anticomunista. Em Volta Redonda, essa aproximação entre Igreja e Estado, se materializa nos chamados Círculos Operários, fundado em 1946 na cidade. Nesse período até o início da década de 60, a postura da Igreja era conservadora,

alinhada com as classes dominantes do Estado. Após 1950, em meio à crise política do Estado Novo e o soerguimento dos grupos e partidos de esquerda, a Igreja passa a se projetar mais afastada da esfera estatal, iniciando uma visão mais crítica do mesmo, deixando de lado as características paternalistas adotadas nos anos anteriores. Essa ruptura com o Estado, vindo com mais intensidade a partir de 1960, trouxe uma disputa no interior da Igreja, acerca de quais ideias baseariam a estratégia a ser usada, na implementação da Doutrina Social Católica. Os tradicionalistas possuem uma visão de combate à grupos de esquerda, além de optarem por não ter uma práxis transformadora. Priorizam a narrativa voltada, para o debate dos costumes e da moral católica.

E há os contrários aos tradicionalistas, que percebiam da mesma forma que a esquerda revolucionária, a necessidade de uma práxis que propicie uma mudança social aos operários, que possa agir na realidade local da paróquia. A essa corrente, que possui diretrizes influenciadas pela teologia humanista francesa e pelo Concílio do Vaticano II, podemos chamar de Progressistas ou Esquerda Católica: essencialmente anticapitalista e anti-imperialista, irá dialogar com conceitos marxistas, além de agir em conjunto com grupos da esquerda revolucionária, como o estudado neste trabalho. Da Silva (DA SILVA, 2009, p. 50) expõe:

É nessa perspectiva de renovação que estará orientado o Concílio Vaticano II. Realizado entre os anos de 1962 e 1965, ele será responsável por uma mudança profunda nas orientações da Igreja Latino Americana. A constituição pastoral *Gaudium et Spes* o seu resultado mais significativo. Ela trata de assuntos fundamentais como a participação dos leigos, dogmas e poder papal. Além disso, estabelece o dever dos cristãos com o novo mundo, interpretando a nova realidade social e agindo sobre ela.

Analisando as cartas e telegramas que D. Waldyr recebeu nesse período, percebemos apoio a sua postura combativa e preocupação às prisões de membros da JOC vindos de outros integrantes da Igreja católica, constatando uma rede de comunicação ampliada a outros estados mobilizando e influenciando politicamente as Dioceses atreladas. Como nesta carta de D. Waldyr à D. Humberto Mazzoni, onde são citados nomes de outros bispos contrários aos abusos de poder dos militares, como o de D. Scherer que parece no trecho referente à excomunhão da Igreja, os militares envolvidos na prisão dos jocistas e dos militantes da frente operária (Arquivo da Diocese BP-VR)<sup>27</sup>: “[...] e fazer chegar às mãos do Presidente Médici o conhecimento do caso com a decisão

---

<sup>27</sup> Arquivo da Diocese BP-VR, Carta de D. Waldyr à Humberto Mazzoni, em 26 de janeiro de 1971.

dos padres e Bispo de Volta Redonda em fazer publicar a excomunhão em que incorrerem os torturadores, que isto contaria com aprovação da CNBB”

Se antes com D. Altivo, bispo anterior a D. Waldyr, que tinha uma postura de apoio a ditadura militar, após o Concílio do Vaticano II, a Diocese de Volta Redonda, que recebera grande influência de D. Waldyr, terá uma postura forte de enfrentamento, sendo pioneira e influenciando outras Dioceses do país. Essa mudança de práxis na Diocese local pode ser contextualizada pela entrevista, com os próprios militantes da JOC da época, presente neste trecho do jocista Jorge Gonzaga<sup>28</sup>:

Dom Altivo Pacheco, e esse bispo era extremamente conservador, mantinha o bispado fechado. Só a burguesia local que tinha acesso ao espaço. O bispado era como se fosse uma fortaleza ali e era uma coisa até distante. Quando Dom Waldyr chega e vê esse movimento, ele percebe que quer trabalhar com esse rebanho de jovens e “quero que esses jovens sejam meu porta voz e energia nessa cidade. Ele percebeu logo que tinha uma organização forte e uma coisa pulsando, viva. A JUDICA surge praticamente desses encontros no bispado porque ele começa a levar os principais líderes para conversar com ele lá no bispado.

### **O Contexto da Juventude Operária Católica Brasileira**

A JOC chega aos centros mais industrializados do Brasil em 1930, trazida sob a coordenação da Ação Católica Brasileira (ACB), nacionalizando-se somente em 1948, durante a I Semana de Estudos Nacional da JOC, em São Paulo entre os dias 5 a 10 de outubro daquele ano. Um dos idealizadores da JOC foi o padre belga Joseph Cardin, que esteve inclusive neste primeiro evento nacional jocista. Cardin era filho de operários, atuando junto a juventude trabalhadora belga, por volta dos anos de 1927. Bedê, organiza um breve comentário a respeito de Cardin, no relatório da CMV-VR (CMV-VR, 2015, p. 257):

A Juventude Operária Católica (JOC) foi idealizada pelo Padre Joseph Cardin, em 1927, em Bruxelas. Joseph Cardin era filho de operário na Bélgica e resolveu atuar com a juventude trabalhadora para as pessoas terem consciência do valor do trabalho, o valor da vida e do bem-estar das pessoas através do direito a salário digno, educação e saúde para todos os trabalhadores e suas famílias. E aí surgiu a JOC. E ela se espalhou pelo mundo, inclusive no Brasil. Em 1947, houve o 1º Congresso Internacional da JOC, em Montreal-Canadá. Nesse Congresso havia 9 padres brasileiros como delegados que voltaram ao Brasil e organizaram, em 1948, em São Paulo, o Primeiro Encontro Nacional da JOC, com a presença do fundador, Pe. Cardin.

A Ação Católica Brasileira objetivava agir, na contradição das estruturas do mundo do proletário, junto ao povo, fosse cristão ou não. A estratégia da ACB se

---

<sup>28</sup> Entrevista de Jorge Gonzaga, 24/03/2014, CMV-VR.

materializou primeiramente nos Círculos Operários, sendo que ainda não praticavam uma práxis transformadora. Havia um caráter paternalista e assistencialista, trazendo tanto influências significativas a JOC, como embates. Até meados de 1950, a JOC possuía uma linha mais conservadora, com um ideal de harmonia entre as classes. Durante esse período, a práxis jocista girava em torno de questões morais do Evangelho em detrimento das discussões políticas. Não possuía ação em sindicatos, como também não tinha uma proximidade com o proletário, o objetivo era recristianizar a classe trabalhadora. Da Silva (DA SILVA, 2009, p. 43), contextualizou bem como iniciou a JOC:

Nessa fase inicial de atividades, a JOC caracterizou-se mais como um movimento religioso do que como uma organização de trabalhadores. Os sacerdotes configuravam-se os principais recrutadores e dirigentes. Predominavam os cuidados com os aspectos juvenis e educativos, tais como o senso de responsabilidade através da formação da vontade e da inteligência. O golpe militar de 64 modifica essa postura da JOC, que passa a assumir um caráter mais progressista. A ditadura militar modifica os aspectos sócio econômico e os quadros políticos, modificando a atuação da JOC que passou a realizar uma crítica acerca da condição do proletário, do país e da América latina também.

No início de 1968, a JOC supera seu raio de ação para além, dos Círculos Operários e das paróquias, e passa a inserir sua dinâmica nas fábricas, sindicatos e bairros. Influência direta do grupo Ação Católica, nos anos de chumbo manteve relações de trabalho com sindicalistas que foram presos no 1º BIB em Barra Mansa. Essas relações já eram noticiadas nos jornais da época, como nesta matéria do Jornal Última Hora onde destacamos este trecho (Arquivo da Diocese BP-VR)<sup>29</sup>: “As autoridades admitem que haja ligação dos líderes sindicais presos no 1º BIB em Barra Mansa, com elementos da chamada Ação Católica atuante em Volta Redonda.” A JOC começa a disputar as narrativas que defendem os direitos trabalhistas: baixa remuneração, extensas jornadas de trabalho, saúde do operário, entre outros. Da Silva destaca três Congressos fundamentais: II Congresso Mundial da JOC, I Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores e o Congresso de Jovens Operárias Domésticas, todos concretizados no ano de 1961, como fatores de influência na construção do ser jocista, colocando sua atuação mais nas organizações populares, sindicais e associações de bairros. A JOC é responsável pelo método “Ver, Julgar e Agir”, no intuito de trazer uma consciência crítica ao povo. Esse método pedagógico baseia – se em: ver o problema, julga-lo sob os preceitos cristãos e agir para transformá-lo dentro da condição de proletário explorado. Como Da Silva (DA SILVA, 2009, p. 30) diz em sua tese, acerca desse novo método de atuação jocista: “Ou

---

<sup>29</sup> Arquivo da Diocese, Jornal Última Hora, 06/05/68, pág. 6.

seja, o emprego do método direcionava os militantes aos seus problemas diretos, cotidianos e, conseqüentemente, às atividades concretas em prol destes e, ainda, propiciava a formação de lideranças locais”.

O método “Ver, Julgar e Agir”, passou a ganhar mais força e poder organizativo a partir de 1960, devido as mudanças introduzidas na Igreja durante o pontificado de João XXIII (1958 – 1963). João XXIII introduz características além da preocupação apenas com questões morais, passando a ter uma postura mais combativa com as questões relacionadas a desigualdade econômica e social e a necessidade dos cristãos em tomarem frente a esses problemas. Destacamos as duas encíclicas construídas no período de João XXIII, a *Mater et Magistra* (1961) e a *Pacem in Terris* (1963) para denotar a mudança de foco das práxis da Igreja. A encíclica de 1961 relaciona uma análise nas questões do subdesenvolvimento dos países atrasados, e a segunda busca uma paz entre as nações. Constatamos também a importância que o Concílio do Vaticano II (1962 – 1965) trouxe para dentro da Igreja. Construído sob o papado de João XXIII, e terminado no de Paulo VI, trouxe mudanças significativas, além de ser o período que D. Waldyr se torna bispo. A Igreja passou a ter uma mudança de visão sobre qual prática adotar em relação aos leigos, a relação entre vida e fé, desenvolvendo pôr fim a ideia de Igreja como povo de Deus, havendo a implementação de uma nova tática, que visava mais o engajamento político como exemplo para obter a fé do próximo.

Outro destaque importante na organização política jocista, foi a Conferência Episcopal de Medellín, na Colômbia em 1968, como mais um dos eventos que irão proporcionar ao corpo clerical católico, oportunidade de discussões acerca do método ‘Ver, Julgar e Agir’, como neste trecho da carta recebida por D. Waldyr de D. Aloísio, onde há convite para uma reunião “reservada”, com o intuito de debater as diretrizes da Conferência (Arquivo da Diocese BP-VR)<sup>30</sup>: “Vamos ter a partir do dia 25 de noite, a reunião reservada sobre os documentos de Medellín. Quem sabe conviesse o senhor vir e falar com D. Scherer e D. Sales”. A II Conferência do Episcopado Latino Americano de Medellín traz o lema “voz dos que não tem voz”, reforçando a crítica ao sistema capitalista, relacionando com a reforma agrária e a desigualdade social. Veio em um momento conturbado de governos ditatoriais e de guerrilhas urbanas e camponesas.

### **Construção e Atuação da Frente Operária**

---

<sup>30</sup> Arquivo da Diocese, Carta de D. Alísio a D. Waldyr, em 21 de janeiro de 1971.

No ano de 1970, com o governo Médici tendo seu ápice no uso da força e tortura como formas de coesão, alguns grupos da esquerda revolucionária iniciaram críticas, ao chamado foquismo guerrilheiro, passando a fazer mais trabalhos de conscientização e agitação e propaganda, junto aos operários de centros urbanos. É neste contexto que surge a Frente Operária. É de uma corrente da POLOP, a Fração Bolchevique, a iniciativa e liderança dessa frente, por meio de um dos seus quadros ativos, Estrella Bohadana<sup>31</sup>. A POLOP era fundada na teoria do marxismo – leninismo, tendo como meta síntese a práxis transformadora da realidade e o centralismo democrático no cerne da sua organização. Bedê elucida muito bem o principal foco da Frente Operária, em seu texto na CMV-VR (CMV-VR, 2015, p. 266):

Naquele segundo semestre de 1970, no auge do poder tirânico do Governo do General Emílio Garrastazu Médici, o trabalho de base junto às massas operárias nos centros industriais tornou-se uma necessidade tanto para os grupos que não haviam abandonado ainda a luta armada, mas precisavam de novos militantes de reserva ou estabelecer vínculos com as bases sociais proletárias, quanto para outros grupos que fizeram autocrítica do vanguardismo, do militarismo e do foquismo guerrilheiro e passaram a priorizar o trabalho junto às massas urbanas de centros de concentração operária, para dali nascer o movimento revolucionário do proletariado contra a opressão da Ditadura e a exploração capitalista.

Constatamos a presença de outros grupos da esquerda revolucionária, na formação da Frente Operária em Volta Redonda: PCBR, MR-8, VAR/PALMARES, ALN, Partido Operário Comunista e a União da Juventude Patriótica. A Frente se organizava em células, que reuniam cerca de dois a quatro militantes: havia uma célula universitária, uma territorial (bairro Retiro) e a célula da Cúria (Vila Santa Cecília), sendo essa a principal. Todas as organizações citadas estão contextualizadas no relatório da Comissão Municipal da Verdade, de Volta Redonda. Aqui, um breve comentário organizado por Bedê sobre Estrella (CMV-VR, 2015, p. 268):

Ainda em 1970, surgiu como a tendência interna da POLOP a Fração Bolchevique que criticava a visão doutrinária estreita, vanguardista e dogmática da PO, distante da realidade social e política, e propunha um trabalho de organização revolucionária das massas operárias tendo por base o Programa Socialista para o Brasil. Em Volta Redonda, a principal militante da POLOP-FB foi a estudante de arquitetura, Estrella Bohadana, responsável pelo surgimento da Frente Operária e do envolvimento com militantes da Juventude Operária Católica (JOC).

---

<sup>31</sup> Estrella era estudante universitária de arquitetura da Faculdade de Barra do Piraí, militante da POLOP. Foi presa pela ditadura aos 19 anos, posteriormente tornou –se professora da Universidade Estácio de Sá e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Faleceu no dia 11 de maio de 2015.

Pe. Natanael, indicado por D. Waldyr, era um dos coordenadores da JOC. Bem politizado, e jovem, possuía fácil identificação com os jovens que militavam nos grupos de esquerda da época. Estrella aproximou-se de um grupo de teatro na época, como uma ponte para conquistar novos membros em Volta Redonda, e se aproximou de Pe. Natanael, dando início a várias articulações na construção da Frente Operária. Na CMV-VR é contextualizado muito bem essas articulações feitas por Estrella (CMV-VR, 2015, p. 269):

A articulação da Frente iniciou-se com Estrella Dalva Bohadana que havia recebido esta missão de sua organização (POLOP). A principal missão da militante Estrella Bohadana envolvia sua aproximação com a Juventude Operária Católica como caminho para chegar aos jovens operários, através de conversas com o Pe. Natanael. Ao mesmo tempo, numa segunda ponta, Estrella buscou se aproximar do grupo de teatro e jornalistas de Volta Redonda para conquistar jovens intelectuais de Volta Redonda para a Frente.

A principal articuladora da Frente Operária, Estrella Bohadana, atuava clandestinamente dentro da Igreja. Apenas poucos Jocistas que compunham a Frente, mais Pe. Natanael e D. Waldyr, que sabiam da organização política de Estrella e dos demais militantes vindos dos grupos de esquerda revolucionária. Estrella era estudante de arquitetura, em Barra do Piraí, e atuava dentro da Frente Operária como liderança, se organizando na Fração Bolchevique.

Até o momento foi constatado a panfletagem e colagem de lambe – lambe como formas de atuação política e prática da Frente, caracterizando ser um trabalho mais sólido que pedagógico com o povo. Estrella explica sobre essa solidez no trabalho de base da Frente (CMV-VR, 2015, p. 275):

Nosso trabalho aqui era de panfletagem, de divulgação, e um trabalho mais sólido que eu diria pedagógico, no sentido de mostrar qual era a situação e o que significa um país com o golpe militar como o nosso, o que tinha sido a própria história desse país, que não tem uma tradição, ou que está longe de ter uma tradição democrática, então, nosso trabalho inicial e a estratégia era de como trazer os operários para poder discutir um programa socialista para o Brasil.

Podemos constatar o conhecimento e participação de D. Waldyr, pela entrevista de Estrella concedida a CMV-VR, neste trecho (CMV-VR, 2015, p. 272):

Quando a JOC entrou nessa frente era por concordar que era importante esse trabalho, trabalho de esclarecimento, de conscientização, de levantamento das condições reais de vida dos operários da CSN, dos ferroviários de Barra do Piraí, então, nós tínhamos um compromisso em que o padre Natanael ele encampou muito bem, nos apoiou, muitas reuniões foram feitas na igreja e o dom Waldyr foi presente o tempo todo. Nesse ponto, nós tínhamos um respaldo importante.

O conteúdo abordado nesses materiais possuía uma crítica ao regime ditatorial militar, como também o descaso com o proletário e o baixo salário que era ofertado pela CSN na época, sendo a luta pelo turno de 6 horas uma das pautas mais importante, nesse período ainda era vigente o turno de 8 horas. Havia críticas ao imperialismo norte americano, enfatizando seu apoio ao golpe militar vigente naquele período. João Batista, militante da JOC em depoimento a CMV-VR, nos remete sobre o conteúdo de uma das panfletagens (CMV-VR, 2015, p. 265):

No panfleto, acho que a realidade que a gente queria mostrar é da diferença de status entre o poder do Exército e a população brasileira. E nós, não sei se é por que vivemos na sociedade, não sei se é por que a gente vivia naquela classe dominada, então a gente sentia realmente que existia uma diferença, muita diferença, tanto é verdade que essa diferença se tornou muito patente quando nós percebemos que a CSN dava aos militares do batalhão as melhores casas em Volta Redonda.

No dia 2 de novembro de 1970, o carro da Paróquia Santa Cecília dirigido pelo Pe. Natanael e ocupado por Hélio Medeiros e João Cândido foi interceptado pelo sargento Pires, da equipe S2 do 1º BIB, quando passavam pela Vila Santa Cecília, sob alegação de estarem em “atitude suspeita”. Foram obrigados a dirigirem o veículo para Barra Mansa. No caminho, o carro havia sofrido colisão com uma Kombi, resultando na fratura da clavícula de Pe. Natanael e em uma fratura no braço de João Cândido que foi levado ao hospital na tarde, engessado o braço e a noite já estava no 1º BIB. Pe. Natanael foi operado e passou dois dias em observação, sendo preso dias depois desse ocorrido. Os 3 jovens estavam distribuindo panfletos, que organizavam críticas não só a ditadura, como ao imperialismo norte americano e as condições precárias dos trabalhadores da CSN. No dia 6 de novembro do mesmo ano, já se encontravam detidos no 1º BIB 14 jovens vinculados a JOC, dentre eles, Estrella, identificada como jocista pelos militares. Terminava de maneira autoritária e violenta, a construção da Frente Operária em Volta Redonda.

Com esse episódio envolvendo a prisão dos 14 jovens, mais Pe. Natanael e posteriormente militantes dos grupos de esquerda, contextualizamos uma série de prisões em massa de suspeitos de participarem “de levantes comunistas”, assim classificados pelos militares. De acordo com a Comissão Municipal da Verdade, podemos separar em dois momentos as prisões, sendo um entre 2 e 15 de novembro, e o outro após 15 de novembro de 1970, caracterizando o desmantelamento da Frente Operária em Volta Redonda. Esse mesmo contexto de prisões em massa, já havia ocorrido em duas outras ocasiões: Golpe de 64 e Operação Gaiola do AI – 5. Os casos especificados demonstram os abusos cometidos pelos militares, o autoritarismo da Justiça Militar e o desrespeito a

autoridade episcopal, sendo representativo de uma série de excessos de autoridade cometidos em muitas outras ocasiões. Desde fins de 1967 já havia casos de prisões sem Habeas Corpus, envolvendo agentes eclesiais da Diocese de Volta Redonda. O caráter clandestino de atuação dos membros dos grupos da esquerda revolucionária, que compunham a Frente Operária, resultou na prisão de pessoas que por não participarem da construção e organização da Frente, não sabiam de nenhuma informação que tivesse relação aos atos “subversivos” dos agentes da Frente. Todos os presos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sendo as testemunhas os próprios oficiais do exército, demonstrando a força que os militares possuíam na época junto ao poder judiciário.

### **Considerações finais**

A grande maioria das pesquisas feitas sobre Volta Redonda, durante a ditadura militar, possui foco no período final dos anos de 1970 e nos anos 1980, resultando em uma menor contextualização sobre os abusos de poder dos militares contra os trabalhadores da cidade, passando uma impressão de certa passividade dos operários. Foram ignoradas também as estratégias de resistência e de luta dos trabalhadores, e suas relações com os demais componentes da sociedade civil, como a Igreja católica e os grupos de esquerda revolucionária que estiveram na cidade. Diante deste quadro historiográfico, ainda hegemônico, que este projeto se insere e pretende matizar estes pontos de vistas, propondo uma nova interpretação.

Concluimos que o estudo da Frente Operária traz uma relação de cooperação inédita até o momento histórico pesquisado: a Igreja católica com grupos de esquerda revolucionária no Rio de Janeiro, e evidencia o protagonismo da mulher, liderança da Frente Operária, Estrella Bohadana, na luta contra a Ditadura Militar.

## **REFERÊNCIAS**

### **Fontes:**

Arquivo da Cúria Diocesana de Barra do Piraí-Volta Redonda.

Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros - Volta Redonda. 2015.

Comissão Nacional da Verdade: violações de direitos humanos dos trabalhadores. Relatório – textos temáticos. Vol. 2. 2014.

Comissão Nacional da Verdade: violações de direitos humanos nas Igrejas cristãs. Relatório – textos temáticos. Vol. 2. 2014.

**Arquivos digitalizados da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda:**

Carta Arcebispado São Luiz - Maranhão - D. Edmilson - 12 fev. 1972.

Carta de D. Alísio a D. Waldyr, em 21 de janeiro de 1971.

Carta de D. Waldyr à Humberto Mazzoni, em 26 de janeiro de 1971.

Carta de D. José Brandão de Castro à D. Waldir - 27 fev. 1972.

Carta de D. Waldir aos irmãos do Episcopado.

**Periódicos**

Jornal Última Hora, 06/05/68, pág. 6.

Jornal Última Hora, 24/07/1971.

Jornal Sul do Estado, entre 18 a 31/01/69.

Jornal Sul do Estado, entre 14 a 15/01/69.

Jornal Sul do Estado, entre 31 a 07/02/1969.

Jornal do Brasil, 14/11/67.

Jornal do Brasil, 04/06/1968.

**Bibliografia**

BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli. *Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe Operária em Volta Redonda*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2007.

BOBBIO, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. 3ª edição. Rio de Janeiro, 1994.

CARDIJN, José. *Os leigos na linha de frente*. São Paulo: Edições Paulinas. 1967.

CORREA, Larissa Rosa. FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *As falas de Jerônimo: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira*. Artigo – Anos 90. Vol. 23, nº 43. Porto Alegre, 2016.

FABIAN, Roberto. *JOC: da submissão a contestação*. Dissertação de mestrado. PUC. São Paulo. 1988.

FAUSTO, Boris. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

DA SILVA, Victoria Gambetta. *Juventude Operária Católica em Santa Catarina (1948 – 1970): Trajetória, Memórias e Experiências*. Tese (Dissertação de Mestre em História Cultura) – Universidade Federal de Santa Catarina, P 30 - 56. Florianópolis, 2009.

ESTEVEZ, Alejandra. *A igreja e os trabalhadores católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária (1940 – 1980)*. Dissertação de mestrado – UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

ESTEVEZ, Alejandra. *A Ação Operária no Espaço Eclesiástico: O Movimento da Juventude Operária Católica e da Ação Católica Operária (1940 – 1980)*. Artigo – Encontro Internacional da ANPHLAC. Campinas, 2006.

ESTEVEZ, Alejandra; ASSUMPÇÃO, San Romanelli. *Ditadura e repressão contra a classe trabalhadora: questões de justiça de transição, direitos humanos e justiça social em uma abordagem histórica e político - normativa*. Artigo – Revista Anistia Política e Justiça de transição/ Ministério da Justiça. N 10 (jul. / dez. 2013). Brasília, 2014.

ESTEVEZ, Alejandra; ASSUMPÇÃO, San Romanelli; GUIMARÃES, Vitor. *O caráter de classe da ditadura e a invisibilidade dos trabalhadores*. Artigo – Revista Verdade, Justiça e Memória. 2015.

ESTEVEZ, Alejandra. Lima, Raphael. *A articulação empresarial-militar na cidade de Volta Redonda: violações aos direitos humanos da classe trabalhadora*. Artigo – Direitos Humanos na América Latina. Nova Petrópolis: Nova Harmonia/São Leopoldo: Karywa, 2015.

ESTEVEZ, Alejandra. *Relações Igreja – Estado em uma cidade operária durante a ditadura militar*. Artigo – Revista Brasileira de História. Vol35. Nº69. São Paulo, 2015.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001

JESUS, Paulo Sérgio de. *A cidade de Osasco: JOC (Juventude Operária Católica), ACO (Ação Católica Operária), JUC (Juventude Universitária Católica) no movimento operário (1960-1970)*. Projeto História, n.33, São Paulo, 2006. (Online), disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2455>. Acesso em 15 de nov. 2018.

LIMA, Raphael Jonathas da Costa. *Novas e velhas questões: revisando a historiografia sobre Volta Redonda (RJ)*. Artigo – Unisinos. Vol. 14. Nº1. Rio de Janeiro, 2010.

MATTOS, Raimundo César de Oliveira. *A Juventude Operária Católica*. Artigo – UERJ. Vol. 6. Nº2. Rio de Janeiro, 2009.

MOREIRA, Ruy. *Ascensão e Crise de Paradigma Disciplinar: a Reestruturação Industrial e espacial do Rio de Janeiro*. Niterói: GERET, 2003.

MURARO, Valmir F. *Juventude Operária Católica*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NEGRO, Antonio Luigi. CORREA, Larissa Rosa. FONTES, Paulo. *Trabalhadores e Ditadura*. Artigo – Revista Mundos do Trabalho. Vol. 6, nº 11. 2014.

PASSOS, Mauro; NEVES, Lucília. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960 - 1970)*, Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

SANTANA, Marco Aurélio. *Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil*. Artigo – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, 2014.

SANTANA, Marco Aurélio e ESTEVEZ, Alejandra. *Trabalho, memórias e identidades: os usos do passado na experiência da Cidade do Aço*. Artigo. 2016.

SOARES, Paulo Célio: *A Construção de Uma Nova Maneira de ser Igreja: o nascimento e organização das comunidades eclesiais de base em Volta Redonda (1967-1979)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) - USS.

SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. *Pelo Espaço da Cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda*. Dissertação de Mestrado, UFRJ/IPPUR, Rio de Janeiro, 1992.

TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boi Tempo. 2010.

TELES, Marília Amélia de Almeida. *A insurgência do feminismo popular sob a ditadura militar*. Artigo – Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964 – 2014). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

THOMPSON, Paul. *A voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

## INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR, A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE CONTIDA NOS ARQUIVOS PESSOAIS E SUAS PRÁTICAS BUROCRÁTICAS: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Alice Veridiana de Sousa\*

**Resumo:** O presente artigo propõe refletir, sobre as demandas de natureza procedimental, teórico-metodológicas e de capacidade estrutural que são acionadas no âmbito institucional a partir da aquisição de um arquivo pessoal pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Busca pensar sobre o aparato exigido pela custódia de um acervo pessoal e privado, e como a aplicabilidade, ou não, de recursos, sejam eles normativos ou materiais, impactam diretamente nos usos científicos, acadêmicos e culturais previstos para esse tipo de acervo, considerando que a aquisição se dá em uma instituição que não tem a guarda como seu objetivo fim. O presente estudo teve como abordagem metodológica a pesquisa documental, observação *in loco* do acervo, pesquisa da legislação afim e de normas internas tanto de instituições arquivísticas, como também daquelas análogas à UNIRIO e ainda revisão bibliográfica. Seu resultado permitiu constatar ser uma realidade a presença de acervos arquivísticos privados em instituições de ensino superior públicas e a importância da adoção de procedimentos específicos para aquisição de arquivos pessoais.

**Palavras-chave:** arquivos pessoais; aquisição; diretriz.

**Abstract:** This article proposes to reflect on the procedural, theoretical-methodological and structural capacity demands that are triggered at the institutional level through the acquisition of a personal archive by the Federal University of the State of Rio de Janeiro - UNIRIO. It seeks to think about the apparatus required by the stay of a collection and how the viability, or not, of these resources, whether normative or material, directly impact the scientific, academic and cultural uses provided for this type of collection, considering that the acquisition occurs in an institution that does not have custody as its end goal. The methodological approach used was documentary research, on-site observation of the collection, research of related legislation and internal norms of archival institutions, as well as those similar to UNIRIO, as well as bibliographic review. The result of the research showed that it is a reality the presence of private archival collections in public higher education institutions and the importance of adopting specific procedures for the acquisition of personal archives.

**Keywords:** personal archives; acquisition; guideline.

---

\* Mestre em Memória e Acervos. Especialista em Gestão Pública. Graduada em Arquivologia. Supervisora da Unidade de Arquivo Setorial do Instituto Biomédico da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

*“Nós não queremos um pedaço do bolo,  
nós queremos mudar a receita.”*

(Alice Wolfson)

## 1 Introdução

A reflexão proposta no artigo em tela compõe pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos - PPGMA da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, especificamente na linha de pesquisa “práticas críticas em acervos: difusão, acesso, uso e apropriação do patrimônio documental material e imaterial”. A mesma desenvolveu-se e foi motivada com o intuito de atender de forma específica uma demanda de natureza tanto profissional quanto institucional.

O tema *A UNIRIO e o arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo: a aquisição de acervos arquivísticos privados por instituições públicas de ensino superior*, propõe pensar as implicações decorrentes da aquisição de acervos privados por estas instituições. A reflexão proposta se desenvolve a partir do entendimento de que a recepção de um patrimônio arquivístico não pode ser considerada trivial, nem executada de forma ingênua, diante da função social que representa sua custódia. Esse ato, portanto, requer a elaboração e adoção de normas, procedimentos e direcionamentos que auxiliem tanto o processo de aquisição, como também sua permanência, preservação e meios de disponibilização ao público.

Por este motivo, foi constante a preocupação para que a pesquisa fosse direcionada não somente para profissionais de arquivo, mas também ao corpo técnico e gestores, atores estes que, de alguma forma, deparam-se com situação de recepção de patrimônios dessa natureza, em especial nas universidades públicas.

O estudo teve como campo empírico a aquisição de um arquivo pessoal pela UNIRIO, partindo da perspectiva de refletir sobre essa dinâmica do custodiar, não só a curto como também em longo prazo, assim como sublinhar o comprometimento social trazido agregado a esta missão. Dessa forma o objetivo da pesquisa foi evidenciar, com base na análise da experiência da UNIRIO, a importância de procedimentos específicos para auxiliar a aquisição de um arquivo de natureza pessoal, uma vez que esse ato se configura em demandas contínuas na rotina institucional. Procurou, nesse aspecto,

ressaltar a necessidade de planejamento e procedimentos específicos para que seja viabilizado, de forma plena, o diálogo entre a sociedade e patrimônio adquirido.

A pesquisa, caracterizada como um estudo de caso, buscou refletir sobre um fazer (a custódia de arquivo pessoal) que não se encontra bem estruturado (carência de recursos humanos especializado, normas, protocolos direcionados para tratamentos, disseminação, conservação e preservação etc) e que interfere, de certa forma, na capacidade de execução da própria missão a que se propôs.

Com o aprofundamento da pesquisa, constatamos que, para alcançar um “fazer” arquivístico para o acervo pessoal fruto da pesquisa, assim como outros que possam vir a compor o capital cultural da instituição, é necessário que se estabeleçam diretrizes. A mesma deverá ser elaborada detalhadamente, de maneira a dar o suporte necessário tanto no início das tratativas de aquisição do acervo, como posteriormente ao longo da efetiva custódia. Assim, a pesquisa levou a apresentação de uma proposta de diretriz para aquisição de arquivos pessoais pela UNIRIO.

Nesse sentido, buscou-se, observar, analisar, pensar criticamente, aprender com a realidade e propor soluções. A partir disso, a seus objetivos específicos foram:

- apresentar o titular por meio de sua biografia, descrevendo as características de seu arquivo, ressaltando sua importância simbólica;
- mostrar que o tratamento arquivístico é importante e indispensável requisito para a difusão, realização de atividades científicas e acadêmicas e a plena apropriação do acervo pelo usuário. E, com isso, procura apontar metodologia adequada para tratá-lo, tendo em vista sua natureza, os pressupostos teóricos e as características documentais que mais sobressaem;
- contextualizar a diferença entre arquivos públicos e privados, e apontar a relação destes com as instituições públicas, analisando, para isso, as questões oriundas dos campos jurídico e normativo, quando se dá o processo de apropriação de um acervo privado;
- analisar casos de aquisição e custódia de arquivos privados em instituições análogas à UNIRIO;

- analisar o processo histórico de entrada dos arquivos privados em instituições de ensino e a importância destes para o desenvolvimento do ensino e pesquisa;
- apontar a necessidade de investimento em políticas de aquisição, considerando as características próprias das instituições de ensino, de modo a garantir os usos do patrimônio adquirido, e considerando, para isso, o comprometimento e as demandas acrescidas à instituição pela entrada de tal patrimônio; e, por fim,
- apresentar uma minuta de diretriz para aquisição de arquivos pessoais pela UNIRIO com vistas a subsidiar e orientar esse ato.

Como forma de proporcionar um entendimento coeso das questões abordadas a pesquisa se apoiou em três pilares:

- 1- Arquivo pessoal: como legado/ processo de aquisição/ tratamento técnico;
- 2- Relação do Patrimônio Documental com o Estado;
- 3- As universidades públicas no contexto de custodiadoras de arquivos privados.

Desta maneira, com os estudos e as reflexões desenvolvidos, procuramos buscar entendimento de cunho teórico/prático para lidar com a aquisição de acervos privados de natureza pessoal e as implicações trazidas por este visando seu pleno uso. De forma geral o objetivo da pesquisa foi, além de evidenciar que é possível e relevante a participação de instituições públicas de ensino superior na guarda, preservação e disseminação de acervos arquivísticos, para além daqueles oriundos da função administrativa, também buscou destacar a necessidade da adoção de diretrizes e de capacidade estrutural (logística e humana) que conduzam todas as fases desse processo de custódia como tem ocorrido com os arquivos pessoais de relevância social e histórica.

### **1 Arquivo pessoal: um legado documental**

O campo empírico da pesquisa trata da aquisição, pela UNIRIO, do Arquivo pessoal de seu ex – reitor Guilherme Figueiredo, realizado por meio de doação no ano de 2014, por iniciativa de seus herdeiros. O titular foi escritor e dramaturgo, publicitário, formado

em Letras e Direito, e teve extensa carreira na docência e no campo do Teatro. Nascido em Campinas, em 1915, viveu a maior parte de sua vida no Estado do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1997. Atuou como docente no campo das letras e do teatro. Tendo lecionado a disciplina História do Teatro, no Conservatório Nacional de Teatro. Exerceu o cargo de reitor da UNIRIO entre os anos de 1977 e 1988. Desse modo, sua relação com a universidade em tela já se entrecruzava desde seu vínculo com a Escola Nacional de Teatro, que veio a integrar Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara – FEFIEG e a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ, que posteriormente, 5 de junho de 1979, por meio da Lei nº 6.655 foi transformado em UNIRIO. Ficou conhecido também devido ao seu vínculo familiar com o último presidente militar no Brasil, João Batista Figueiredo, de quem era irmão.

Foi como dramaturgo que Guilherme Figueiredo se tornou conhecido e conquistou projeção nacional e internacional. Neste campo repercutiram de modo exponencial, dois de seus muitos trabalhos. O primeiro, a peça *A raposa e as uvas* (1952), foi sua obra mais conhecida e de maior repercussão, tanto no Brasil quanto no exterior. Ela foi encenada em diversas partes do mundo, como, por exemplo, China, no Japão, na então União Soviética, Bulgária, Romênia, Hungria, Espanha, França e no Peru, entre muitos outros países. Outra peça sua de grande sucesso foi *Um Deus dormiu lá em casa* (1952). Esta última dirigida por Bibi Ferreira lançou profissionalmente Tônia Carrero e Paulo Autran. Por estes trabalhos, em especial, o titular recebeu significativas premiações e condecorações.

As características pessoais, profissionais, políticas, culturais e sociais que contornam a biografia de Guilherme Figueiredo, faz com que seu acervo seja carregado de possibilidades de abordagens analíticas.

Tal fato reforça que os arquivos pessoais carregam informações que dialogam com variadas circunstâncias e contextos sociais. Por meio de seus registros, eles cristalizam as atividades de determinado indivíduo, que podem se dar ante ao contexto de obrigações profissionais, governamentais, da vida íntima, dos compromissos familiares e sociais. Além de atenderem a algum objetivo específico, carregam discursos que, consciente ou inconscientemente, ratificam a condição da pessoa como sujeito social dentro de um determinado tempo e lugar. Inseridos “no escopo do processo de construção social da memória” (PANISSET; SOBRAL, 2016, p. 21), estes podem contribuir para a memória coletiva, social e oferecendo possibilidades para que sejam compreendidos os valores da sociedade em determinada época.

Os recursos informacionais, advindos dos arquivos pessoais, e também de arquivos constituídos em diferentes contextos de atividades institucionais e administrativas, podem promover conhecimento de caráter multidisciplinar, o que os torna possível dialogar com diversas áreas do campo do saber como, por exemplo, sociologia, psicologia, arte, história, ciências políticas, sociais e tecnológicas, dentre outras.

É nesse contexto que consideramos a importância do acervo arquivístico de Guilherme Figueiredo, agora inserido no rol dos patrimônios da UNIRIO a serem preservados. Este se faz relevante não apenas para a memória sócio-política e cultural do país, mas também para o estudo tanto do ensino do teatro como também da história da própria instituição receptora. Nessa linha, pensando as múltiplas propriedades dos arquivos pessoais para o estudo das sociedades, Lucia Oliveira (2017, p. 4) aponta que,

Os arquivos pessoais e os documentos ali presentes são influenciados e influenciam os saberes e os discursos produzidos em determinada época. Tais documentos são mais que simples indícios, registros ou instrumentos; são possibilidades de várias construções. Uma carta traduz sensibilidades e evidencia hábitos, costumes, maneiras de ser, de sentir e de viver, mecanismos sociais de determinado tempo e lugar, ou seja, sociabilidades. Essa perspectiva nos leva a afirmar que os arquivos são evidências das atividades, processos e funções que os geraram, aspectos estes que articulam a memória social, conferindo-lhe movimento, dinamizando-a. (Oliveira, 2017, p. 4).

No sentido do reconhecimento do potencial cultural e informacional dos arquivos privados para pesquisas acadêmicas, para a história, memória social e coletiva, e para a identidade local e global, mais recentemente estes estão sendo objeto de crescente interesse e investimento por parte do Estado. Esse avanço é demonstrado por leis mais específicas para sua proteção, que no caso do Brasil, datam do final do século XX e início do século XXI (Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991; Decreto 4.073 de 03 de janeiro de 2002). É também na segunda metade do século XX que estes começam a ser chancelados como fonte para a produção científica e histórica, até mesmo para a comunidade da área dos arquivos, como aponta Letícia Borges Nedel (2013, p. 151),

O despertar do interesse de pesquisa sobre arquivos pessoais no Brasil teve a história política contemporânea como principal fonte de inspiração. Esse interesse foi tensionado pela conjuntura repressiva do início da década de 1970, época em que acadêmicos e arquivistas, vivamente mobilizados em favor da preservação da memória documental do país, realizaram os primeiros congressos brasileiros de arquivologia e criaram os primeiros centros de documentação ligados à pesquisa no país. (Nedel, 2013, p. 151).

Luciana Heymann (2012, p. 23), referindo-se ao reconhecimento e valoração dos arquivos privados na idade moderna, observa que, desde os desenvolvimentos trazidos pela concepção historiográfica da Escola dos Annales<sup>32</sup>, o arquivo passou a ser entendido como agente na construção de “fatos” e “verdades”, como lócus de produção e não simplesmente de guarda do conhecimento, emprestando credibilidade à pesquisa e a produção de conhecimento científico. Nesse bojo, o potencial informacional e cultural - para fins não só administrativos e probatórios, mas também para gerenciamento do conhecimento e desenvolvimento de novos estudos e saberes - passa a estabelecer outros contornos para o arquivo privado e o projeta de mero repositório, para protagonista do desenvolvimento social e intelectual.

Assim, cabe aos órgãos que mantêm acervos desta natureza em sua custódia atentar para a singular contribuição que estes podem proporcionar à sociedade. Faz-se essencial disponibilizá-los, em cumprimento à sua função científica, cultura e social. Para tanto, não basta apenas oficializar a transmissão de propriedade, mas, também, prover meios para que o acervo produza os efeitos que justificaram sua proteção e custódia.

## **2 Da relação dos arquivos com as instituições no contexto nacional: entre o público e o privado**

O elo estabelecido entre arquivos, sociedades e as instituições datam de épocas longínquas na história da humanidade. Os registros arqueológicos em tábuas, pedras, madeira e tecidos dão testemunho da necessidade de comunicar e também de estabelecer relações que precisavam ser guardadas, recuperadas, retransmitidas entre um grupo socialmente estabelecido.

No século XVIII a trajetória da informação arquivística passa por um marco em sua relação com a sociedade, impulsionada pelas transformações trazidas com Revolução Francesa (1789). A partir daí os arquivos passam a ser reconhecidos como um bem público e do povo.

---

<sup>32</sup> A *Escola dos Annales* foi um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX, onde algumas modificações no fazer e saber histórico foram propostas, criando novas metodologias que ampliavam as possibilidades da pesquisa histórica.

O debate sobre arquivos públicos iniciado com a Revolução Francesa se tornaria, assim, um marco no entendimento de uma distinção entre os arquivos públicos e arquivos privados. Inicialmente, no “calor” da revolução, uma parte dos revoltosos pensava em destruir os documentos como uma forma de apagar resquícios de uma época considerada opressiva. Outra parte destes defendia a importância de organizá-los, conservá-los e protegê-los, fazendo com que essas informações pudessem ser acessadas pelas gerações futuras como forma de luta, reivindicação e manutenção de direitos. Desse movimento, surgiu o Arquivo Nacional da França, o primeiro do mundo, e que centraliza desde então todos os arquivos do país. Sobre esse marco histórico, Schellenberg (2006, p. 26) relata:

No fervor da Revolução, em 1789, a Assembleia Nacional criou um arquivo no qual deveriam ser guardados e exibidos seu atos. Um ano depois, por decreto de 12 de setembro de 1790, esse arquivo tornou-se os Archives Nationales de Paris. Foi o primeiro Arquivo Nacional criado no mundo. Nele deveriam ser resguardados os arquivos da Nova França [...]. (Schellenberg, 2006, p. 26)

Desde então, as práticas e os métodos voltados para os arquivos e a institucionalização dos mesmos terão começado a se desenvolver na direção de uma afirmação e consolidação metodológica e científica. Com isso, é reforçada a preocupação com a criação de arquivos nacionais que dessem conta de proteger e garantir o acesso à informação. Intensifica-se então a produção de estudos e pesquisas para elaboração de procedimentos e técnicas apropriadas, voltados especificamente para a informação arquivística, sua recuperação e acesso.

Com a Segunda Guerra Mundial (século XX), e após ela, a relação dos arquivos e da arquivística com as instituições ganha nova configuração em suas relações. Devido à acelerada e volumosa produção de informações e documentos, em função da conjuntura mundial, agora as informações arquivísticas, para além de suas relações institucionais já bem sedimentadas, passam a ser objeto de maior preocupação. Isso porque: produção, guarda, racionalização, recuperação e acesso poderiam ser comprometidos em sua segurança, uma vez que se percebia risco de perda e de garantia de longevidade das informações arquivísticas.

No Brasil, essa relação social do Estado e seus registros para com o cidadão teve início em 1838, com a criação do Arquivo Público do Império, que, vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios, tinha como missão guardar os documentos produzidos na esfera pública. Como forma de reiterar sua abrangência em todo o país, em 1893 passou a

denominar Arquivo Público Nacional. Em 1911, ocorreu sua última alteração de nome, passando então a se chamar Arquivo Nacional.

Diante desse cenário, observamos que os vínculos, construídos nas relações entre as instituições e os arquivos, foram baseados em uma busca por aperfeiçoar a usabilidade e eficácia das informações, o que passa pela administração de seu fluxo, racionalização da massa documental, acesso, bem como a regulamentação dessas questões como explica Lucia Oliveira (2010, p. 34),

A trajetória dos arquivos e da arquivologia vem, portanto, assinalada pela própria institucionalização dos arquivos. A necessidade de regular as relações comerciais, determinar a presença do Estado, registrar os processos de dominação dos povos, controlar a informação sobre a sociedade e assegurar a propriedade promoveu a criação dos arquivos e, principalmente, dos arquivos públicos. É dentro desse contexto institucionalizante dos documentos e dos arquivos que se forma a base da arquivologia. (Oliveira, 2010, p. 34).

Dentro desse contexto, novos espaços foram reivindicados e conquistados pelos arquivos. Agora, não se percebe somente sua função específica de servir à administração, mas também sua relação com a cidadania, onde os interesses se ampliam, devendo estes contribuir para os avanços da ciência, na produção de pesquisas acadêmicas, históricas e para a cultura.

O Dicionário de Terminologia Arquivística – DTA conceitua arquivo público como sendo “arquivo de entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país integrante da administração pública” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34). Ou seja, estes podem ser os conjuntos de documentos produzidos por autarquias federais, estaduais ou municipais, os quais, de acordo com a lei, são os responsáveis pela organização e preservação dos mesmos.

Os arquivos públicos se configuram não só como uma entidade pública que tem em seu papel social a responsabilidade para com os documentos recolhidos no âmbito e contexto das atividades da administração pública, mas, também, podem ser responsáveis por aqueles recebidos, ainda que não tenham sido produzidos por ela, mediante termos oficiais estabelecidos de forma bilateral. Isso desde que identificados e valorados como instrumento de apoio à cultura e ao desenvolvimento científico (Lei no 8.159/91). Essa característica da lei contempla o ocorrido na UNIRIO com a aquisição, por doação, do arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo.

Os arquivos privados progrediram em termos de reconhecimento pelo Estado uma vez que passou a existir a possibilidade de serem reconhecidos, pelo poder público, como

patrimônio cultural, ganhando o espaço público. Porém, ainda assim, persiste o lugar destes em uma posição periférica em termos de prioridades no que diz respeito à destinação de apoio por parte do mesmo poder que o institucionaliza e o classifica como necessário à cultura, à ciência, à cidadania.

Logo, é importante que sejam mantidos debates e articulações na área, em busca de um movimento contínuo em direção ao reconhecimento do lugar do arquivo na sociedade. Assim, deve-se almejar a constituição de bases sólidas, não só para atender as abordagens teórico/metodológicas dos arquivos e da informação arquivística enquanto objeto de pesquisa, mas também as questões legais e administrativas relativas à captação e à custódia destes, de modo a auxiliarem objetivamente, com segurança e fluidez, decisões e atividades decorrentes dos mesmos.

A elaboração de diretriz, específica para tal, é sem sombra de dúvida necessário para alcançar bases sólidas para este fazer. Um instrumento normativo dessa natureza serviria para atender as demandas provocadas pela aquisição e guarda de determinado acervo pela universidade. Para tal, deve conter requisitos que direcionem desde as tratativas sobre a mudança de propriedade do acervo, protocolos para traslado, estrutura para recebimento, tratamento, critérios de acesso e reprodução, segurança e disseminação.

De acordo com essa compreensão elaboramos uma proposta de diretriz, produto final da pesquisa, que tem como objetivo contribuir para subsidiar a universidade tanto na identificação de novos acervos arquivísticos e de critérios a serem considerados, quanto na execução e padronização dos processos de aquisição de acervos.

### **3 Aquisição de arquivos e universidades públicas: uma reflexão necessária**

Não é novidade a custódia de patrimônio arquivístico documental, tanto no que concerne aos arquivos pessoais quanto aqueles de outras naturezas, nas instituições de ensino superior. A preservação de arquivos privados nestas instituições tem origem no contexto de desenvolvimento de seus Centros de Documentação. Foi a partir dessa mediação que se estabeleceu uma relação direta entre o espaço universitário, a sociedade, e a preservação de importantes acervos. Dessa forma, garantiu-se o desenvolvimento de pesquisas que abordavam temas como identidade local, cultura, processos de reivindicações sociais e democráticas, estudos históricos etc.

A participação das universidades nesse processo é destacada em oportunidades distintas por autores como Célia Reis Camargo, em *Centros de documentação das*

*universidades: tendências e perspectivas* (1998); Paulo Knauss, em *Usos do passado, arquivos e universidade* (2009); Heloisa de Faria Cruz, em *Direito à memória e patrimônio documental* (2016); e Márcia Teixeira Cavalcanti, na tese de doutorado *Os centros de documentação universitários como espaços de institucionalização de “novas” memórias às margens do regime de informação* (2014). Tais trabalhos resgatam a trajetória e participação das universidades na preservação do patrimônio documental arquivístico. Nessa direção, Heloisa de Faria Cruz relata:

[...] os anos de 1970 e 1980 registram um movimento lento, mas crescente, de reconhecimento da importância do patrimônio documental e de alargamento dos critérios sobre sua avaliação e preservação, tanto nas áreas acadêmicas como nas de políticas públicas. (Cruz, 2016, p. 41).

Fato é que, graças a esse movimento relatado pela autora, verifica-se que considerável capital informacional importante no campo de diversas disciplinas pôde ser preservado. A criação de espaços com a finalidade de custodiar o patrimônio documental nas universidades se colocou como de extrema importância para a proteção e manutenção destes, como aponta a autora.

Movimento a ser destacado no decorrer daquelas décadas, e que assegurou a preservação de muitos dos principais acervos dos movimentos de resistência atuantes no período, é o de criação de inúmeros Centros ou Núcleos de Documentação, Pesquisa e Memória Social na área acadêmica. Articulados à promoção da pesquisa na área das Ciências Humanas, particularmente ligados à área da pesquisa histórica e sediados, em sua maioria, nas universidades, e em outros locais voltados para a pesquisa acadêmica, tais Centros tiveram papel destacado na identificação, no acolhimento e na preservação daqueles acervos. (Cruz, 2016, p. 42).

Nessa direção, observamos que o ato de adquirir e custodiar um patrimônio arquivístico por uma instituição pública não é um fazer trivial. O processo de aquisição, que tem início no reconhecimento da importância do acervo até a mudança de propriedade, somente é concluído de forma plena quando ocorre de fato a disponibilização do acervo para público. A “vida” do acervo após a aquisição implicará à instituição custodiante novas demandas, tanto na rotina de trabalho como administrativas, para manter e promover os acervos arquivísticos de forma ideal. Tudo isso com vistas a atender não só uma demanda de usuário, do público, mas também daqueles que doaram o acervo.

O trabalho com arquivos sejam eles originalmente públicos ou públicos porque foram patrimonializados e incorporados a alguma instituição governamental, é sempre

uma atividade estratégica, política, cultural e de cunho social. É importante que ações e decisões que os afetem estejam fundamentadas em normas, procedimentos e capacidade institucional (profissionais especializados, espaço e recursos materiais adequados) para que possa haver planejamento necessário e adequado no momento de adquirir um patrimônio desta natureza.

Desta forma, considerando a realidade das universidades públicas, é imperativo pensarmos nos capitais informacionais que nelas se estabelecem em meio a dificuldades estruturais e econômicas<sup>33</sup>, dada a grande contribuição que seus acervos podem oferecer no desenvolvimento de pesquisas. Para isto, porém, é necessário que se alcancem melhores práticas no que concerne à custódia destes e os resultados esperados.

A exemplo de órgãos que hoje são referência em lidar com arquivos pessoais, como Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, Academia Brasileira de Letras - ABL, Fundação Nacional de Artes - Funarte, Casa de Oswaldo Cruz - COC/Fiocruz e Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB/USP, dentre outros, as instituições de ensino têm se destacado como detentoras de relevantes acervos documentais, construindo, dessa forma, um aparato cultural de natureza arquivística que tem contribuído também como fontes primárias para a produção de conhecimento. Instituições de ensino como Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Universidade de São Paulo - USP, por exemplo, tem, em sua trajetória institucional, assumido a custódia de acervos documentais de múltiplas proveniências. Uma característica comum entre elas é a custódia tanto de arquivos privados, de pessoas, como institucionais, de personalidades das mais variadas, em um espaço de tempo que vai desde o século XIX até XXI.

Contudo, essa valorização deve vir acompanhada de um aperfeiçoamento necessário ao seu bom aproveitamento. Esses acervos - reconhecidos como fonte de desenvolvimento de pesquisa, assim como privilegiados campos de possibilidades interdisciplinares,

---

<sup>33</sup> Falhas de responsabilidades e no apoio do Estado por vezes comprometem a sobrevivência desses equipamentos culturais e científicos. O incêndio ocorrido no Museu Nacional em 02 de setembro de 2018 refletiu perdas tanto para o Arquivo Histórico do museu, como para os documentos correntes produzidos e acumulados em função das atividades dos pesquisadores que ali desenvolviam suas atividades. O MN era responsável por um vasto acervo, legado, sobretudo advindo da sua função originária de servir e resguardar a desenvolvimento de pesquisas. Para isto, porém, é necessário que se alcancem melhores práticas no que concerne à custódia destes e os resultados esperados.

presentes em instituições que não são finalisticamente de guarda - mereceram a atenção de Lúcia Maria Velloso de Oliveira. No artigo *Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais* (2012), a autora aponta este tema como questão central e enfatiza a necessidade de definições de políticas para a entrada desses acervos nas instituições, uma vez que a ausência normativa impacta diretamente na preservação e disseminação dos acervos. Novamente, em outra oportunidade, Lúcia Oliveira *et al.* tomam preocupação com as formas de se conduzir a aquisição e custódia desses arquivos pessoais:

A questão da aquisição dos acervos arquivísticos deveria ocupar um lugar central na agenda das instituições com a responsabilidade de preservar e dar acesso ao patrimônio arquivístico, na medida em que relaciona explicitamente duas ações importantes para as instituições: o crescimento do acervo e a sua preservação. Observamos, contudo, que essa relação ainda ocupa um lugar obscuro no âmbito da estratégia e das ações institucionais. (Oliveira et al., 2012, p. 13).

Ao tomar a decisão de ampliar seu capital informacional por meio do recebimento de documentos de arquivos de natureza privada, a administração deve ter em mente que estará transitando por um novo território, onde competências, práticas e desafios estarão impostos, uma vez que ocorrem “aquisições fora do processo de gestão de documentos” (OLIVEIRA, 2012, p. 118).

Portanto, como forma de nortear os caminhos por este território, uma instituição deve ter respostas para as seguintes questões, quando confrontada com a possibilidade de aquisição de arquivo extra institucional: a) A aquisição ocorrerá de modo extraordinário, ou seja, de forma única e exclusiva, ou existe a possibilidade ou pretensão de receber outros acervos? b) Por quê? Qual o objetivo? Para quem servirá? c) Como adquirir? d) As competências em relação ao processo de aquisição, custódia e planejamento para ampliação de acervos dessa natureza estão claras e definidas? e) Existem planos de curto, médio e longo prazos que viabilizem a criação de uma infraestrutura física (espaço, mobiliário e equipamentos), bem como a organização, preservação e ampliação do acesso público aos acervos sob guarda da instituição?

Tais respostas devem estar bem claras, independente de a aquisição ocorrer de forma sistemática ou extraordinária. Tais questões, se bem definidas, contribuem sobremaneira para o sucesso dos efeitos esperados em relação ao acervo custodiado. Nesse

processo, considerando não ser a universidade um órgão com finalidade de captação e custódia de acervos privados, nos parece, que, como forma de auxiliar os recebimentos de acervos, o usuário deve ser o interesse central dos gestores. Lúcia Oliveira nos coloca algumas questões que podem auxiliar no momento de considerar o perfil do acervo a ser custodiado. São elas:

Quem é o usuário? Quais são seus interesses? O que ele pesquisa em nossas instituições? Quais serviços ele demanda? Estas e outras perguntas mais devem fazer parte de um programa continuado de acompanhamento do uso dos arquivos, de forma que seus indicadores possam orientar um conjunto de medidas; entre elas, a própria política institucional de aquisição. (Oliveira, 2012, p. 119).

Logo, tornam-se necessárias definições de procedimentos que atendam a ampliação informacional relativa a arquivos pessoais, uma vez que tal ato é passível de interesses, por vezes, antagônicos.

É, portanto, a instrumentalização normativa institucional, onde se define com clareza “por que, para quem e como”, que oferecerá subsídios para a aquisição de arquivos pessoais no espaço universitário. Isso contribui para evitar a perpetuação de inconstâncias e fragilidades que podem marcar as negociações para captação de um acervo até a condução de sua presença na instituição. Resulta ainda em melhor qualidade nos serviços de preservação, atendimento ao usuário e disseminação das informações. Não é raro acontecer de o acesso ao arquivo ficar dificultado pela ausência de procedimentos e planejamentos internos do órgão responsável pelo acervo.

Com isso, é necessário que (re) conheçamos como tem se dado internamente tal realidade. É essencial uma visão gerencial que objetivamente possibilite ver com clareza a configuração desses patrimônios no órgão custodiante. Isso significa, portanto, no caso de universidade pública, estar clara (no que diz respeito a esses patrimônios) sua adequação à estrutura institucional, e se esta condiz com o resultado que se espera de suas atividades.

Cabe-nos pensar, que não atentarmos para tais aspectos também pode ser indicativo de um problema a ser resolvido, visto que a não definição, clareza e estruturação desses espaços interfere também na delegação de responsabilidades em torno da gestão do acervo.

A aquisição de acervos privados nas universidades públicas é uma realidade. Porém, é possível identificar, por meio dos relatos das pesquisas analisadas, que as

mesmas não contam efetivamente com diretrizes ou políticas de aquisição de acervos arquivísticos que levem em consideração suas características e que subsidiem esse ato administrativo. Este panorama é certificado, de modo pontual, por Catarina Heralda, Alessandra Germano e Francisco Guelfi, que ao falarem respectivamente do patrimônio documental da UFRJ, UFJF e USP, ressaltam a existência de uma prática memorialista importante, já consolidada nessas instituições, porém não normatizada. Nesse sentido, os autores apontam a necessidade de normas que contribuam para melhor gestão e proteção destes.

Nesse contexto, Alessandra de Carvalho Germano, em *Diretrizes para aquisição de arquivos: uma contribuição à política de arquivos da Universidade Federal de Juiz de Fora*, aborda a necessidade de políticas de aquisição de acervos esta instituição. Ela chama a atenção, em sua pesquisa, para a necessidade de uma diretriz para aquisição de arquivos.

A segunda pesquisa observada, desenvolvida por Catarina Heralda Ribeiro da Silveira (2013), intitulada *Patrimônio documental e políticas públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos*, desenvolvida no âmbito do mestrado em Ciência da Informação na Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). Discute se os procedimentos adotados pelos Centros de Memória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC/RJ e UFRJ, por ela analisados, estão em consonância com as Políticas de Preservação do Patrimônio Documental no Brasil” (SILVEIRA, 2013, p. 9).

Já a pesquisa de José Francisco Guelfi Campos, intitulada *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo* (2014), desenvolvida no âmbito da Universidade de São Paulo - USP foi relevante em nossa reflexão, uma vez que interage com as mesmas preocupações relacionadas a procedimentos para aquisição. O trabalho destaca os usos do acervo, a eficácia de seu retorno social, uma vez mantidos pelo erário público, e a necessidade de uma estrutura administrativa, na qual estes acervos, após sua entrada na instituição, se encontrem inseridos oficialmente. Campos investiga a questão de ameaça de perda dos registros de pesquisa, assim como a opacidade a que estão submetidos devido à “falta de investimento sistemático” e a ausência de uma “política memorial compatível com a importância da universidade” (CAMPOS, 2014, p. 134).

A análise das práticas adotadas por instituições tradicionalmente de guarda, e ainda de seus instrumentos normativos, foi fundamental para compreender os contornos

institucionais envolvidos no processo de aquisição de um patrimônio arquivístico. Ajudou a compreender que a custódia de acervos que passaram a atender interesses que não aqueles imediatos do produtor, mas que se caracterizam agora como produto social, científico e cultura, impõe a necessidade de equacionar questões de cunho administrativo, jurídico, logístico e técnico.

#### **4 Proposta de Diretriz**

Nesse sentido, apresentamos abaixo a proposta de diretriz pensada para a UNIRIO. A mesma, está estruturada em quatro elementos que devem ser observados são eles: 1- pertinência; 2 - critérios; 3 - procedimentos e 4 – acesso.

### DIRETRIZ PARA AQUISIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS NA UNIRIO

(minuta)

#### **Apresentação**

**Considerando** a Lei nº 6.655, de 05 de junho de 1979, que transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO e seu Regimento Geral nº 16, de 21 de outubro de 1982;

**Considerando** a Portaria no 84, de 03 de dezembro de 2018, que aprova o Estatuto da UNIRIO, definindo como missão produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade.

**Considerando** a Resolução nº 815, de 20 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a criação e implantação do Arquivo Central da UNIRIO, e aponta seus objetivos e finalidades, definindo ser esta responsável pelo sistema de arquivos, destacando também sua característica de apoio tanto à máquina administrativa como também aos sistemas de informação cultural, tecnológica, científica e artística;

**Considerando** o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o Capítulo III da lei 8.159/91 que trata dos arquivos privados e o Capítulo V do decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que trata da declaração de interesse público e social de arquivos privados;

**Considerando** que um arquivo de natureza pessoal relevante socialmente, na forma da lei, para além dos contributos científicos, históricos, culturais e sociais que pode proporcionar, também pode trazer informações de caráter íntimo, como, por exemplo, orientação sexual, manifestações de sentimento, convicções religiosas ou políticas,

condições de saúde (física ou mental) e questões de caráter financeiro, dentre tantos outros documentos presentes nos arquivos pessoais, e que, por isso, a questão do acesso deve ser pensada;

**Considerando** que o processo de aquisição de um arquivo pessoal geralmente tem início a partir do interesse do próprio titular, de familiares ou pessoas próximas, que entram em contato com as instituições e que, por este motivo, é essencial ter um documento que oriente a análise e coleta do acervo a ser adquirido;

**Considerando** que pensar em uma diretriz significa um passo importante no que se refere à formação do perfil e das políticas de ação institucional, bem como um passo para a elaboração de normativas mais consistentes e direcionadas para aquisição.

A diretriz contribuirá tanto para dar segurança e transparência no processo de aquisição como também subsidiará a análise do acervo a ser adquirido. Para tanto, apresenta critérios e procedimentos de ingresso do acervo na instituição, onde poderão ser identificados parâmetros relacionados aos objetivos, critérios institucionais e procedimentos técnicos que devem ser observados e estar em consonância com os interesses e perfil do órgão.

## **1 Pertinência**

- Os acervos a serem adquiridos devem manifestar inter-relação com a identidade e trajetória da universidade ou dos cursos oferecidos por ela, e devem ser avaliados quanto à sua importância histórica e científica.
- A aquisição deverá estar essencialmente vinculada e em consonância com a missão institucional da UNIRIO, ou seja, sempre visando à excelência em ensino, pesquisa e extensão.
- O acervo arquivístico pessoal deve estar caracterizado como fonte única para a pesquisa da história, cultura, sociedade e inovação, o que contribuirá para sua missão institucional.
- Os acervos a serem adquiridos devem contribuir com as áreas de ciências ofertadas pela UNIRIO, ou seja, Ciência Humanas e Sociais, Ciências Jurídicas e Políticas, Ciências Biológicas e da Saúde, e Ciências Exatas e Tecnológicas.
- Os acervos devem manifestar relevância para a história e a cultura do país, de modo a contribuir para a contextualização de distintos processos e períodos históricos.

## **2 Critérios**

- Os acervos a serem doados devem estar em consonância com os objetivos institucionais e missão institucional.
- O acervo poderá contribuir para promover o ensino, assim como a memória da educação e da instituição.

- Os documentos deverão ter pertinência ao conjunto em que estejam inseridos, buscando observar o princípio da organicidade, no caso dos arquivos.
- Devem ser considerados o caráter original dos documentos ou suas cópias substitutivas.
- Deve ser considerado o estado de conservação dos documentos, que devem estar legíveis e/ou passíveis de recuperação.
- A UNIRIO só adquirirá acervos arquivísticos privados mediante contrato de doação (Apêndice I).
- A UNIRIO deve certificar-se, antes da aquisição, de que o acervo oferecido em doação não tenha sido ilegalmente obtido.
- Deverão ser claras e isentas de dúvidas tanto a proveniência como a propriedade do acervo a ser adquirido.
- O doador deve ter autoridade legal para efetuar a doação.
- Devem ser respeitados, nos processos de aquisição, os códigos de ética dos organismos nacionais e internacionais relacionados aos acervos, tais como International Council on Archives - ICA, Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA, Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ e/ou outros, conforme o caso.
- Todas as aquisições devem passar por uma Comissão de Avaliação Interdisciplinar. As tratativas para a transferência de propriedade de arquivos pessoais devem ser autuadas e registradas em processo administrativo interno (Apêndice I - Modelo de contrato de doação).
- O doador deverá franquear à UNIRIO visita (s) técnica (s) para reconhecimento do acervo e de suas condições de preservação.
- A avaliação deve considerar:
  1. A importância do titular e a relevância de seu acervo para o ensino, a pesquisa acadêmica, a história, a cultura, a ciência, a tecnologia e a identidade institucional;
  2. O conteúdo representativo da atuação do titular do acervo;
  3. O perfil do acervo e do titular deve estar relacionado com alguma área de ensino ou pesquisa da universidade;
  4. A função e os objetivos institucionais da unidade organizacional que ficará responsável por receber e custodiar o acervo.
- Deverão ser considerados ainda para seu recebimento:
  - a) A capacidade de armazenamento da universidade, evitando o comprometimento da integridade dos acervos prioritários, no que se refere à preservação e à segurança;

- b) Os custos com conservação, armazenamento e manutenção;
- c) O tamanho, volume ou quantidade do acervo;
- d) O estado de conservação, avaliando os recursos humanos e materiais necessários para sua preservação;
- e) A ameaça de perda, destruição ou venda para o exterior (nestes casos, pode-se considerar a possibilidade de indicar a aquisição para outra instituição mais apropriada);
- f) As implicações do deslocamento do acervo (considerando distância, volume, logística e integridade dos documentos).

Quanto às características intrínsecas e extrínsecas do acervo:

- a) Não há restrições cronológicas;
- b) Não há restrições quanto aos gêneros documentais (textual, iconográfico, cartográfico, sonoro) desde que tenham relação entre si (e haja condições de tratamento e preservação);
- c) Quanto aos suportes eletrônicos, digitais e magnéticos, deverá ser avaliada a capacidade da universidade em garantir a preservação e o acesso dos mesmos;
- d) Poderão compor o acervo arquivístico documentos bibliográficos e museológicos que tenham relação orgânica com o conjunto documental;
- e) A UNIRIO poderá firmar parceria/cooperação para a realização e coordenação de projetos para organização, preservação e divulgação dos acervos institucionais.

### **3 Procedimentos**

- Inicialmente, deverá ser estabelecida comunicação oficial provocada pelo proprietário/doador à UNIRIO, onde deverá constar manifestação clara de intenção em doar acervo.

- O doador deverá manifestar a intenção de ceder os respectivos direitos autorais, se for o caso (Apêndice II).

- Ficará a cargo do doador a preparação do acervo para seu traslado até a UNIRIO. A preparação deverá contemplar:

- a) Higienização dos documentos e desinfestação (se for apontada tal necessidade pela comissão de avaliação);
  - b) O acondicionamento do acervo de forma apropriada;
  - c) Identificação das caixas e volumes;
- A comunicação oficial do doador deverá ser autuada, dando início às tratativas do processo para aquisição do arquivo privado pela UNIRIO.

- O interessado em doar o acervo deve, junto com a comunicação oficial, encaminhar um memorial descritivo ou relatório com o maior número possível de informações sobre o titular e o acervo que corroborem sua relevância social.
- Será formada uma Comissão para Avaliação do Acervo a ser doado, com a função de realizar visita técnica ao acervo proposto que atenda, em princípio, aos objetivos e critérios para aquisição de acervos arquivísticos privados da UNIRIO.
- Deverá ser elaborado relatório de visita técnica (Apêndice III) que subsidiará o parecer da comissão para aquisição de arquivos privados pela UNIRIO.

d) A comissão que avaliará o acervo deverá elaborar parecer a favorável ou desfavorável à aquisição levando em consideração tanto os critérios institucionais quanto os critérios intrínsecos e extrínsecos do acervo.

e) A UNIRIO deverá comunicar ao detentor do acervo a posição da instituição e, em caso de parecer favorável, iniciar as tratativas para entrega e doação do acervo.

f) O doador do acervo deverá previamente indicar os documentos que devem cumprir restrição de acesso, que não deverá ser superior a cem (100) anos. Nos autos do processo administrativo de doação (vide modelo de contrato Apêndice I), deverão vir relacionados os documentos com restrição. A UNIRIO se reserva a prerrogativa de analisar as possíveis restrições de acesso.

g) O recebimento do acervo deverá ser acompanhado de documento descritivo contendo as seguintes informações básicas: identificação do titular (proveniência), data-limite, espécie documental ou gênero, assunto e quantificação do acervo (metros lineares e unidades de acondicionamento).

h) O acondicionamento e a identificação das caixas, para fins de acesso básico ao acervo, deverão proporcionar de pronto as seguintes informações básicas: a proveniência, indicada pelo nome do titular do acervo; assunto; data de produção; e gênero documental (cartas, fotografias, filmes, discos, diários, periódicos etc.).

i) O traslado do acervo - que deverá incluir as etapas de embarque, transporte, desembarque e alocação dos documentos no destino - ficará a cargo do doador. O processo de ingresso físico no espaço da UNIRIO deverá ser acompanhado por agente da universidade a par do processo de aquisição.

j) A entrada da documentação dar-se-á mediante um Termo de Entrega (Apêndice IV), de caráter provisório, que, após verificação, deverá ser integrado ao processo.

k) Após a entrada do acervo, o mesmo passará por análise criteriosa e os itens que não atenderem aos critérios para aquisição não serão objeto do Termo de Doação, sendo devolvidos ao doador, que deverá retirá-los em prazo a ser estipulado pela UNIRIO.

l) Todo o procedimento de aquisição de acervos deverá ser autuado em processo, o qual que deverá ser instruído com requisitos mínimos, conforme lista de verificação (Apêndice V).

- m) O Termo de Doação será publicado no Diário Oficial da União (DOU).
- n) A partir da publicação do Termo de Doação, o acervo doado passa a ser inalienável.

#### 4 Acesso

- a) O acesso e a reprodução dos arquivos custodiados pela UNIRIO são determinados pela instituição segundo critérios legais, contratuais e de preservação.
- b) Não será permitido fazer reprodução dos documentos que estejam apresentando risco em sua integridade.
- c) A UNIRIO deverá zelar pela preservação de informações pessoais nos termos da Lei de Acesso à Informação.

**Observação:** Entende-se informação pessoal aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável que diz respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem.

- d) Informações pessoais de acesso restrito ditas sensíveis, assim são classificadas por serem consideradas pertinentes a questões de origem social e étnica, saúde, orientação sexual, convicções políticas, filosóficas e religiosas, e informação genética, capazes de expor o indivíduo a julgamentos, discriminação etc.
- e) Estes documentos terão acesso restrito de acordo com legislação em vigor e contrato de doação por período não superior a 100 anos, contados da data de produção da mesma.
- f) No caso de reprodução de documentos sobre os quais a UNIRIO detenha direitos autorais ou que sejam de domínio público, haverá necessidade de formalização de um termo entre a instituição e o solicitante, no qual serão especificados seus fins (Apêndice VI).
- g) No caso de reprodução de documentos protegidos por direitos autorais, haverá necessidade de o solicitante apresentar autorização dos titulares dos direitos autorais e ainda da formalização de um termo de responsabilidade entre a UNIRIO e o solicitante, no qual serão especificados seus fins (Apêndice VI).
- h) A instituição deve prover uma área de relacionamento em seu sítio institucional, onde será fornecida ao usuário orientação necessária para a realização de pesquisas remotas ou na própria sede.
- i) Os usuários deverão ser recebidos na sede da UNIRIO por profissionais e técnicos da informação, que prestarão esclarecimentos sobre os acervos e serviços disponíveis, de acordo com os interesses e as demandas apresentados.
- j) Para o início do processo de pesquisa, o usuário será identificado e deverá preencher o Termo de Responsabilidade (Apêndice VII).

Os casos omissos serão avaliados pela Comissão de Aquisição de Acervos Privados e pela Unidade competente.

#### **4 Considerações finais**

A presente pesquisa teve como campo empírico a aquisição do arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo pela UNIRIO. A partir do reconhecimento da relevância e interesse público do acervo, que resultou em sua custódia e proteção por uma instituição pública, o presente trabalho teve a intenção de propor uma análise, na qual problematiza o citado processo de aquisição. Buscou, dessa forma, não só salientar a pertinência em se adquirir um patrimônio documental, como também abordar questões relativas à logística, à administração e aos atos procedimentais e normativos que circunstanciam o processo, e que devem ser conhecidos e compreendidos com vista ao pleno êxito da empreitada.

Emprende esforços em esclarecer que a aquisição desses documentos e seu processo não se dão somente no âmbito pura e simplesmente do ato de assinatura de um documento que transfere sua propriedade, e, tampouco, em seu alojamento em um espaço. Importa compreender que a aquisição de um arquivo pessoal desencadeia ações contínuas que se dão em diferentes fases, etapas e perspectivas. Seu sucesso requer instrumentos técnicos e normativos que produzam e auxiliem ações visando a contribuir para o alcance da finalidade que levou o acervo a merecer reconhecimento social e cultural.

Assim sendo, procurou-se nos caminhos até aqui percorridos, destacar a importância dos arquivos pessoais e a participação das instituições ensino superior na preservação de informações advindas de patrimônios arquivísticos, propiciando esses espaços de memória no momento de redemocratização nacional do Brasil. Nesse sentido, constatamos que as universidades contribuíram singularmente para que relevantes conjuntos documentais fossem protegidos, tornando-se assim fontes para pesquisa da história nacional e garantia de direitos humanos e sociais.

Com isso, há que se ponderar que adquirir ou não um arquivo pessoal implica em compromisso social, questões éticas e de responsabilidade com a coisa pública, com quem doa e com o usuário/pesquisador. Por este motivo, a presente pesquisa visa contribuir no amparo as decisões dos atores e agentes públicos, nas universidades, que se veem lidando com aquisição de arquivos pessoais mostrando a importância dos instrumentos normativos e procedimentais como norteadores nas tomadas de decisão de forma segura e transparente.

Dessa forma, sem a pretensão de ser conclusiva, mas, sim, de poder contribuir na direção de possíveis e futuros estudos de políticas institucionais que visem às melhores práticas na aquisição e arquivos pessoais pela UNIRIO, é que apresentamos, no âmbito

deste trabalho, uma minuta de proposta de diretriz para aquisição de arquivos dessa natureza<sup>34</sup>.

Por fim, consideramos que a aquisição se torna um ato permanente e sistemático, após a entrada do acervo, e a condução satisfatória deste processo contínuo, está atrelada a adoção ou não de diretriz que lhe subsidie. Assim sendo, a custódia de um acervo privado torna-se um empreendimento caro, desafiador e arriscado, ao considerar a realidade das universidades públicas no país, o que exige dessas instituições indispensáveis ponderações no momento de decidir pelo recebimento ou não de um arquivo de natureza privada e pessoal.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, José Francisco Guelfi. A lei, a ética e a divulgação dos arquivos pessoais. *In: Lúcia M. Velloso de Oliveira; Bianca T. C. Panisset; Isabel Cristina B. de Oliveira (org.) II Encontro de Arquivos Pessoais e Cultura: O direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 271-284.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Preservando a memória da ciência brasileira: *os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11122014-190123/pt-br.php>. Acesso em: 21 maio 2017.

CAMARGO, Célia Reis. Centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. *In: Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. *In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP:FAPESP, 1999. p. 49-63.

CAVALCANTI, Marcia Teixeira. *Os centros de documentação universitários como espaços de institucionalização de “novas” memórias*. Rio de Janeiro. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (Escola de Comunicação). Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/842>. Acesso em: 21 ago. 2019.

CRUZ, Heloisa de Faria. *Direito à memória e patrimônio documental*. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35388>. Acesso em: 03 jul. 2018.

---

<sup>34</sup> Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/9805>

Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51 Disponível em: [http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diccion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diccion_Term_Arquiv.pdf). Acesso em: 11 jul. 2017

GERMANO, Alessandra de Carvalho. Diretrizes para aquisição de arquivos: *uma contribuição à política de arquivos da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015.2/germano-alessandra-de-carvalho-diretrizespara-aquisicao-de-arquivos-uma-contribuicao-a-politica-de-arquivos-da-universidade-federalde-juiz-de-fora/at\\_download/file](http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015.2/germano-alessandra-de-carvalho-diretrizespara-aquisicao-de-arquivos-uma-contribuicao-a-politica-de-arquivos-da-universidade-federalde-juiz-de-fora/at_download/file). Acesso em: 20 out. 2017

HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/main/download/62325/28d71e5b0601a36d55a9a464a9c7094f>. Acesso em: 15 maio 2018.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/7326/4728>. Acesso em: 20 abr. 2017.

NEDEL, Letícia Borges. Da sala de jantar à sala de consulta: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. *In: TRAVANCAS, Isabel;*

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais*. São Paulo. 2010. Tese Doutorado (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14062011-134720/pt-br.php> Acesso em: 21 ago. 2019.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de (org.). *A Coleção Família Barbosa de Oliveira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/7letras. 2017.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais. *In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de (org.). Política de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. Disponível em: [http://site.mast.br/encontro\\_arquivos\\_cientificos/pdf/quinto\\_encontro\\_de\\_arquivos\\_cientifico\\_s.pdf](http://site.mast.br/encontro_arquivos_cientificos/pdf/quinto_encontro_de_arquivos_cientifico_s.pdf). Acesso em: 25 fev. 2018.

PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; SOBRAL, Camilla Campoi de. O arquivo pessoal como lugar relevante para a formação da memória social: o caso dos documentos

de Domingos Lourenço Lacombe. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (org.). *Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2013.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Controle de acervos. In: *Segurança de acervos culturais*. Rio de Janeiro: Editora Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. p. 13-32.

SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. *Patrimônio documental e políticas públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos*. Orientadora: Vera Lucia Alves Breglia. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/356>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SOUSA, Alice Veridiana. *A UNIRIO e o arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo: a aquisição de acervos arquivísticos privados por instituições públicas de ensino superior*. Rio de Janeiro, 2019. 167 f. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/9805>. Acesso em: 21 ago. 2019.

**APÊNDICE A – MODELO DE CONTRATO DE DOAÇÃO COM CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS**

PROCESSO 023.112.XXX.XXX/XXXX-XX

**CONTRATO DE DOAÇÃO COM CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS QUE CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO E  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Pelo presente instrumento, de um lado (*nome completo e por extenso*), (*nacionalidade*), (*estado civil*), CPF nº (*nº CPF*), Cédula de Identidade RG nº (*nº do RG*), emitido em XXXX, residente e domiciliado à rua (*endereço*), na cidade de (*nome da cidade*), Estado (*nome do Estado*), doravante denominado DOADOR, de outro lado a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO, vinculada ao Ministério da Educação, doravante denominada DONATÁRIA, criada pela Lei nº XXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXX com sede na avenida Pasteur, nº 456, Urca, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada por seu reitor (a), XXXXX, brasileiro, portador do CPF nº XXXXX RG nº XXXX, encontrado no endereço supra, nomeado(a) pelo Decreto nº XXXXX, publicado no D.O.U de XXXXX, seção X, tendo em vista o que consta no processo UNIRIO nº XXXXX, RESOLVEM firmar o presente Instrumento, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal e demais legislações pertinentes, no que couber, bem como pelas seguintes Cláusulas e Condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Este instrumento tem por objeto a doação para a UNIRIO dos bens identificados neste ato como acervo arquivístico de XXXXXX e respectivos direitos autorais, e constituirão o fundo ou coleção identificado como XXXXXX.

**Parágrafo Primeiro** – O DOADOR declara e confessa que é senhor e legítimo possuidor do XXXXXXXX, doado à UNIRIO, doravante denominado de ACERVO.

**Parágrafo Segundo** – O ACERVO se encontra na posse do DOADOR, livre de qualquer ônus ou defeito que possa eivá-lo de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Por livre e espontânea vontade, o DOADOR, sem coação ou influência de quem quer que seja, faz DOAÇÃO, inter vivos, à DONATÁRIA, gratuitamente, mediante as condições estabelecidas neste instrumento, sem encargo de qualquer natureza, salvo os estabelecidos neste instrumento, do ACERVO acima caracterizado, transferindo, desde já e definitivamente, à DONATÁRIA, toda posse, uso, gozo e fruição, jus, ação, domínio que exercia sobre esse, incluindo-se os direitos autorais.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A DONATÁRIA declara que aceita esta doação para que lhe fique pertencendo. Incorporando-o ao ACERVO do XXXXXXX (setor custodiante).

**CLÁUSULA QUARTA** – O acervo será aberto à consulta pública e poderá ser copiado, de acordo com as recomendações específicas da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, bem como as normas técnicas do XXXXXXX (setor custodiante).

**CLÁUSULA QUINTA** – O DOADOR autoriza a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro a realizar triagem dos documentos coletados após o ato de recebimento.

**Parágrafo Primeiro** – Somente serão integrados ao ACERVO do XXXXX (setor custodiante) os documentos de arquivo considerados de valor secundário.

**Parágrafo Segundo** – Após a elaboração do inventário, esse será anexado ao presente processo e uma cópia será enviada ao DOADOR, mediante recibo a ser juntado também aos autos deste processo.

**Parágrafo Terceiro** – O DOADOR declara desde já, como encargo desta doação, que o prazo de restrição para acesso de terceiros aos documentos XXXXXXX será de XXXX anos.

**Parágrafo Quarto** – Ao realizar a triagem, caso a UNIRIO entenda que determinados conteúdos devem ser reservados, esta promoverá consulta ao doador ou a quem for legitimado para que esse autorize a exibição dos referidos conteúdos, isentando a UNIRIO de qualquer responsabilidade.

## CLÁUSULA SEXTA – DA OBRIGAÇÃO DA PARTES

### **I - Compete à UNIRIO:**

- a) Conservar e manter o acervo recebido de acordo com a melhores e mais modernas técnicas arquivísticas, processando-o tecnicamente e preservando-o para a posteridade;
- b) Dispor sobre o modo e as condições de organização e utilização do acervo;
- c) Decidir sobre o destino do acervo doado, no caso de extinção do XXXXXX (setor custodiante) ou da alteração dos seus objetivos definidos no Regimento Interno da UNIRIO, por meio de seu reitor (a), ouvido dos Conselhos Superiores.

### **II - O DOADOR, por meio deste instrumento:**

- a) Autoriza a consulta, divulgação e reprodução parcial ou integral pela UNIRIO de qualquer dos documentos que constituem o acervo doado, reconhecendo também o direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro de utilizar tais documentos nas suas publicações;
- b) Autoriza a inclusão dos materiais pertencentes ao acervo em base de dados, o armazenamento em computador, a digitalização, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero pela UNIRIO;
- c) Autoriza a comunicação do acervo ao público, inclusive sua disponibilização na *web*;
- d) Autoriza outras modalidades de utilização ou que venham a ser inventadas que atendam ao escopo e ao fins previstos neste instrumento, tais como reprodução parcial para citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra do acervo, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir; indicando-se o nome do autor e a origem da obra; reprodução para desenvolver banco de imagens e/ou consulta *on-line* ao acervo de fotos, manuscritos e datiloscritos; uso do acervo para divulgação dos arquivos por meio de inventários, uso de fotografias

no site da UNIRIO, em materiais impressos, tais como a programação institucional e obras produzidas pela UNIRIO, etc.

e) Autoriza a reprodução de peças do acervo para usuários dos serviços da UNIRIO.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O interesse da UNIRIO com o acervo é de utilização para fins institucionais, não havendo qualquer interesse comercial na utilização desse.

**Parágrafo único** – Não se entende por interesse comercial a colocação à venda das obras que porventura venham a ser produzidas pela UNIRIO que cite peças ou que utilizem fotos do acervo, tendo em vista que a venda dessas obras normalmente se faz pelo preço de custo, com o único objetivo de divulgar a cultura nacional.

**CLÁUSULA OITAVA** – O acervo doado somente poderá ser consultado depois de organizado e inventariado, devendo o XXXXXX (setor custodiante) dispor sobre o modo e as condições de organização e utilização, salvo apresentação de justificativa que poderá ou não ser aceita pelo XXXXXX (setor custodiante).

**CLÁUSULA NONA** – Este contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando os contratantes, seus herdeiros e sucessores.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – A publicação resumida deste instrumento será efetuada por extrato no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Aplicam-se a este contrato a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, o Novo Código Civil, notadamente seus artigos 538 e seguintes, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal e demais normas pertinentes, no que couber, especialmente aos casos omissos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, sendo competente uma das varas federais da capital, para dirimir quaisquer dúvidas pertinentes a este instrumento.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, XX de XXXXXX de 20XX.

---

[assinatura do Doador/Cedente]

Testemunhas:

1 - \_\_\_\_\_

CPF:

RG:

2 - \_\_\_\_\_

CPF:

RG:

**APÊNDICE B – TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS**

(minuta)

Pelo presente Termo de Cessão de Direitos Autorais e tendo em vista o disposto na Lei Federal n° 9.610, de 19/12/1998, eu \_\_\_\_\_, doravante CEDENTE, RG n° \_\_\_\_\_, CPF n° \_\_\_\_\_, autorizo a cessão e transferência de respectivos direitos autorais de todo o acervo arquivístico de (nome) \_\_\_\_\_, a partir desta data, para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e isento de qualquer ônus, por livre e espontânea vontade, sem encargos de qualquer natureza. Transfiro a donatária, toda posse, uso, gozo e fruição, jus, ação que exercia sobre o acervo, incluindo-se os direitos autorais para fins de publicação, impressão, reimpressão, atualização, exibição, reprodução, tradução, distribuição, transmissão, difusão e comunicação, domínio da obra ao público (desde que sem fins lucrativos), por qualquer formato ou meio, diretamente ou por meio de terceiros, mantidos os créditos do autor, sem que isso implique direito à percepção de qualquer valor, inclusive a título de direitos autorais.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
[assinatura do Doador/Cedente]

Testemunhas:

1 - \_\_\_\_\_

CPF:

RG:

2 - \_\_\_\_\_

CPF:

RG:

**APÊNDICE C – RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA DOAÇÃO DE ACERVO**

(minuta)

Rio de Janeiro, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**I – Identificação do acervo**

-Fundo (nome do titular): \_\_\_\_\_

-Metros lineares: \_\_\_\_\_

-Quantidade/volume de pastas e caixas: \_\_\_\_\_

-O acervo é composto por documentos em suporte especial (informático, iconográfico, sonoro e audiovisual)? \_\_\_\_\_

**II – História administrativa /biografia** (antigos detentores e locais e onde o acervo esteve e resumida biografia do titular):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**III – Local de guarda e estado de conservação**

\_\_\_\_\_

**IV – Considerações**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

---

Nome do servidor / Matrícula SIAPE

## **APÊNDICE D – TERMO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS**

(minuta)

A UNIÃO, por intermédio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, órgão integrante da estrutura básica do Ministério da Educação, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, situado na \_\_\_\_\_, no Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por seu reitor, \_\_\_\_\_ [Nome], \_\_\_\_\_ [nacionalidade], \_\_\_\_\_ [endereço], portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, de acordo com as competências previstas no Art. \_\_\_\_\_, do Regimento Interno da UNIRIO, aprovado pela Portaria nº \_\_\_\_\_, publicada no Diário Oficial da União de \_\_\_\_\_ e, de outro lado, \_\_\_\_\_ [nome do doador], \_\_\_\_\_ [nacionalidade], residente e domiciliado no \_\_\_\_\_ [endereço], portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ [nº e órgão emissor], inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ doravante denominado CEDENTE, têm entre si acordado o presente Termo de Entrega de Documentos, em conformidade com o que consta no processo nº \_\_\_\_\_ (UNIRIO) e mediante as seguintes cláusulas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Termo é a entrega a UNIRIO de \_\_\_\_\_ (nome do acervo).

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA POSSIBILIDADE DE DOAÇÃO**

Em virtude do presente Termo, a UNIRIO providenciará a análise criteriosa dos documentos entregues, decidindo se a integralidade dos mesmos será objeto de doação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS NÃO INCORPORADOS**

Os itens do conjunto que não atendam aos critérios para aquisição não serão objeto do Termo de Doação, sendo devolvidos ao doador, que deverá retirá-los no prazo de 60 dias corridos, não prorrogáveis, a contar da assinatura do Termo de Doação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta entrega.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Termo, depois de lido e achado conforme, em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_.

\_\_\_\_\_

(Nome) Cedente

\_\_\_\_\_

(Nome) Reitor da UNIRIO

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

NOME:

CPF:

02. \_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

**APÊNDICE E – LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA PROCESSO DE DOAÇÃO**

(Minuta)

ATOS ADMINISTRATIVOS/DOCUMENTOS	SIM	NÃO
1- Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e enumerado.		
2- Carta de intenção de doação do acervo por detentor/proprietário com as devidas justificativas endereçada à área competente.		
3- Relatório de visita técnica ao acervo.		
4- Solicitação da área competente, ao(à) dirigente máximo(a), para aquisição do acervo, onde reitera a importância do mesmo e informando de sua consonância com as finalidades e objetivos institucionais.		
5- Posicionamento da autoridade competente sobre o aceite ou não do acervo.		
6- Manifestação expressa do doador se fará a doação com ou sem cessão de direitos autorais.		
7- Cópia de certidão de óbito do titular do acervo ou de seus sucessores, quando for o caso; cópia de certidão extraída de inventário, de modo a comprovar que os doadores são de fato os únicos herdeiros.		
8- Caso não sejam possíveis tais provas como indicado no item 7, deve constar declaração dos doadores de que são os únicos herdeiros do titular do acervo, ou que receberam o acervo de boa-fé, ou que são os legítimos titulares dos direitos autorais.		
9- Documentos de identificação, endereço, telefone, e-mails e demais informações dos doadores.		
10- Documento descritivo do acervo.		
11- Minuta do termo de contrato, devidamente adaptado a caso concreto.		
12- Análise de assessoria jurídica da instituição.		

**APÊNDICE F – TERMO DE LICENÇA PARA REPRODUÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO**

(minuta)

**Licenciante**

- CPF: \_\_\_\_\_
- RG: \_\_\_\_\_
- Endereço: \_\_\_\_\_
- Telefone: \_\_\_\_\_
- E-mail: \_\_\_\_\_

**Licenciada (o)**

- Nome: \_\_\_\_\_
- CPF: \_\_\_\_\_
- RG: \_\_\_\_\_
- Endereço: \_\_\_\_\_
- Telefone: \_\_\_\_\_
- E-mail: \_\_\_\_\_

Pelo presente, o Licenciante, concede a, designada Licenciada (o), autorização para reprodução do (s) documento(s) \_\_\_\_\_ do fundo arquivístico \_\_\_\_\_ para uso indicado neste termo na(s) seguinte(s) atividade(s): \_\_\_\_\_ (descrever a finalidade da reprodução dos documentos/em qual atividade a reprodução será utilizada).

A (O) licenciada (o) pelo presente termo declara e assume integralmente a responsabilidade quanto ao uso dos documentos e informações acessados e ainda a não infringir nenhum direito autoral, direito de marca, propriedade intelectual, ou qualquer outro direito de terceiros, nem constituir plágio, difamação, invasão de privacidade, dano moral ou dano ilícito.

Assinatura da (o) licenciada (o): \_\_\_\_\_.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

## APÊNDICE G – TERMO DE RESPONSABILIDADE

(minuta)

Pelo presente instrumento \_\_\_\_\_ (nome), CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, residente no endereço \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, compromete-se a não usar para fins comerciais os documentos, textos, objetos, imagens ou qualquer que seja o objeto acessado em sua pesquisa. Compromete-se também, em toda utilização dos documentos, objeto deste termo, a fazer menção dos créditos à UNIRIO, incluindo o nome do fundo arquivístico ao qual os documentos pertencem e ao autor da obra, se for o caso. O pesquisador responderá ainda por qualquer dano moral ou material decorrente da violação à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem advindas de informações extraídas por sua pesquisa, levando em consideração as obrigações estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo das providências penal, cível e administrativa, isentando a UNIRIO por qualquer dano causado a terceiros com a utilização irregular pertinentes ao acervo.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, sendo competente uma das varas cíveis da capital, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes deste instrumento.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

---

ASSINATURA DO PESQUISADOR

**ANEXO I – Termo de Doação Arquivo Guilherme Figueiredo**

**SERVICO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO**

**TERMO DE DOAÇÃO Nº. 19/2014**

Termo de Doação que entre si celebram de um lado a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO** e de outro **MARCELO LOBO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO**, para doação do acervo arquivístico do Professor Guilherme Figueiredo à **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO**.

**CONTRATANTE (Doador)**  
 Nº 19/2014 de 19/12/2014  
 Registrado em: 23/12/2014  
 Servidor: 4487  
 Publicado no D.O.U. nº 2579 Seção 3  
 Pág. 68 data publ. 20/12/2014  
 GECON - UNIRIO

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)**, Fundação Pública, instituída nos termos da Lei nº 6.655, de 05 de junho de 1973, com denominação modificada pela Lei nº 10.750 de 24 de outubro de 2003, sede e foro nesta Cidade do Rio de Janeiro, Capital do Estado do mesmo nome, situada em Avenida Pasteur nº. 296, no bairro da Urca, inscrita no CNPJ – MF sob o nº. 34.023.072/0001-07, neste ato representado por seu Magnífico Reitor, Professor Doutor Luiz Pedro San Gil Jutuca, nomeado através do Decreto de 19 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2011, brasileiro, portador da carteira de identidade nº. 403.422.923 – FF7194 e inscrito no CPF/MF sob o nº. 371.205.577-34, doravante denominada **DONATÁRIA**, e **MARCELO LOBO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO**, brasileiro, divorciado, advogado, portador da carteira de identidade nº. 02.347.795-3 DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 379.507.467-34, residente em Rua Gustavo Sampaio, nº. 507, Apto. 502, Bairro Leões, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado **DOADOR**, RESOLVEM celebrar o presente contrato, tendo por base a Lei nº. 8.158/91 e o que consta no Processo nº. 23102.000.156/2014-51, e de acordo com as cláusulas e condições seguintes.

**CONSIDERANDO** que o **DOADOR** é senhor e legítimo titular, conforme documentos às fls. 53 e 52 a 69, de bens móveis de documentos textuais, sonoros, visuais e audiovisuais sob quaisquer suportes físicos, referentes ao material citado nas fls. 03 a 30 e tem interesse em realizar a presente doação como forma de preservação do material, bem como de sua divulgação e utilização didática e cultural por terceiros;

**CONSIDERANDO** que a **DONATÁRIA**, por intermédio de sua Biblioteca Central, tem se especializado em receber, conservar e divulgar documentos arquivísticos de valor histórico e cultural em benefício da preservação e divulgação da memória nacional;

**CONSIDERANDO** que interessa às partes ajustar esta doação para permitir o acesso da sociedade a importantes acervos documentais que subsidiam estudos e pesquisas de temas da história do Brasil;

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**  
 O presente Termo tem por objeto a doação definitiva à **DONATÁRIA**, pelo **DOADOR**, do acervo de sua titularidade constituído de documentos textuais, sonoros, visuais e audiovisuais sob quaisquer suportes físicos, referentes ao material citado nas fls.03 a 30.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – a **DONATÁRIA** neste ato incorpora à sua exclusiva propriedade, a totalidade do acervo de documentos do **DOADOR** descrito no "caput" da presente cláusula;

**SERVICO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO**

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A presente doação implica em cessão universal pelo **DOADOR** à **DONATÁRIA UNIRIO**, de todos os seus direitos patrimoniais de autor e/ou titular sobre o acervo ora doado, podendo a **DONATÁRIA** utilizar de forma plena, permanente e intransferível o seu conteúdo integral ou autorizar terceiros a fazê-lo, sem qualquer prévia consulta ao **DOADOR** ou ônus de qualquer espécie, incluindo, mas não limitando-a: ensino; estudo e pesquisa; publicação e divulgação; citação dramática em artes cênicas; utilização pública; utilização radiofônica; utilização em televisão aberta ou fechada; utilização cinematográfica; utilização reprográfica; utilização audiovisual em geral, incluindo home vídeo (videocassete doméstico), CD-ROM, internet e todas as tecnologias digitais existentes, ou que venham a ser desenvolvidas no futuro, aptas a portar sons e/ou imagens;

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO:**  
 O extrato deste contrato será publicado, pela **DONATÁRIA**, no Diário Oficial da União.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO:**  
 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da Cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões relacionadas a este contrato.

Por estarem em acordo com as cláusulas acima, assinam o presente contrato em 4 (quatro) vias de igual teor, e na presença de duas testemunhas.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2014.

Luiz Pedro San Gil Jutuca  
 DONATÁRIA

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo  
 DOADOR

Testemunhas:  
 1) Maria Helena B. de L. Lobo  
 Nome: Maria Helena B. de L. Lobo  
 CPF: 052.766.007-59

2) Alice Veridiana de Sousa  
 Nome: Alice Veridiana de Sousa  
 CPF: 042.761.577-09

**UNIRIO**  
Biblioteca

**ANEXO II – Publicação Doação Diário Oficial da União**

**Diário Oficial da União - Seção 3** Nº 250, sexta-feira, 26 de dezembro de 2014

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DE DOAÇÃO Nº 19/2014**

**CONTRATANTES:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e MARCELO LOBO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO. Número do Processo: 23102.000.156/2014-51. Objeto: Doação definitiva à **DONATÁRIA**, pelo **DOADOR**, do acervo de sua titularidade constituído de documentos textuais, sonoros, visuais e audiovisuais sob quaisquer suportes físicos, referentes ao material citado nas fls. 03 a 30 do Processo. Data de assinatura: 19/12/2014. **SIGNATÁRIOS:** Reitor da UNIRIO, Prof. Dr. LUIZ PEDRO SAN GIL JUTUCA e Sr. MARCELO LOBO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO.

Institucional a UFF, CNPJ Nº 03.438.229/0001-09. Objeto: Termo Aditivo considerando empenho referente ao nono termo aditivo. Valor total: R\$ 2.715.625,93 a ser transferido ou descentralizado no exercício em curso: 2.715.625,93. Crédito Orçamentário: PTRES 61267, Fonte Recurso: 0112000000, ND 445051, Nª 2014NE800007. Vigência: 29/12/2007 a 30/06/2015. Data de assinatura: 04/09/2014. Signatários: Concedente: Roberto de Souza Salles, CPF Nº 434.300.237-34, Convenente: Miriam Assunção de Souza Lepsch, CPF Nº 419.476.577-04.

**PROCESSO:** Nº 23069.043931/2013-36.  
**INSTRUMENTO:** Protocolo de Intenções  
**PARTICIPES:** Universidade Federal Fluminense-UFF e Instituto Estadual do Ambiente-INEA  
**OBJETO:** Estabelecer atividades de cooperação técnico-científica entre a UFF e o INEA para o desenvolvimento de programas, projetos e a realização de ações conjuntas no âmbito do ensino, pesquisa, fomento, controle, extensão, desenvolvimento tecnológico, capacita-

## ANEXO III – Diretrizes para aquisição de acervos arquivísticos FCRB

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa  
MINISTÉRIO DA CULTURA

Fundação Casa de Rui Barbosa/MinC

### Diretrizes para a aquisição de acervos arquivísticos

#### Grupo de Trabalho:

Lucia Maria Velloso de Oliveira (presidente), Serviço de Arquivo Histórico e Institucional  
Ana Lígia Medeiros, Centro de Memória e Informação  
Leila Estephano de Moura, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional  
Rosângela Florido Rangel, Arquivo Museu de Literatura Brasileira  
Membro convidado: Alessandro Quintanilha, Procuradoria Federal

Rio de Janeiro

2015

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa  
MINISTÉRIO DA CULTURA

#### Apresentação:

A Fundação Casa de Rui Barbosa tem sua origem no Decreto nº 4.789, de 02 de janeiro de 1924, que autoriza a aquisição do prédio, mobiliário, biblioteca, arquivo e a propriedade intelectual da obra de Rui Barbosa. Inaugurada a 13 de agosto, pelo Presidente Washington Luís, ao longo dos anos a instituição vem se modificando e ampliando as suas funções. A Fundação Casa de Rui Barbosa tem como missão institucional o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa (Lei 4.693 de 06-04-1966), e tem contribuído para o conhecimento de diversidade cultural e para o fortalecimento da cidadania, assegurando a implementação das demais políticas do Ministério da Cultura.

Uma de suas principais atribuições, relacionada a sua fundação é a preservação de acervos privados. Em 26 de março, de 2015, foi criado um Grupo de Trabalho, por meio da Portaria nº12, destinado a estabelecer normas e procedimentos referentes à aquisição e acesso aos acervos arquivísticos privados no âmbito da instituição. O presente trabalho foi fundamentado nas boas práticas da Arquivologia, nos códigos de ética, na literatura da área e em dispositivos legais.

#### Objetivos:

A Fundação Casa de Rui Barbosa recebe fundos ou coleções arquivísticas privadas de interesse histórico, literário, cultural ou científico. Os conjuntos documentais recebidos pela FCRB são identificados segundo sua proveniência, isto é, são denominados fundos os conjuntos de documentos produzidos e acumulados por uma pessoa física ou jurídica ao longo de sua existência, ou no caso das coleções, que são os conjuntos formados por documentos reunidos por vontade de um colecionador, segundo a identificação do responsável pela reunião dos documentos.

Destacamos neste documento os arquivos de interesse para a História e para a Literatura Brasileira. Podemos designar acervos privados de valor histórico como arquivos e coleções familiares e pessoais de personalidades relevantes para a História do Brasil, que contribuem para o estudo da sociedade e comunidades no país, ou que tenham representatividade no círculo historiográfico. Os acervos privados de interesse para a

2

literatura brasileira são constituídos por documentos de autores consagrados, ou de autores que tenham significativo projeto literário em desenvolvimento para a área literária.

Inicialmente, a aquisição de acervos da instituição estava voltada para os arquivos e coleções de personagens contemporâneos de Rui Barbosa e de sua época, e complementar o contexto histórico do final do Império à República Velha.

O recebimento de diferentes arquivos e coleções ampliaram esse contexto de aquisição, e a instituição passou a ter interesse por acervos de indivíduos que desempenham um papel de relevância para a historiografia brasileira. Em especial de historiadores que tinham como objeto de estudo o período histórico do final do Império à República Velha, a genealogia e própria organização de fontes primárias relevantes para a historiografia brasileira.

Assim também, os arquivos e coleções produzidos por literatos, entendendo-se o processo criativo, artístico e ficcional de textos de literatura brasileira.

A entrada de documentos privados na FCRB assegurará que esses documentos serão preservados e os pesquisadores terão a oportunidade de estudar e compreender a história de famílias, grupos sociais, organizações, eventos históricos e a sociedade em determinados períodos históricos.

#### Critérios:

A Fundação somente receberá documentos cuja a proveniência e procedência sejam comprovadas.

Neste documento serão tratadas eminentemente as questões pertinentes à forma de aquisição por doação, já que é a forma mais recorrente de aquisição de acervos pela FCRB. As outras formas de aquisição serão avaliadas pela Presidência mediante provocação das áreas fins, aplicando-se no que couber as orientações constantes deste documento.

O doador deve ter a autoridade legal para efetuar a doação. No entanto, caso não seja possível obter a segurança jurídica necessária a respeito da titularidade, tanto do suporte quanto do conteúdo do acervo a ser adquirido, a FCRB, mediante justificativa, prezar

3

iconográfico, cartográfico, sonoro), nem quanto ao suporte (papel, eletrônico, digital, magnético), desde que tenham relação entre si.

A unidade responsável pelo recebimento do acervo deverá efetuar uma visita de inspeção para verificar o estado de conservação e a quantidade do mesmo.

A formalização da entrada dos acervos arquivísticos na instituição dar-se-á com a assinatura, pelas partes, do Contrato de Doação, com ou sem cessão de direitos autorais. Esse instrumento de doação será feito de comum acordo entre as partes, que serão denominadas de doador (a) e donatária, com os respectivos dados de identificação (CPF ou CNPJ, endereço completo, e informações pessoais). O instrumento será constituído, ainda, de cláusulas onde serão demonstradas a vontade da doação, e informações sobre a identificação do acervo a ser adquirido, bem como sobre questões de acesso, reprodução, manutenção e preservação do acervo.

Documentos com restrição de acesso deverão ser identificados pelos doadores, e sua identificação deve constar do Contrato de Doação. Os doadores deverão definir o prazo de restrição de acesso, o qual não poderá ser superior a 100 anos.

O recebimento dos acervos deverá ser acompanhado de instrumento descritivo que contenha as seguintes informações básicas: sua identificação, procedência, proveniência, quantificação, e unidades de acondicionamento.

Para o desenvolvimento das atividades de recebimento de acervos devem ser considerados os códigos de ética dos organismos nacionais e internacionais pertinentes aos acervos, tais como: Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), Conselho Internacional des Archives (ICA), International Council of Museums (ICOM), Conselho Internacional de Museus (ICOM-Brasil), Conselho Regional de Museologia (COREM). O recebimento dos acervos envolverá as seguintes etapas: embarque, transporte, desembarque, e alocação dos documentos nos depósitos da FCRB. Caberá ao setor custodiante a orientação e acompanhamento das providências para a entrada do acervo.

Serão considerados de guarda permanente os registros referentes à aquisição de acervos, e aos procedimentos de transferência da custódia física.

Todo o procedimento de aquisição de acervos deverá ser atuado em processo. O processo deverá estar instruído com requisitos mínimos, conforme lista de verificação em anexo, a ser preenchida e juntada aos autos do respectivo processo pelo setor custodiante.

5

pela superação da segurança jurídica em prol do fim maior que é a preservação do acervo.

A FCRB receberá preferencialmente arquivos e coleções privadas de políticos, educadores, historiadores, escritores, juristas, pensadores e literatos, ou de indivíduos ou famílias que tenham desenvolvido atividades que influenciaram a história e a cultura do país.

O acervo a ser incorporado deverá estar em consonância com as finalidades e objetivos da instituição, de acordo com as suas áreas prioritárias e com a sua política de aquisição. Os arquivos serão preservados segundo o seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas interações originais.

Somente serão recebidos conjuntos arquivísticos originais.

Documentos avulsos serão recebidos dependendo de seu potencial valor histórico e de pesquisa, ou se complementarem algum arquivo ou coleção preexistente na instituição, ou ainda, se representarem o único conjunto remanescente de um arquivo.

A FCRB se reserva o direito de recusar documentos em péssimo estado de conservação ou contaminados.

A FCRB deverá avaliar afora o valor histórico, cultural, literário e científico do acervo a ser adquirido, os custos com o recebimento, conservação, armazenamento e manutenção desse acervo; o volume e estado de conservação dos documentos, avaliando os recursos necessários para sua preservação; e a capacidade do armazenamento para o arquivamento, de modo que se evite o comprometimento da integridade dos acervos já custodiados pela instituição.

#### Procedimentos:

Existir comunicação oficial à FCRB referente ao acervo que se pretende adquirir, solicitando orientação do setor receptor. Nessa comunicação à FCRB o pretendido doador deverá deixar clara a sua intenção de doar o acervo, bem como manifestar claramente sua intenção de ceder os respectivos direitos autorais, quando for o caso. Não haverá restrições cronológicas, nem quanto ao gênero documental (textual,

4

#### Acesso:

O acesso e a reprodução aos arquivos e coleções que são custodiados pela Fundação Casa de Rui Barbosa são determinados pela instituição segundo os critérios legais, contratuais e de preservação.

A FCRB deverá zelar pela preservação de informações pessoais nos termos da Lei de Acesso à Informação. Entende-se informação pessoal como aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável que diz respeito à intimidade, à vida privada, honra e imagem das pessoas. Essa informação terá seu acesso restrito de acordo com a legislação e o contrato de doação, e não superior a 100 anos da produção da mesma.

As informações pessoais de acesso restrito são aquelas consideradas "sensíveis", ou seja, aquelas pertinentes à origem social e étnica, à saúde, à informação genética, à orientação sexual e às convicções políticas, religiosas e filosóficas do indivíduo e que são capazes de lhe expor a julgamentos, discriminação, ou a influir no modo como o indivíduo deseja ser visto pela sociedade.

No caso de reprodução de documentos sobre os quais a FCRB detém os direitos autorais ou que são de domínio público haverá necessidade da formalização de um termo entre a instituição e o solicitante, no qual serão especificados os seus fins (Anexo VI).

Em relação à reprodução de documentos protegidos por direitos autorais haverá necessidade do solicitante apresentar a autorização dos titulares dos direitos autorais, e a formalização de um termo entre a instituição e o solicitante, no qual serão especificados os seus fins (Anexo VII).

O sítio institucional deverá manter uma área de relacionamento com o usuário onde será fornecida a orientação necessária para a realização de pesquisas remotas ou na sede da instituição.

Os usuários deverão ser recebidos na sede da Fundação Casa de Rui Barbosa por profissionais e técnicos da informação, que prestarão esclarecimentos sobre os acervos e os serviços disponíveis, de acordo com os interesses e demandas apresentados.

Para o início do processo de pesquisa, o usuário será identificado e deverá preencher o Termo de Responsabilidade (Anexo III).

6

## ANEXO IV – Modelo de contrato de doação FCRB

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa  
INSTITUTO DE CULTURA

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Presidente da FCRB

**ANEXO II**

**PROCESSO 01550.XXXXXXXXXX:**

**CONTRATO DE DOAÇÃO COM CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS QUE CELEBRAM A FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA - FCRB E XXX.**

Pelo presente instrumento, de um lado, XXX, nacionalidade, estado civil, portador do documento de identidade XXX do Instituto Felix Pacheco, emitido em XXX e do CPF XXX, residente na (endereço completo), tel., e-mail, doravante denominado DOADOR, e de outro, A FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA-FCRB, Fundação vinculada ao Ministério da Cultura, doravante denominada DONATÁRIA, criada pela Lei nº 4943 de 06 de abril de 1966, publicada no DOU 11 de abril de 1966, CNPJ nº 42.519.488/0001 – 08 com sede na Rua São Clemente 134, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada pelo seu Presidente, XXXXXX, portadora da cédula de identidade RG nº

13

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa  
INSTITUTO DE CULTURA

XXXXXX e inscrita no CPF/MF sob nº XXXXXX, encontrada no endereço supra, nomeada pelo Decreto de xx-xx-xxxx, publicado no D. O. U de xx-xx-xxxx, seção 2, tendo em vista o que consta no processo FCRB nº 01550.000XXX/XXXX-XX, RESOLVEM firmar o presente Instrumento, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal e demais legislações pertinentes, no que couber, bem como pelas seguintes Cláusulas e Condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Este instrumento tem por objeto a doação para a Fundação Casa de Rui Barbosa dos bens identificados neste ato como acervo arquivístico de XXXXXX e respectivos direitos autorais, e constituí-lo o fundo ou coleção, identificado como XXXXXX.

**Parágrafo Primeiro** – O DOADOR declara e confessa que é senhor e legítimo possuidor do XXXXXX, doado à FCRB doravante denominado de ACERVO.

**Parágrafo Segundo** – O ACERVO se encontra na posse do DOADOR, livre de qualquer ônus ou defeito que possam inquirá-los de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Por livre e espontânea vontade, o DOADOR, sem coação ou influência de quem quer que seja, faz DOAÇÃO, inter vivos, à DONATÁRIA, gratuitamente, mediante as condições estabelecidas neste instrumento, sem encargo de qualquer natureza, salvo os estabelecidos neste instrumento, do ACERVO acima caracterizado, transferindo, desde já e definitivamente, à DONATÁRIA, toda posse, uso, gozo e fruição, jus, ação, domínio que exercia sobre esse, incluindo-se os direitos autorais.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A DONATÁRIA declara que aceita esta doação para que lhe fique pertencendo, incorporando-o ao ACERVO do XXXXXX (setor custodiante).

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa  
MINISTÉRIO DA CULTURA

**CLÁUSULA QUARTA** – O acervo será aberto à consulta pública e poderá ser copiado, de acordo com as recomendações específicas da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 que regula o acesso a informações, bem como as normas técnicas do XXXXXX. (setor custodiante).

**CLÁUSULA QUINTA** - O doador autoriza a Fundação Casa de Rui Barbosa a realizar a triagem dos documentos coletados após o ato do recebimento.

**Parágrafo Primeiro** – Somente serão integrados ao ACERVO do XXXXXX (setor custodiante) os documentos de arquivo considerados de valor secundário.

**Parágrafo Segundo** – Após a elaboração do inventário, esse será anexado ao presente processo e uma cópia será enviada ao DOADOR, mediante recibo a ser juntado também nos autos deste processo.

**Parágrafo Terceiro** – O DOADOR declara desde já, como encargo desta doação, que o prazo de restrição para acesso de terceiros aos documentos XXXXXX será de XXXX anos.

**Parágrafo Quarto** – Ao realizar a triagem, caso a FCRB entenda que determinados conteúdos devem ser reservados, promoverá consulta ao doador ou a quem for legitimado para que esse autorize a exibição dos referidos conteúdos, isentando a FCRB de qualquer responsabilidade.

**CLÁUSULA SEXTA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES**

**I – Compete à FCRB:**

a) conservar e manter o acervo recebido de acordo com as melhores e mais modernas técnicas arquivísticas, processando-o tecnicamente e preservando-o para a posteridade;

15

b) dispor sobre o modo e as condições de organização e utilização do acervo;

c) decidir sobre o destino do acervo doado, no caso de extinção do XXXXXX (setor custodiante) ou da alteração dos seus objetivos definidos no Regimento Interno da Fundação Casa de Rui Barbosa, por meio de seu Presidente, ouvido o Conselho Diretor.

**II – O DOADOR, por meio deste instrumento:**

a) autoriza a consulta, divulgação e reprodução parcial ou integral pela FCRB de qualquer dos documentos que constam do acervo doado, reconhecendo, também o direito da Fundação Casa de Rui Barbosa utilizar tais documentos nas suas publicações;

b) autoriza a inclusão dos materiais pertencentes ao acervo em base de dados, o armazenamento em computador, a digitalização, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero pela FCRB;

c) autoriza a comunicação do acervo ao público, inclusive sua disponibilização na Web;

d) autoriza outras modalidades de utilização ou que venham a ser inventadas que atendam ao escopo e aos fins previstos neste instrumento, tais como reprodução parcial para citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra do acervo, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra; reprodução para desenvolver banco de imagens e/ou consulta on-line ao acervo de fotos, manuscritos e datiloscritos; uso do acervo para divulgação dos arquivos por meio de inventários, uso de fotografias no site da FCRB, em materiais impressos tais como a programação institucional e obras produzidas pela FCRB, etc.

e) autoriza a reprodução de peças do acervo para usuários dos serviços da FCRB.

16

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa  
MINISTÉRIO DA CULTURA

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O interesse da FCRB com o acervo é de utilização para fins institucionais, não havendo qualquer interesse comercial na utilização desse.

**Parágrafo Único** – Não se entende por interesse comercial a colocação à venda das obras produzidas pela FCRB que tenham peças ou que utilizem fotos do acervo, tendo em vista que a venda dessas obras se faz pelo preço de custo, com o único objetivo de divulgar a cultura nacional.

**CLÁUSULA OITAVA** – O acervo doado somente poderá ser consultado depois de organizado e inventariado, devendo o XXXXXX (setor custodiante) dispor sobre o modo e as condições de organização e utilização, salvo apresentação de justificativa que poderá ou não ser aceita pelo XXXXXX. (setor custodiante)

**CLÁUSULA NONA** – Este contrato é firmado em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando os contratantes, seus herdeiros e sucessores.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – A publicação resumida deste instrumento será efetuada por extrato no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Aplicam-se a este contrato a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, o Novo Código Civil, notadamente seus artigos 538 e seguintes, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal e demais normas pertinentes, no que couber, especialmente aos casos omissos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**– As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, sendo competente uma das Varas Federais da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas pertinentes a este Instrumento.

17

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, XX de XXX 201X.

\_\_\_\_\_  
Doador

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXX  
Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa

Testemunhas:

1 – \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

2 – \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

18

**ANEXO V - Lista de verificação de documentos e procedimentos FCRB**

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa  
MINISTÉRIO DA CULTURA

CPF: \_\_\_\_\_  
 RG: \_\_\_\_\_  
 2 - \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO VI**

**PROCESSO N.º 01550.000XXX/XXXX-XX**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO**

Sequência de atos necessária e insuscetível de alteração ou supressão, que deve ser observada na instrução de cada processo de doação de acervo, com base na Portaria nº XXXXXX, resultado do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº XXXXXX.

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS VERIFICADOS	A SEREM		FOLHA	OBS.
	SIM	NÃO		
1. Houve abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado?				
2. Consta a solicitação/requisição da aquisição do acervo, dirigida ao Diretor da área, para posterior encaminhamento à Presidência, elaborada pelo agente ou setor competente, no qual expõe a importância da preservação desse acervo e a informação de que ele está em consonância com as finalidades e objetivos da instituição de acordo com as áreas prioritárias e de acordo com a política de aquisição da instituição?				
3. A autoridade competente acatou a justificativa da necessidade de aquisição do acervo e a autorizou?				

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa  
MINISTÉRIO DA CULTURA

4. Consta manifestação expressa do doador de sua vontade de doar o acervo para a FCRB e consta a informação expressa de que a doação se dará com ou sem cessão dos respectivos direitos autorais?				
5. Consta nos autos cópia da certidão de óbito do autor do acervo, ou de seus sucessores, quando for o caso; cópia de certidão extraída do inventário, de modo a comprovar que os doadores são de fato os únicos herdeiros, ou qualquer outra prova de que os doadores são os legítimos donos do acervo a ser doado ou que são os legítimos detentores dos direitos autorais do acervo?				
6. Caso não haja qualquer prova indicada no item 5 supra, consta nos autos declaração dos doadores de que são os únicos herdeiros do autor do acervo, ou que receberam o acervo de boa-fé, ou que são os legítimos titulares dos direitos autorais?				
7. Constam nos autos cópias dos documentos de identificação, endereço, telefone para contato e demais informações necessárias para a completa identificação dos doadores?				
8. Foi juntada a minuta de termo de contrato, devidamente adaptada ao caso concreto.				
9. Houve análise pela assessoria jurídica?				

## ANEXO VI – Termo de responsabilidade FCRB

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa  
MINISTÉRIO DA CULTURA

### ANEXO IV

PROCESSO Nº 01550.000XXX/xxxx-XX

ANEXO I DO CONTRATO DE DOAÇÃO (Utilizado no modelo do anexo II do presente documento).

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE

I - Pelo presente instrumento (fulano de tal), (CPF), (Identidade com órgão expedidor), residente na (Endereço completo com CEP), (Tel de contato), (e-mail), fica ciente de que a FCRB não detém os direitos autorais dos conteúdos dos documentos (identificação dos documentos) que compõem o acervo do XXXXXX da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB a serem consultados. Compromete-se a contatar os titulares dos direitos autorais, caso pretenda reproduzir com fins comerciais os referidos documentos, reservando-se aos detentores dos direitos autorais, diretamente ou por mandatário, o direito de autorizar ou não o uso comercial, bem como o de receber os valores estipulados para o autor, tendo em vista que a FCRB detém o domínio apenas do suporte e não dos direitos sobre os textos e imagens desses documentos.

II – Fica ciente também que os documentos de que trata o item I estão abertos à consulta pública em conformidade com as recomendações específicas da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, respeitando-se sempre os termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 que altera, atualiza e consolida a legislação de direitos autorais, bem como as normas técnicas do (setor custodiante).

III - Nos termos do artigo 46 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro.

27

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa  
MINISTÉRIO DA CULTURA

IV - Em toda utilização do (s) documento(s) objeto deste termo será obrigatória a menção ao crédito xxxxx/FCRB, incluindo nome do fundo arquivístico ao qual o(s) documento(s) pertence(m) e do autor da obra quando houver.

V – O pesquisador responderá por qualquer dano material ou moral decorrente da violação das obrigações estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo das providências penal, civil e administrativa, isentando a FCRB por qualquer dano causado a terceiros com a utilização irregular dos direitos autorais pertinentes ao acervo.

VI - Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, sendo competente uma das varas cíveis da capital, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes deste instrumento.

Rio de Janeiro, XX de XXX de 20XX.

ASSINATURA DO PESQUISADOR

28

## ANEXO VII – Política de aquisição AN



Nº 058, DE 13 DE MARÇO DE 2018

### Institui a Política de Aquisição de Acervos Privados do Arquivo Nacional.

A DIRETORA-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Art. 22, do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria nº 2.433, do Ministério da Justiça, de 24 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2011, e:

Considerando a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que trata da política nacional de arquivos públicos e privados,

Considerando o resultado das atividades do Grupo de Trabalho Política de Acervo, instituído pela portaria nº 477, de 11 de outubro de 2017, publicada em 17 de outubro de 2017 no Boletim Interno Quinzenal nº 10/2017 do Arquivo Nacional,

#### RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Política de Aquisição de Acervos Privados do Arquivo Nacional.

Parágrafo único. Compreendem-se como objeto para a aquisição de arquivos e coleções de natureza privada os conjuntos provenientes de pessoa, família ou entidade coletiva de direito privado, produzidos em diferentes suportes, assim como aqueles produzidos em ambiente digital, no Brasil e/ou no exterior.

Art. 2º São diretrizes e critérios para aquisição de arquivos e coleções de natureza privada:

6



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - ARQUIVO NACIONAL - Boletim Interno Quinzenal nº 03/2018 - Período: 01 a 15/03/2018 - Publicado em 15/03/2018.

- doação como forma de entrada;
- relevância para a história e a cultura do país, contribuindo para a contextualização de distintos processos e períodos históricos;
- pertinência dos documentos ao conjunto em que estejam inseridos, buscando observar o princípio da organicidade, no caso dos arquivos;
- caráter original dos documentos ou suas cópias substitutivas; e
- estado de conservação dos documentos, que devem estar legíveis e/ou passíveis de recuperação.

Art. 3º A aquisição de arquivos e coleções privadas pelo Arquivo Nacional se realizará mediante parecer de uma comissão permanente para aquisição de arquivos e coleções de natureza privada, que deverá ser instituída por portaria, vinculada à Direção-Geral, de caráter multidisciplinar, formada por servidores representantes das áreas de Processamento e Preservação do Acervo e de Acesso e Difusão Documental.

§ 1º A comissão permanente para aquisição de arquivos e coleções de natureza privada será composta por servidores representantes das coordenações-gerais de Processamento e Preservação do Acervo, de Acesso e Difusão Documental e Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal.

§ 2º À comissão permanente para aquisição de arquivos e coleções de natureza privada caberá avaliar a entrada de arquivos e coleções e fazer proposições para novas aquisições, além de revisar regularmente a política para aquisição de arquivos privados da Instituição.

Art. 4º A aquisição de arquivos e coleções de natureza privada pelo Arquivo Nacional deverá considerar o cumprimento dos procedimentos descritos no Anexo 1 desta Portaria, bem como o interesse da Instituição e sua capacidade de preservar e dar acesso ao arquivo ou coleção.

Parágrafo único. Os modelos dos instrumentos utilizados para a formalização do processo e dos atos relativos à doação constam dos anexos desta portaria.

Art. 5º O Arquivo Nacional se reserva o direito de recusar arquivos e coleções privadas que estejam em desacordo com as diretrizes e critérios estabelecidos no presente documento.

Art. 6º O Arquivo Nacional poderá, a qualquer tempo, expedir orientações complementares aos dispositivos desta portaria e promover atualizações de seus anexos.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Carolina Chaves de Azevedo  
Diretora-Geral do Arquivo Nacional

7

## ANEXO VIII – Termo de entrega de documento AN



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - ARQUIVO NACIONAL - Boletim Interno Quinzenal nº 03/2018 - Período: 01 a 15/03/2018 - Publicado em 15/03/2018.

ANEXO 3 DA PORTARIA Nº 058 , DE 13 DE MARÇO DE 2018.

### TERMO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO ARQUIVO NACIONAL, E SR(A). [NOME]

A UNIÃO, por intermédio do ARQUIVO NACIONAL, órgão integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça, inscrito no CNPJ sob o nº 04.374.067.0001-47, situado na Praça da República, nº 173, Centro, Rio de Janeiro - RJ, neste ato representado por seu diretor-geral, [Nome], [nacionalidade], [endereço], portador da cédula de identidade nº [número], inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, de acordo com as competências previstas no Art. 22, inciso XI, do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria nº 2.433, do Ministério da Justiça, de 24 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2011 e, de outro lado, o [nome do doador], [nacionalidade], residente e domiciliado no [endereço], portador da cédula de identidade nº XX.XXX.XXX-X [órgão emissor], inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado CEDENTE, têm entre si acordado o presente **Termo de Entrega de Documentos**, em conformidade com o que consta no processo nº (AN) e mediante as seguintes cláusulas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo é a entrega ao ARQUIVO NACIONAL, de XXXXXXXXX.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA POSSIBILIDADE DE DOAÇÃO

Em virtude do presente Termo, o ARQUIVO NACIONAL providenciará a análise dos documentos entregues, decidindo se os mesmos serão objeto de doação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS NÃO INCORPORADOS

Os itens do conjunto que não atendam aos critérios para aquisição não serão objeto do Termo de Doação, sendo devolvidos ao doador, que deverá retirá-los no prazo de 60 dias corridos, não prorrogáveis, a contar da assinatura do Termo de Doação.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta entrega.

12



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - ARQUIVO NACIONAL - Boletim Interno Quinzenal nº 03/2018 - Período: 01 a 15/03/2018 - Publicado em 15/03/2018.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Termo, depois de lido e achado conforme, em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas. Rio de Janeiro, XX de XX de XXXX.

[Nome]  
Cedente

[Nome]  
Diretor-Geral  
Arquivo Nacional

Testemunhas:

01.

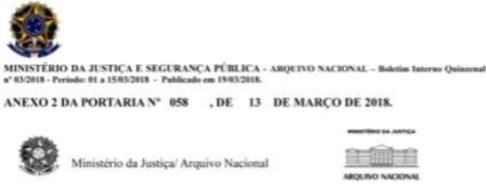
NOME:  
CPF:

02.

NOME:  
CPF:

13

## Anexo IX – Relatório de visita técnica



RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

ACERVO [NOME]

Local  
Data

10



I – Introdução

II – História administrativa/ biografia

III – Acervo

IV – Local de guarda e estado de conservação

V – Considerações

Nome do servidor  
Matrícula SIAPE

11

## IMPACTO POLÍTICO E SOCIAL DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E DE SEU RELATÓRIO FINAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Dayo de Araújo Silva Côrbo\*

**Resumo:** O presente artigo apresenta os resultados de tese defendida no ano de 2019, no IBICTUFRJ, no curso de doutorado em Ciência da Informação, na qual se investiga o impacto político e social da Comissão Nacional da Verdade e de seu documento final a partir de três locais de análise, a saber: nos sites da Comissão Nacional da Verdade e do Projeto Memórias Reveladas; no Portal CAPES; e na mídia, por meio dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. No âmbito do universo avaliado, optou-se por destacar, nesse trabalho, a análise de mídia realizada na pesquisa. Nessa análise escolheu-se como objeto os jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. A escolha por esses veículos de comunicação se deve pela relevância desses jornais na sociedade brasileira e devido a esses jornais terem sido citados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade como apoiadores civis da ditadura. Foram analisadas as matérias publicadas a partir dos termos, Comissão Nacional da Verdade e Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, entre os anos de 2011 e 2018. Analisou-se a produção e as características das matérias relacionadas a esses termos. Verificou-se que a produção de matérias seguiu uma trajetória de crescimento entre os anos de 2011 e 2014. A partir do ano de 2015 percebeu-se uma queda na produção de notícias nos jornais. O ano de 2018, que se identifica como um ano de forte polarização política, relacionada à eleição presidencial, percebe-se um retorno ao interesse sobre o trabalho da Comissão Nacional da Verdade. O resultado da pesquisa indica que os debates produzidos a partir da CNV motivaram um aumento na produção de matérias e que dentre essas matérias se destacam as ações políticas surgidas a partir da instalação da Comissão..

**Palavra-Chave:** Comissão Nacional da Verdade; Relatório Final; Impacto.

**Abstract:** This paper presents the results of the thesis defended in 2019, at IBICT-UFRJ, in the PhD course in Information Science, which investigates the political and social impact of the National Truth Commission and its final document from three places of analysis, namely: on the websites of the National Truth Commission and the Memories Revealed Project; at the CAPES Portal; and in the media, through the newspapers Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo and O Globo. Within the scope of the universe evaluated, we chose to highlight in this work the media analysis performed in the research. In this analysis, we chose as object the newspapers Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo and O Globo. The choice for these media outlets is due to the relevance of these newspapers in Brazilian

---

\* Doutor e Mestre em Ciência da Informação. Especialista em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva. Graduado em Biblioteconomia. Bibliotecário do Arquivo Nacional.



society and because these newspapers were cited in the final report of the National Truth Commission as civil supporters of the dictatorship. The articles published based on the terms National Truth Commission and Final Report of the National Truth Commission between 2011 and 2018 were analyzed. The production and type of articles related to these terms were analyzed. It was found that the production of stories followed a growth trajectory between 2011 and 2014. From the year 2015 there was a drop in news production in newspapers. The year 2018, which identifies itself as a year of strong political polarization related to the presidential election, sees a return of interest in the work of the National Truth Commission. The result of the research indicates that the debates produced from the CNV motivated an increase in the production of articles and that among these articles stand out the political actions arising from the installation of the Commission..

**Keywords:** National Truth Commission; Final Report; Impact.

## **1 Introdução**

O presente artigo apresenta os resultados de pesquisa tese, na qual se investiga o impacto da Comissão Nacional da Verdade e de seu documento final na sociedade brasileira a partir de três locais de análise, a saber: nos sites da Comissão Nacional da Verdade e do Projeto Memórias Reveladas; no Portal CAPES; e na mídia, por meio dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo nos formatos impresso e digital.

No âmbito do universo de locais avaliados, optou-se por destacar a análise de mídia. Com isso, examinamos a repercussão das atividades da Comissão Nacional da Verdade utilizando como locais de investigação as reportagens informativas, editoriais, colunas opinativas e entrevistas publicadas nas edições impressas e digitais dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo<sup>35</sup>. A escolha por esses veículos de comunicação deve-se pela relevância desses jornais, segundo a Associação Nacional de Jornais<sup>36</sup>, esses jornais estão entre os veículos com maior circulação paga no país. Além disso, esses veículos foram citados no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade como apoiadores do golpe de 1964 e se reposicionaram no tocante ao apoio manifestado.

Com isso, foram realizadas buscas, nos jornais citados, com os termos, a saber: Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade; “Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade”; Comissão Nacional da Verdade; e “Comissão Nacional da Verdade”.

Esses termos foram escolhidos com a expectativa de criação de um arcabouço que abarque a repercussão do trabalho da Comissão Nacional da Verdade e a utilização do documento, Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, como tema de pesquisa. A investigação utilizou como recorte o período entre os anos de 2011 e 2018 que abrange os mandatos dos presidentes Dilma Rousseff (01/01/11 a 31/08/2016) e Michel Temer (01/09/2016 a 31/12/2018). No período de recorte da

---

<sup>35</sup> Se utilizou como fonte de pesquisa o site Acervo O GLOBO que se caracteriza como um local de acesso à versão digital de todas as páginas e matérias do Jornal O GLOBO desde sua primeira edição, em 29 de julho de 1925

<sup>36</sup> Associação sem fins lucrativos fundada por sociedades jornalísticas na cidade do Rio de Janeiro, em 1979.

pesquisa ocorreram a instalação, 16 de maio de 2012, e a conclusão do trabalho da CNV, com a disponibilização do seu relatório final a Presidenta Dilma Rousseff no dia 10 de dezembro de 2014

Em um primeiro momento, analisamos a quantidade de respostas, para os termos de pesquisa consultados, por ano em cada jornal. Em um segundo momento, avaliamos as matérias de jornais segundo o critério de característica da notícia: *Descrição de fatos* – notícias que destacavam os fatos descritos no relatório da Comissão Nacional da Verdade ou em outros relatórios similares, descobertos por meio de alguma ação promovida pela CNV ou por outras Comissões com temática similar a CNV; *Críticas negativas ou positivas* – notícias que destacavam críticas ou elogios ao trabalho da CNV; *Ações* – Notícias que indicavam atos ou ações promovidas pela CNV ou realizadas por outras instituições que se fundamentavam no trabalho ou nas recomendações da CNV; *Referência a relatórios e/ou outras comissões* – Notícias que citam o trabalho da CNV em conjunto com outras comissões ou que citam o relatório de outras comissões da verdade não-nacionais e/ou as atividades de outras comissões; *Referência a Lei de Anistia* – Notícias que tratam sobre a CNV e a Lei de Anistia; *Divulgação* – Notícias que divulgavam algum evento ou atividade da CNV como: cerimônias, caravanas e outros eventos; *Outros* – notícias que destacavam assuntos gerais sobre a CNV. Cada notícia avaliada poderia conter um ou mais critérios.

As análises foram disponibilizadas para cada jornal, a saber: Folha de São Paulo; Estado de São Paulo; e O Globo.

## **2. O documento e a análise de mídia**

A investigação parte da hipótese de que a construção de um documento é uma ação política, sendo assim, o documento é um produto de uma escolha e de uma ação por uma instituição, o que o agrega potência e o configura como um espelho de uma política de informação e memória. No caso estudado, o documento final da Comissão Nacional da Verdade formaliza uma política de informação e memória e gera manifestações de cunho político e social. Com isso, avalia-se na mídia a repercussão do trabalho da comissão e do seu relatório final e as características das matérias veiculadas visando analisar o que se destacou na imprensa.

Conforme descrito anteriormente, utiliza-se como local de análise as reportagens informativas, editoriais, colunas opinativas e entrevistas publicadas nas edições impressas e digitais dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo<sup>37</sup>. A escolha por esses veículos de comunicação se deve pela relevância desses jornais, segundo a Associação Nacional de Jornais<sup>38</sup>, esses jornais estão entre os veículos com maior circulação paga no país. Além disso, esses veículos foram citados no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade como apoiadores do golpe de 1964 e se reposicionaram, no período investigado pela tese, no tocante ao apoio manifestado. Conforme mencionado no relatório final, a imprensa brasileira contribuiu na criação de um consenso em torno do movimento pela deposição do presidente João Goulart e em apoio ao regime ditatorial:

Foi na criação de certo consenso em torno do movimento pela deposição do presidente João Goulart e, posteriormente, em apoio ao regime ditatorial, que parte da imprensa brasileira contribuiu decisivamente. Em primeiro lugar, na divulgação de uma visão que afirmava estar o próprio presidente Goulart à frente de ações que conduziram à subversão da ordem constituída (justamente o que seus opositores mais extremistas estavam fazendo), ou apoiando sua deposição a partir da propagação da ideia de que, no princípio de abril de 1964, o frágil regime democrático brasileiro tornara-se seguro, como figurou em editorial do jornal carioca O Globo. Assim, mesmo órgãos com posições mais moderadas – como o Correio da Manhã e o Jornal do Brasil, que, ao contrário das folhas citadas, apoiaram a posse constitucional do presidente Goulart na crise de agosto de 1961 – participaram da campanha de desestabilização. São sempre lembrados os editoriais do Correio da Manhã dos dias 31 de março e 1º de abril, intitulados respectivamente “Basta!” e “Fora!”, em que se pode ler uma convocação a depor João Goulart. Menos lembrada foi a atuação do jornal Folha de S.Paulo, que, nos idos de março de 1964, não escondia o seu apelo explícito à intervenção militar para depor o governo. (BRASIL, 2014, p.320-321).

Nesse âmbito, mesmo os veículos com posicionamentos mais moderados e que apoiaram a posse constitucional do presidente João Goulart, na crise de 1961, se posicionaram favoráveis ao golpe de 1964.

A partir disso, destacam-se as análises e o posicionamento editorial em cada jornal no período após o golpe de 1964 e os editoriais com reposicionamentos durante o período de trabalho da Comissão Nacional da Verdade.

---

<sup>37</sup> Se utilizou como fonte de pesquisa o site Acervo O GLOBO que se caracteriza como um local de acesso à versão digital de todas as páginas e matérias do Jornal O GLOBO desde sua primeira edição, em 29 de julho de 1925

<sup>38</sup> Associação sem fins lucrativos fundada por sociedades jornalísticas na cidade do Rio de Janeiro, em 1979.

### 2.1. *Jornal Folha de São Paulo*

O Jornal Folha de São Paulo faz parte do Grupo Folha, segundo seu site, o Grupo Folha “é um dos principais conglomerados de mídia do país. Controla o jornal de maior circulação e influência (Folha de S.Paulo), o site noticioso de jornal com mais audiência, a maior empresa brasileira de conteúdo e serviços de internet (UOL) e a maior gráfica comercial do Brasil (Plural), além de outros negócios.”<sup>39</sup>

A investigação realizada no Jornal Folha de São Paulo utilizou a busca pelos termos, a saber: Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade; “Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade”; Comissão Nacional da Verdade; e “Comissão Nacional da Verdade”. As aspas foram utilizadas para a recuperação da expressão, enquanto que na ausência de aspas os sistemas de cada jornal recuperavam todas as palavras.

Na pesquisa por matérias relacionadas, optou-se pela escolha de um único termo, que representasse melhor o conjunto dos quatro termos avaliados quantitativamente por ano. Sendo assim, escolheu-se o termo específico “Comissão Nacional da Verdade” devido esse descritor ter obtido melhor resposta concernente à relevância<sup>40</sup>. A avaliação por característica teve como objetivo avaliar em cada ano, como a mídia destacou o trabalho da Comissão Nacional da Verdade e o seu documento final.

A partir da investigação na Folha de São Paulo, destacou-se que existiu uma quantidade contínua de matérias relacionadas à Comissão Nacional da Verdade e ao Relatório Final até o ano de 2014, ano com maior produção de matérias, a partir do ano de 2015 se percebe um decréscimo até o ano de 2018 quando ocorre uma retomada no número de produção de matérias.

Por meio do gráfico, destaca-se que a maior produção de matérias na Folha de São Paulo, encontra-se durante o desenvolvimento das atividades da Comissão Nacional da Verdade e no governo Dilma Rousseff (01/01/11 a 31/08/2016), evidenciando-se o ano de 2014, ano de entrega do relatório final.

---

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em 20 jan. 2019.

<sup>40</sup> Qualidade atribuída à precisão na busca de itens úteis. (LANCASTER, 2004, p. 3).

No ano de 2014, sobressai-se também, devido ao aniversário de 50 anos do golpe de 1964, um editorial da Folha reconhecendo seu posicionamento favorável ao golpe, fato citado posteriormente no relatório da Comissão Nacional da Verdade, no capítulo sobre o apoio civil ao golpe de 1964 e o papel dos veículos de imprensa do país.

Em matéria do dia 11 dezembro de 2014, a Folha de São Paulo destaca a citação sobre a participação dos jornais na ditadura.

### Documento cita apoio da imprensa ao golpe de 64

Relatório da comissão menciona a Folha, "O Globo" e "O Estado de S. Paulo"

**DE SÃO PAULO**

O relatório da Comissão Nacional da Verdade cita, no capítulo sobre o apoio civil ao golpe de 1964, o papel dos veículos de imprensa do país. O documento afirma que os jornais "O Estado de S. Paulo", "O Globo" e a **Folha** apoiaram o golpe. No relatório, são mencionados Júlio de Mesquita Filho (1892-1969), ex-diretor de "O Estado", como um dos articuladores, e o publisher da **Folha**, Octávio Frias de Oliveira (1912-2007), entre os integrantes do Ipes (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), órgão que fazia propaganda contra Jango. Um editorial da **Folha** é interpretado como um apelo ao golpe. A empresa é citada como uma das que financiaram a Oban (Operação Bandeirante) e acusada de ter cedido veículos à repressão.

Em 1964 a **Folha** apoiou o golpe, como quase toda a grande imprensa. Os editoriais do jornal, como "O Brasil continua", do dia 3 de abril, defendiam a eleição de um novo presidente pelo Congresso para concluir o mandato de Jango e assegurar a preservação da Constituição.

Sobre a Oban, a **Folha** não tomou parte em seu financiamento. Não há documentos nem testemunhos diretos que corroborem a acusação de que a extinta "Folha da Tarde" tenha emprestado veículos para órgãos da repressão.

Figura 1: Participação dos jornais na ditadura

Contudo, na nota do editorial, evidencia-se um posicionamento do jornal igualando a violência do Estado à violência da resistência, sendo assim, o Editorial do jornal direciona-se a uma afirmação de acordo com a teoria dos dois demônios<sup>41</sup>.

Às vezes se cobra, desta Folha, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro.

Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais.

É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias.

Visto em perspectiva, o período foi um longo e doloroso aprendizado para todos os que atuam no espaço público, até atingirem a atual maturidade no

<sup>41</sup> "teoria dos dois demônios": malabarismo retórico de quem acredita que "excessos" foram cometidos dos dois lados e que, por isso, melhor seria deixar o passado no passado. (SAFATLE, 2011).

respeito comum às regras e na renúncia à violência como forma de lutar por ideias. Que continue sendo assim. (1964, 2014, p. A2).

Segue abaixo, a primeira capa do Jornal Folha de São Paulo, do dia 02 de abril de 1964.



Figura 2: Capa da Folha de São Paulo – 02 de abril de 1964

Cinquenta anos depois do golpe de 1964, em 30 de março de 2014, Editorial da Folha de São Paulo admite ter sido um erro o apoio ao golpe.



Figura 3: Editorial da Folha de São Paulo – 30 de março de 2014

O ano de 2017 destaca-se como o ano de menor número de produção de matérias no Jornal Folha de São Paulo, relacionadas aos termos Comissão Nacional da Verdade e Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Nesse ano, efetiva-se o governo do presidente Michel Temer (01/09/2016 a 31/12/2018). No ano de 2018,

caracteriza-se uma retomada de matérias, neste ano destaca-se uma forte polarização ocasionada pela disputa presidencial.



Gráfico 1: Páginas recuperadas por ano – Folha de São Paulo

Conforme visto anteriormente, na nossa investigação por matérias relacionadas, optou-se pela escolha de um único termo, que representasse melhor o conjunto dos quatro termos avaliados quantitativamente por ano. Sendo assim, escolheu-se o termo específico “Comissão Nacional da Verdade” devido esse descritor ter obtido melhor resposta concernente à relevância<sup>42</sup>. A avaliação por característica teve como objetivo avaliar em cada ano, como a mídia destacou o trabalho da Comissão Nacional da Verdade e o seu documento final. Em cada matéria analisada, pode ter sido destacado mais de uma característica.

Termos de busca	Ano							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
“Comissão Nacional da Verdade”	13	101	305	475	78	27	16	48
“Relatório da Comissão Nacional da Verdade”	0	0	3	59	12	4	3	6
Comissão Nacional da Verdade	186	322	555	660	177	138	113	174
Relatório da Comissão Nacional da Verdade	29	49	91	286	66	31	22	47

Gráfico 2: Folha de São Paulo: matérias recuperadas por termos de busca

<sup>42</sup> Qualidade atribuída à precisão na busca de itens úteis. (LANCASTER, 2004, p.3).

## 2.2. *Jornal O Estado de São Paulo*

Segundo o seu site<sup>43</sup> “O Estado de S. Paulo” é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação. A investigação realizada no Jornal Estado de São Paulo utilizou a busca pelos termos, a saber: Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade; “Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade”; Comissão Nacional da Verdade; e “Comissão Nacional da Verdade”. As aspas foram utilizadas para a recuperação da expressão, enquanto que na ausência de aspas os sistemas de cada jornal recuperavam todas as palavras.

Na pesquisa por matérias relacionadas, optou-se pela escolha de um único termo, que representasse melhor o conjunto dos quatro termos avaliados quantitativamente por ano. Sendo assim, escolheu-se o termo específico “Comissão Nacional da Verdade” devido esse descritor ter obtido melhor resposta concernente à relevância<sup>44</sup>. A avaliação por característica teve como objetivo avaliar em cada ano, como a mídia destacou o trabalho da Comissão Nacional da Verdade e o seu documento final.

A partir da investigação no Estado de São Paulo, destacou-se que existiu uma quantidade contínua de matérias relacionadas à Comissão Nacional da Verdade e ao Relatório Final até o ano de 2014, ano com maior produção de matérias nos quatro termos de pesquisa, a partir do ano de 2015 percebe-se um decréscimo até o ano de 2018 quando ocorre uma retomada no número de produção de matérias.

Por meio do gráfico, destaca-se que a maior produção de matérias no Estado de São Paulo, se encontra durante o desenvolvimento das atividades da Comissão Nacional da Verdade e no governo Dilma Rousseff (01/01/11 a 31/08/2016), evidenciando-se o ano de 2014, ano de entrega do relatório final. Esse fato assemelha-se a análise realizada no jornal Folha de São Paulo.

No ano de 2014, sobressai-se, também, devido ao aniversário de 50 anos do golpe de 1964, um editorial do Estadão reconhecendo seu posicionamento favorável ao golpe, fato citado posteriormente no relatório da Comissão Nacional da Verdade, no

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm>. Acesso em: 07 fev. 2019.

<sup>44</sup> Qualidade atribuída à precisão na busca de itens úteis (LANCASTER, 2004, p.3).

capítulo sobre o apoio civil ao golpe de 1964 e o papel dos veículos de imprensa do país.

Contudo, o editorial enfatiza o grande apoio popular, por meio da marcha da família com deus pela liberdade e retrata o golpe civil-militar de 1964 como movimento civil-militar.

Ao completarem-se 50 anos do movimento civil-militar de 31 de março de 1964, é possível ter uma visão mais serena e objetiva, tanto das condições que levaram a ele como dos primórdios do regime então implantado e o seu desvio do curso original imaginado, em especial, pelas lideranças civis. Facilitado pela perspectiva de meio século, esse esforço de compreensão dos fatos, assim como de seu dramático contexto histórico, é importante, sobretudo, para as novas gerações. (MEIO, 2014, p.A3).

Segue abaixo, a primeira capa do Jornal Estado de São Paulo, do dia 02 de abril de 1964.



Figura 4: Estado de São Paulo – 02 de abril de 1964

Cinquenta anos depois do golpe de 1964, em 31 de março de 2014, Editorial do Estado de São Paulo admite ter sido um erro o apoio ao golpe.



Figura 5: Estado de São Paulo – 31 de março de 2014

O ano de 2016 destaca-se como o ano de menor número de produção de matérias no Jornal Estado de São Paulo, relacionadas ao termo “Comissão Nacional

da Verdade”. A partir de 2015, evidencia-se uma queda nas matérias recuperadas pelo termo de busca, só se identificando um pequeno aumento em 2017. No ano de 2018, caracteriza-se uma retomada de matérias, neste ano destaca-se uma forte polarização ocasionada pela disputa presidencial.



Gráfico 3: Páginas recuperadas por ano – Estado de São Paulo.

Conforme visto anteriormente, na nossa investigação por matérias relacionadas, optou-se pela escolha de um único termo, que representasse melhor o conjunto dos quatro termos avaliados quantitativamente por ano. Sendo assim, escolheu-se o termo específico “Comissão Nacional da Verdade” devido esse descritor ter obtido melhor resposta concernente à relevância<sup>45</sup>. A avaliação por característica teve como objetivo avaliar em cada ano, como a mídia destacou o trabalho da Comissão Nacional da Verdade e o seu documento final. Em cada matéria analisada, pode ter sido destacado mais de uma característica.

Termos de busca	Ano							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
“Comissão Nacional da Verdade”	48	139	283	302	44	17	19	35
“Relatório da Comissão Nacional da Verdade”	0	4	1	19	9	1	2	4
Comissão Nacional da Verdade	482	600	600	612	281	266	255	218
Relatório da Comissão Nacional da Verdade	81	122	105	237	70	64	51	30

Gráfico 4: Estado de São Paulo: matérias recuperadas por termos de busca

<sup>45</sup> Qualidade atribuída à precisão na busca de itens úteis (LANCASTER, 2004, p.3).

### 2.3. *Jornal O Globo – Acervo*

O jornal O Globo, segundo o seu site “fundado por Irineu Marinho, no Rio de Janeiro, com duas edições diárias. Desde o lançamento, O Globo caracteriza-se por ser um jornal essencialmente noticioso e voltado para a prestação de serviços.”<sup>46</sup>

A investigação realizada no Jornal O Globo utilizou a busca pelos termos, a saber: Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade; “Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade”; Comissão Nacional da Verdade; e “Comissão Nacional da Verdade”. As aspas foram utilizadas para a recuperação da expressão, enquanto que na ausência de aspas os sistemas de cada jornal recuperavam todas as palavras.

Na pesquisa por matérias relacionadas, optou-se pela escolha de um único termo, que representasse melhor o conjunto dos quatro termos avaliados quantitativamente por ano. Sendo assim, escolheu-se, diferentemente da pesquisa na Folha de São Paulo e no Estado de São Paulo, o termo Comissão Nacional da Verdade, sem aspas, devido esse descritor ter obtido melhor resposta concernente à relevância<sup>47</sup>. A avaliação por característica teve como objetivo avaliar em cada ano, como a média destacou o trabalho da Comissão Nacional da Verdade e o seu documento final.

A partir da investigação no jornal O Globo, destacou-se que existiu uma quantidade contínua de matérias relacionadas à Comissão Nacional da Verdade e ao Relatório Final até o ano de 2014, ano com maior produção de matérias nos quatro termos de pesquisa, a partir do ano de 2015 percebe-se um decréscimo até o ano de 2018. O ano identificado com menor número de matérias publicadas foi o ano de 2018.

Por meio do gráfico, destaca-se que a maior produção de matérias no jornal O Globo, se encontra durante o desenvolvimento das atividades da Comissão Nacional da Verdade e no governo Dilma Rousseff (01/01/11 a 31/08/2016), evidenciando-se o ano de 2013, diferentemente dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo onde o ano de 2014 se destacou como o de maior produção de notícias.

---

<sup>46</sup> Disponível em: <http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm>. Acesso em 10 fev. 2019.

<sup>47</sup> Qualidade atribuída à precisão na busca de itens úteis (LANCASTER, 2004, p.3).

No ano de 2013, destaca-se também, devido à proximidade do aniversário de 50 anos do golpe de 1964, um editorial do jornal O Globo reconhecendo seu posicionamento favorável ao golpe, fato citado posteriormente no relatório da Comissão Nacional da Verdade, no capítulo sobre o apoio civil ao golpe de 1964 e o papel dos veículos de imprensa do país.

Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O Globo apoiou editorialmente o golpe militar de 1964.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O Globo, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de São Paulo”, “Folha de São Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais.

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos – Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” – e de alguns segmentos das Forças Armadas.<sup>48</sup>



Figura 6: Primeira capa do O Globo no dia 02 de abril de 1964

O editorial enfatiza o amplo apoio popular e da grande mídia como os Jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, Correia da Manhã e outros. E justifica o apoio ao golpe, deixando claro que naquele momento essa ação era importante para evitar um golpe de João Goulart.

---

<sup>48</sup> **Apoio Editorial ao golpe de 64 foi um erro.** Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=apoio+editorial&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2013>. Acesso em: 13 dez. 2018.



Figura 7: Editorial no dia 01 de setembro de 2013

O ano de 2018 é o ano de menor número de produção de matérias no Jornal O Globo, relacionadas aos termos Comissão Nacional da Verdade e Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Esse ano configura-se como um período de forte polarização devido a eleição presidencial.

Destacam-se nas notícias do ano, as ações do alto comando militar visando coagir o Supremo Tribunal Federal (STF), a descoberta de documentação da CIA que retratava que a tortura em unidades militares era conhecida pelo Presidente da República durante o período da ditadura.



Gráfico 5: Páginas recuperadas por ano – O Globo

Conforme visto anteriormente, na nossa investigação por matérias relacionadas, optou-se pela escolha de um único termo, que representasse melhor o conjunto dos quatros termos avaliados quantitativamente por ano. Sendo assim, escolheu-se o termo específico “Comissão Nacional da Verdade” devido esse descritor ter obtido melhor resposta concernente à relevância. A avaliação por característica teve como objetivo avaliar em cada ano, como a mídia destacou o trabalho da

Comissão Nacional da Verdade e o seu documento final. Em cada matéria analisada, pode ter sido destacado mais de uma característica.

Termos de busca	Ano							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
“Comissão Nacional da Verdade”	17	26	85	153	21	5	5	10
“Relatório da Comissão Nacional da Verdade”	0	0	2	11	3	1	0	0
Comissão Nacional da Verdade	450	505	550	485	384	305	259	118
Relatório da Comissão Nacional da Verdade	75	102	115	167	94	55	59	30

Gráfico 5: O Globo: matérias recuperadas por termos de busca

### 3. Considerações Finais

Na análise de mídia, observam-se diversos movimentos políticos e sociais que foram descritos nas notícias dos jornais avaliados na pesquisa. Fato relevante na perspectiva do documento como objeto gerador de ações políticas, dentre as ações destacadas, podemos citar: a mobilização para a alteração de nomes de ruas que homenageiam pessoas identificadas como violadoras de direitos humanos; o pedido público de desculpas por representantes do executivo municipal, estadual e federal, em reconhecimento as violações de direitos humanos ocorridas no Estado; a alteração de certidão de óbito de vítimas da ditadura; a entrega simbólica de posse aos deputados cassados durante a ditadura; o esclarecimento de mortes e assassinatos; autópsias; entre outras ações produzidas a partir do documento final da Comissão Nacional da Verdade e das comissões da verdade locais.

As escolhas determinadas durante o desenvolvimento do trabalho da Comissão Nacional da Verdade também podem ser consideradas como ações políticas, como: a opção por limitar a investigação aos crimes cometidos por agentes do Estado e por disponibilizar as informações da comissão apenas em seu relatório e outras ações da CNV.

No âmbito do período investigado na pesquisa de mídia, 2011 a 2018, destaca-se também que os jornais analisados: Folha de São Paulo; O Estado de São Paulo e O Globo. Mantiveram uma postura conservadora em relação aos temas polêmicos

levantados pela Comissão Nacional da Verdade, embora tenham declarado que cometeram um erro ao apoiarem o regime civil ditatorial (1964-1985).

Esse posicionamento torna-se nítido, em especial, nas matérias que tratavam sobre a formação do corpo de membros da Comissão Nacional da Verdade; no objeto de investigação da Comissão, crimes cometidos pelos agentes do Estado ou também pelos militantes políticos de oposição; sobre o período de investigação da Comissão e em outros assuntos polêmicos.

Constatou-se que os jornais mantiveram uma postura de defesa da Lei de Anistia nos moldes originais e de uma narrativa voltada para a teoria dos dois demônios, onde se mantém o mesmo peso entre as ações da resistência e do regime ditatorial. Descreve-se a seguir, os principais acontecimentos, relacionadas a CNV, citados nos jornais entre os anos de 2011 e 2018.

No ano de 2011, dá-se ênfase na negociação entre o governo e a oposição para aprovação da lei da Comissão Nacional da Verdade, apesar da polêmica envolvida no assunto desde o ano de 2010, com a redação do Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), o ano de 2011, não se caracteriza de embate direto entre as pastas dos Direitos Humanos, Justiça e da Defesa.

Em outra vertente, é também objeto das matérias dos jornais, a pressão de entidades nacionais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e organizações de parentes e vítimas da ditadura, visando uma resposta do Estado brasileiro relacionada à condenação da Corte Interamericana de Direitos Humanos que determinou a investigação de crimes na ditadura.

Apesar de ainda não instalada, ocorreu uma grande divulgação de como seria o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade e se inicia a criação de outras comissões que se formaram visando auxiliar e/ou ampliar o trabalho da CNV.

No ano de 2012, iniciam-se as atividades da Comissão Nacional da Verdade, após escolha e aprovação do corpo de membros pela presidente Dilma Rousseff, a CNV é instaurada no dia 16 de maio.

A comissão, em seu primeiro ano, segundo o então coordenador Cláudio Fonteles, realizou 11 audiências públicas em nove estados, para ouvir o depoimento de pessoas que foram perseguidas pela ditadura, dos advogados de presos políticos e dos agentes que estavam a serviço da ditadura. Retificou o atestado de óbito do jornalista Vladimir Herzog. Entregou os documentos sobre o desaparecimento do

deputado Rubens Paiva e sobre a participação de militares no atentado do Riocentro, em 1981. Devolveu simbolicamente os mandatos dos deputados cassados durante a ditadura.

Os jornais deram ênfase, na maioria de suas matérias desse ano, no desenvolvimento do trabalho da comissão e nas polêmicas envolvendo a Lei de Anistia e a resistência dos militares ao trabalho da CNV.

O ano de 2013 caracterizou-se como um ano de crise interna na CNV, de cobranças por prazos e divulgação do trabalho da Comissão. As matérias analisadas priorizaram a identificação de ações políticas motivadas pelo trabalho da CNV, assim como, sobre o momento turbulento que gerou a crise da comissão com familiares das vítimas da ditadura. Contudo, houve um grande número de notícias mencionando a polêmica da Lei de Anistia e o trabalho de outras Comissões da Verdade, em especial, da Comissão da Assembleia Legislativa de São Paulo. Outro fato importante noticiado, nesse ano, foi à prorrogação do prazo para a conclusão do trabalho da CNV.

Em 2014, ano de entrega do documento final da CNV e de maior produção de matérias no jornal Folha de São Paulo destacou-se, principalmente, o que seria descrito no relatório final, muitas notícias relatavam algum fato que estaria detalhado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Chama a atenção, nesse ano, a crítica de Cláudio Fonteles, na qual o ex-membro da CNV, expressa a importância da participação da sociedade no processo de memória. Para Fonteles (2014) o documento final da CNV já foi entregue em processo de esquecimento. "Temo que a coisa se dissolva rapidamente, como está acontecendo. A comissão não repercutiu como deveria. Não houve envolvimento da sociedade".

Os anos entre 2015 e 2017 configuram-se como um período com baixa produção de artigos sobre a Comissão Nacional da Verdade. Contudo, no ano de 2017, destaca-se a repercussão da postagem no *Twitter* do então chefe do Exército, general Eduardo Villas Boas, em abril desse ano, na qual o general ameaça indiretamente o Supremo Tribunal Federal, caso o tribunal aceite o pedido de *Habeas Corpus* do então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva.

O ano de 2018, ano polarizado devido à eleição presidencial, constata-se um retorno ao aumento da produção de matérias sobre a Comissão Nacional da Verdade no jornal Folha de São Paulo e Estado de São Paulo. Esse fato ocorre, entre outros motivos, devido à quantidade de críticas do então candidato à presidência Jair

Bolsonaro, que se manifestava contrário à Comissão desde o ano de 2010, quando foi indicada a criação de uma comissão da verdade no Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Lei nº. 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Memórias Reveladas. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SDH, 2010.

DALLARI, P. Verdade, memória e reconciliação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 dez. 2014.

FREEMAN, M. **Truth Commissions and Procedural Fairness**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LIFSCHITZ, J. A. Os agenciamentos da memória política na América Latina, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.29, n.85, jun.2014.

TEITEL, R. **Transitional Justice**. Oxford University Press, Oxford, 2000.  
\_\_\_\_\_. Transitional justice genealogy. **Harvard Human Rights Journal**, v.16, p.69-94, 2003.

TELES, E. O trabalho de Sísifo da Comissão Nacional da Verdade. **Le Monde Diplomatique Brasil**, set. 2013.



## **A BIBLIOTECA PROIBIDA: CENSURA A LIVROS EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS DURANTE O REGIME MILITAR (1964-1985)**

Paula Ribeiro Igreja\*  
Joaci Pereira Furtado\*\*

**Resumo:** O presente trabalho aborda as proibições aos livros ao longo da ditadura militar (1964-1985). Diante da proposição de que os livros são considerados adversários dos regimes autoritários e, por isso, a recorrência de sua proibição, têm-se como objetivo identificar o conteúdo das proibições aos livros consideradas um risco pelo regime militar brasileiro. Para alcançar tal objetivo foi traçada uma revisão de literatura acerca da censura bibliográfica e sua atuação na República Velha (1889-1930), no Estado Novo (1937-1945) e no regime militar (1964-1985). Seguida pela elaboração de um levantamento de dados a partir das relações de livros proibidos enviadas pelo Ministério da Justiça enviadas às ASIs universitárias. O Levantamento dos livros proibidos pelo Ministério da Justiça possibilitou a análise do conteúdo interditado, resultando em oito gráficos que descrevem o conteúdo das proibições. Os resultados indicam o caráter moralista das ações censórias. Além disso, é possível mencionar editoras que sofreram maior número de interdições do que as demais; a maioria das proibições em Língua Portuguesa; a grande representatividade do ano de 1968, dado ao grande número de publicações desse ano e dos anos subsequentes.

**Palavras-Chave:** Censura. Ditadura militar. Censura bibliográfica. Memória.

**Abstract:** This present study deals with book's prohibitions during military dictatorship (1964-1985). In the face of the thesis that books are considered authoritarian systems' adversaries and, because of that, their prohibition is recurrent, this study's goal is to identify book's contents regarded as a risk to Brazilian's military system. To achieve our goal was developed a bibliographic review about book censorship and its activity during República Velha (1889-1930), Estado Novo (1937-1945) and military dictatorship (1964-1985). Followed by the drafting of a data survey developed from Ministry of Justice's forbidden books list. The data survey, named Levantamento dos livros proibidos pelo Ministério da Justiça, enabled the forbidden books content's analysis, that resulted in eight graphics that describe the book's content. These results show the moralistic nature of censorship's activity. In addition, we can highlight publishers more affected by the censorship; most of books in

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (FGV CPDOC) Graduada em Biblioteconomia e Documentação. Membro do conselho editorial da Revista Mosaico.

\*\* Doutor e Mestre em História Social. Docente do Departamento de Ciência da Informação do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense.



Portuguese; 1968 year's representativity, since there's a large number of books published on 1968 and the following years.

**Keywords:** Censorship. Military dictatorship. Book censorship. Memory..

## **1. Introdução**

O Brasil viveu sob uma ditadura militar de 1964 e 1985 cujos reflexos reverberam até os dias atuais. O regime decorreu de um golpe de Estado apoiado por segmentos sociais extremamente conservadores em um país polarizado cujas contradições, em 1964, chegaram ao extremo na disputa em torno das reformas de base do então presidente João Goulart, tidas como um “convite ao comunismo”.

O regime ditatorial foi marcado pela violência física e intelectual, como afirma Silva: “a relação entre a nova ordem, imposta a partir de 64, e os intelectuais foram marcadas por tensões e conflitos [...]” (SILVA, 2010, p. 17). Nessa tensão, a censura foi um dos instrumentos de legitimação do autoritarismo civil-militar da ordem que vigorou de 1964 a 1985.

O cerceamento de ideias e discursos é uma prática recorrente em regimes ditatoriais. Reduzir a propagação de ideias contrárias e os movimentos de resistência são métodos de legitimação e manutenção do poder. O filósofo francês Michel Foucault, ao discorrer sobre o controle discursivo, afirma:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada, e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1998, p. 8-9)

A censura bibliográfica é prática recorrente nos governos autoritários brasileiros. O poder discursivo do impresso é afirmado nessas proibições, visto que elas são uma forma de reconhecimento do potencial de disseminar ideias representado pelos livros. A censura a eles reflete a ameaça que impõem aos ideais autoritários.

[...] nos leva a pensar no papel social e cultural que os livros, as editoras que os publicam e os livreiros que os vendem podem desempenhar – e efetivamente desempenham – nos embates políticos e ideológicos que se travam em certos momentos e condições históricas específicas, quando assumem certo protagonismo. (REIMÃO; MAUÉS; NERY, 2016, p. 167)

Diante dessa perspectiva, este trabalho tem como objeto de estudo o conteúdo das proibições aos livros enviadas às ASIs universitárias, ou seja, busca responder à pergunta: o que era ameaçador, para o regime militar brasileiro, que deveria estar fora do alcance da população universitária em termos de livros?

Para responder a tal questão empreendemos uma revisão bibliográfica sobre a censura a livros nos regimes de interdição da liberdade de expressão, com ênfase na ditadura militar. Somada à revisão de literatura, foi realizada pesquisa documental que resultou em um levantamento de dados sobre as interdições impostas pelo Ministério da Justiça durante o regime de exceção que vigorou no Brasil de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985. O desenvolvimento desse levantamento apoiado pela literatura possibilitou a análise e as reflexões acerca de tais proibições.

Os resultados obtidos compõem o trabalho de conclusão de curso, de mesmo título, apresentado em 2019 na Universidade Federal Fluminense, apontam para autores, anos de publicação, editoras e, especialmente, conteúdos que possam ter sido considerados mais ameaçadores ao regime militar brasileiro. Assim, o presente artigo pretende destacar os resultados obtidos acerca dos anos publicação dos itens proibidos e a temática que poderia ter provocado o status de “proibido” para um livro.

## **2. Caminhos de uma pergunta: aspectos metodológicos**

A primeira fase dessa pesquisa usou a pesquisa documental para construção do Levantamento dos livros proibidos pelo Ministério da Justiça<sup>49</sup> a partir de uma listagem de itens enviados as Assessorias de Segurança e Informação<sup>50</sup>, os livros foram classificados no documento como “pornográficos” ou “subversivos”.

Os 206 itens mencionados nos documentos do Ministério da Justiça foram lançados em uma planilha do *Excel*. A planilha foi dividida nas seguintes colunas: título, autor,

---

<sup>49</sup> O levantamento completo e os demais resultados podem ser consultados em IGREJA (2019).

<sup>50</sup> O meio acadêmico era apontado como uma grande porta de entrada para o “inimigo esquerdista”. Nesse contexto de vigilância, houve o estímulo para a criação das Assessorias de Segurança da Informação (ASI) ou Assessorias Especiais de Segurança da Informação (AESI) universitárias. Tais assessorias foram sendo criadas na década de 1970 em todas as universidades federais, e em algumas estaduais, além de órgãos subordinados ao MEC, como o CNPq e a CAPES. As funções das Assessorias de Informação estavam ligadas, majoritariamente, à vigilância nos campi.

<sup>51</sup> Os livros listados são provenientes de documentos enviados à ASI/UFA; ASI/UFPA; ASI/FUM; ASI/UFPI; ASI/UFAC; ASI/UFMG; ASI/UFJF; ASI/UFRRGS; ASI/UFSC; ASI/UFPR; ASI/FUEL, de 19 de fevereiro de 1976; ASI/UnB, de 22 de abril de 1976; JSN/DESIPE, datado de primeiro de abril de 1976; e Departamento de Polícia Federal/Centro de Informações (anexo a um conjunto documental enviado ao Departamento de Polícia Federal de Foz do Iguaçu em 1970).

nacionalidade, idioma, localizado, editora, data, descrição física, edição, motivo da censura e resumo.

O Levantamento dos livros proibidos pelo Ministério da Justiça foi desenvolvido a partir da listagem dos 206 itens considerados proibidos e sua descrição bibliográfica. Sendo assim, o levantamento das informações foi feito nos catálogos World Cat Catalog, Library of Congress, Rede Pergamum, Biblioteca Nacional, Dedalus e Biblioteca Pública Rubén Martínez Villena. Além desses catálogos, foram consultados o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), Divisão de Censura de Diversões Públicas: Listagem da Seção Censura Prévia – Série Publicações, e a *Lista de livros proibidos pelo Ministério da Justiça (1964- 1979)*. As duas últimas fontes mencionadas localizadas em *Onde estão os livros censurados?: ainda os efeitos de 64 nas coleções de biblioteca*, dissertação de mestrado de Kelly Pereira de Lima defendida em 2016 junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

Os aspectos identificados através das descrições bibliográficas possibilitaram análises acerca das características que fazem parte dos livros. Contudo, para compreender as razões de sua proibição foram pesquisados resumos que pudessem auxiliar na compreensão de sua temática e sua classificação como “pornográfico” ou “subversivo”.

Os resultados apresentados nesse artigo serão dos gráficos Ano de publicação dos livros censurados e Motivo da censura.

A segunda fase deste artigo é definida como uma pesquisa exploratória. Seu objetivo é oferecer uma revisão bibliográfica sobre a censura aos livros ao longo da ditadura militar brasileira.

Dessa forma, a estrutura do artigo é dividida em: introdução, seção cujo objetivo é apresentar o tema e objetivo do artigo; seguido pela presente seção, cuja finalidade é delimitar os procedimentos metodológicos aplicados; a terceira seção oferece uma revisão bibliográfica acerca da censura bibliográfica, especialmente, no regime militar; a quarta seção traz os resultados e discussões; a última seção expõe as conclusões e considerações finais diante do trabalho.

### **3. A Maldição das ditaduras: censura, uma biografia**

Em *Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros*, Vergueiro faz importantes considerações sobre restrições a livros e outros

itens bibliográficos. Numa delas, o autor diz que censura é “um esforço por parte de um governo, organização, grupo ou indivíduo de evitar que considerando como perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade pública” (BOAZ, c1970, apud VERGUEIRO, 1987, p. 22). Em outra consideração, citando Busha, Vergueiro diz que censura é também:

[...] a política de restringir ao público a expressão de ideias, opiniões, concepções e impulsos que tenham ou se acredita possam ter a capacidade de solapar a autoridade governamental ou a ordem social e moral que esta autoridade considera-se na obrigação de proteger. (BUSHA, 1972, apud VERGUEIRO, 1987, p. 22)

De modo geral, pois, para os fins do presente trabalho, é possível compreender a censura aos materiais bibliográficos como a restrição ou a proibição ao acesso a determinados recursos bibliográficos incompatíveis com ideais políticos e morais do período em questão.

A censura é apontada como um contraponto da liberdade intelectual por Vergueiro (1987). O 19º artigo da *Declaração universal dos direitos humanos* versa sobre a liberdade intelectual, garantindo que

[...] todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão. (ONU, 1948, não paginado)

A censura aos materiais bibliográficos confere a supressão da liberdade intelectual e do exercício da democracia. Reimão afirma que “a força dos livros enquanto veículo de difusão de ideias é reconhecida e temida pelos regimes autoritários; é deste temor que nascem as atividades censórias contra livros” (REIMÃO, 2016, p. 9).

Diante de tais definições, a censura bibliográfica pode ser considerada instrumento recorrente da história brasileira, é possível destacar sua presença em períodos como a Primeira República (1889-1930), Estado Novo (1937-1945) e ditadura civil-militar (1964-1985). Para fins do presente trabalho, somente será abordado o terceiro período mencionado.

### 3.1 A censura bibliográfica no regime militar (1964-1985)

O aparelho censório desenvolvido a fim de homogeneizar a produção e o consumo culturais foi produto do desejo de manutenção do poder vigente, justificado através do risco à segurança nacional.

O golpe militar de 1964 fez com que a segurança nacional passasse a ter prioridade nas decisões oficiais. Por isso, os processos censórios ficaram ainda mais rígidos, colaborando com as ações que garantiam e legitimavam o poder e a autoridade absoluta do Estado. (LEITÃO, 2011, p. 161)

O governo de Ernesto Geisel (1974-1979) é descrito por Silva (2010) como um dos períodos de acentuação dos embates entre cultura e censura. Tal afirmação é comprovada por ter sido o marco do maior censor brasileiro, o ministro da Justiça Armando Falcão. Falcão é o responsável pela proibição de mais de 500 livros e autor das listas que são objeto de estudo do presente trabalho.

O governo Geisel constitui-se em um período exemplar para os estudos aqui apresentados, e seu ministro da Justiça passou à história como o maior censor do Brasil em todos os tempos: mais de 500 livros, além de centenas – e às vezes milhares – de filmes, peças de teatro, músicas, cartazes, jingles e diversas outras produções, entendidas como artísticas e culturais, censuradas entre 1974 e 1978. (SILVA, 2010, p. 18)

Os livros poderiam ser censurados por possuir conteúdo que ferisse a moral e os bons costumes ou por abordar relações sexuais e pornografia, ou ainda por seu conteúdo político, isto é, “subversivo”, contrário ao regime, como a ideologia comunista, marxista ou socialista, e por estimular a resistência ao regime. A censura podia ir além, proibindo livros

[...] por falarem do comunismo (mesmo que fosse contra), porque o autor era *persona non grata* do regime, por serem traduções do russo, ou simplesmente porque tinham capas vermelhas. (HALLEWELL, 2012, p. 483)

Os ideais de defesa dos bons costumes configuravam os temas sexuais e eróticos como um atentado aos valores defendidos. Somada a isso, a sexualidade era constatada como parte do “projeto comunista”:

Não nos esqueçamos que parte dos militares via a sexualidade como podendo ser utilizada como ferramenta do “expansionismo comunista”. Exemplos dessa postura foram coletados por Paolo Marconi em *A Censura Política na Imprensa Brasileira*, citemos um:

“O sexo é um instrumento usado pelos psicopolíticos para perverter e alienar a personalidade dos indivíduos [...] Daí partem para o descrédito das famílias, dos governos, e passam à degradação da nação, bem como intensificam a divulgação da literatura erótica e da promiscuidade sexual”, palavras do tenente-coronel Carlos de Oliveira. (REIMÃO, 2011, p. 41)

Para os responsáveis pela censura, a alienação da “moral” era o início dos planos comunistas que levariam o cidadão à subversão:

Uma das tópicas dessa narrativa desenvolvia a tese de que a “crise moral” era fomentada pelo “movimento comunista internacional” com o propósito de abalar os fundamentos da família, desencaminhar os jovens e disseminar maus hábitos — sendo, dessa maneira, a ante-sala da subversão. (FICO, 2002, p. 260)

Os primeiros anos do regime excluem os materiais bibliográficos da censura prévia. Apesar disso, o período foi marcado por uma atuação não sistematizada, como aponta Reimão:

Na realidade, entre 1964 e 1968, entre o golpe militar de 1964 e a decretação do AI-5, a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada pela ausência de critérios mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física. (REIMÃO, 2011, p. 10-11)

A falta de uma legislação que abrangesse as publicações promoveu uma atuação difusa e violenta, uma vez que não havia diretrizes do que seria proibido. As ações apreenderam o que ia de encontro aos ideais governistas.

As ações confiscatórias ocorriam de forma primária, improvisada, efetuadas por pessoas mal treinadas para este tipo de operação, e eram justificadas através da necessidade de garantir a Segurança Nacional e a ordem moral. Objetivava confiscar todo material considerado *subversivo*, contra o Regime, ou *pornográfico*, contra a família e os costumes. (STEPHANOU, 2001, p. 215 apud REIMÃO, 2011, p. 11)

A censura prévia aos livros, é instituída através do Decreto-Lei 1.077 de 26 de janeiro de 1970. O decreto alude a um plano de dominação subversiva dos meios de comunicação que fere a moral e os bons costumes e oferece um risco à Segurança Nacional. Diante disso, fixa:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares. (BRASIL, 1970, não paginado)

O número de publicações anuais tornava inviável que todos os livros fossem submetidos à censura prévia. Todavia, em relação aos livros, as atividades censórias foram incitadas, principalmente, através das denúncias. O leitor que julgava a publicação inadequada aos valores nacionais denunciava a obra ao Ministério da Justiça, que o

analisaria e emitiria seu parecer, decretando ou não a apreensão do material. O procedimento de denúncias foi descrito na edição número 432 da revista *Veja* de 29 de dezembro de 1976:

Alguém que tenha lido um livro, autoridade ou não, e o considere atentatório à moral ou mesmo subversivo, faz uma denúncia ao Ministério. Instala-se, então, um processo no qual é dada a um assessor do ministro da Justiça a tarefa de ler a publicação e emitir parecer. Com base neste, o ministro decreta ou não a apreensão. (...) A tarefa passa a seguir para a Polícia Federal que deve providenciar o recolhimento dos exemplares à venda. (1976, p. 82 apud REIMÃO, 2005, não paginado)

Entre as denúncias enviadas por meio de cartas, acerca das produções culturais, Carlos Fico aponta, em *Prezada censura*:

Entre 1968 e 1985 a DCDP recebeu — ou foram encaminhadas a ela — pouco mais de 200 cartas, em maior número entre os anos de 1976 e 1980. Várias, sobre o tema da censura, eram encaminhadas ao presidente da República ou ao ministro da Justiça, mas suas assessorias as direcionavam ao diretor da DCDP. (FICO, 2002, p. 268-269)

As denúncias enviadas ecoavam o discurso totalitário, suas diretrizes políticas e morais:

Esta retórica moralista, como se vê, repetia tópicos consagradas, como a condenação do obscuro, mas naturalmente incorporava as características do momento e mesclava-se ao discurso político do regime militar, como no caso da conexão entre crise moral e subversão. (FICO, 2002, p. 271)

Muitas editoras enviavam seus livros para censura prévia, pois temiam a apreensão após a publicação, o que seria, em termos comerciais, mais prejudicial. Entretanto, o envio das obras seria como reconhecer que as mesmas não estavam dentro dos padrões morais esperados:

“Bons costumes” é uma expressão sujeita a interpretação muito ampla, que proporcionou base legal para diversas proibições discutíveis. [...] As editoras que acreditassem que seus livros tratavam de assuntos inteiramente fora das áreas suscetíveis de sanção poderiam publicá-los sem autorização, correndo, porém, o risco de severas penas por qualquer erro de julgamento. Por sua vez, submeter um livro duvidoso à aprovação, além de praticamente equivaler a uma admissão de culpa, poderia implicar a retenção da publicação por meses enquanto a burocracia estudava uma decisão [...]. (HALLEWELL, 2012, p. 645-646)

O início do regime sinalizava um momento de perseguição às editoras:

Embora espaços do universo dos livros, editoras, livrarias, fossem alvos de vandalismo de direita, não houve nos primeiros anos após o golpe militar de

1964 a estruturação de um sistema único de censura a livros. (REIMÃO, 2011, p. 16)

A atuação nos “espaços do universo dos livros”, como denomina Reimão, não foi intensa somente nos primeiros anos de ditadura militar, mas durante todo o regime.

O relatório *Brasil: nunca mais*, projeto que tinha como um dos objetivos a preservação dos processos judiciais movidos durante a ditadura militar contra seus opositores, ao tratar dos acusados de subversão sublinha a censura a livros:

O leque de atividades enquadradas aqui foi bastante amplo: aulas, atividades artísticas, publicações, **edição de livros**, panfletagens e pichamentos de paredes. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 129, grifo nosso)

A fim de identificar as ações contra editoras e seus editores, é notável o caso de Ênio Silveira e a *Civilização Brasileira*:

Um dos casos mais conhecidos de repressão a livros é o do editor e dono da Editora *Civilização Brasileira* (ECB), Ênio Silveira. Preso sete vezes durante a ditadura, Silveira viu sua editora sofrer com diversas apreensões de livros, em gráficas ou livrarias, e com a pressão para que os livreiros não comprassem mais livros da ECB. (CASTRO, 2017, p. 77)

A *Civilização Brasileira* foi classificada como uma editora de oposição, cuja trajetória pode ser resumida assim:

A *Revista Civilização Brasileira* (RCB) foi uma publicação bimestral, reuniu 22 números e três cadernos especiais no período de sua existência, de 1965 a 1968, totalizando vinte revistas, uma vez que alguns números foram publicados em um único volume. Mais tarde, em 1978, retornou com outro nome, *Encontros com a Civilização Brasileira*, e permaneceu até 1982. (LEMOS, 2016, p. 91 -92)

Acerca do termo “editora de oposição”, Flamarion Maués assim o define:

As editoras que tinham perfil nitidamente político e ideológico de oposição ao governo civil-militar, com reflexos diretos em sua linha editorial e nos títulos publicados – ou seja, uniam ação editorial e engajamento político –, são as que chamo de editoras de oposição, cuja definição se dá, de um lado, por razões de fundo político-ideológico, e de outro, por sua atuação editorial efetiva de oposição no período estudado. (MAUÉS, 2013, p. 27)

A perseguição à editora foi tamanha que “muitos policiais se contentavam com qualquer coisa que tivesse a marca da *Civilização Brasileira*”. (HALLEWELL, 2012, p. 633). Ênio Silveira relata no livro *Editando o editor* que

Ao todo eles apreenderam mais de trinta títulos nossos, só isso já basta para dar uma dimensão terrível em termos empresariais. Eles invadiam nosso depósito, iam às livrarias, recolhiam livros e sumiam com eles. Movi uma ação contra o governo (...) foi um período terrível. Nós éramos atacados de todas as maneiras possíveis e imagináveis, cerceados: intimidação a livreiros e gráficos, apreensão de livros. (FERREIRA, 2003, p. 71 apud REIMÃO, 2011, p. 13)

A falta de coesão na censura bibliográfica é destacada também quando se refere às editoras de oposição. A falta de uma política e de critérios delimitados de proibição permitiu que ao mesmo tempo que obras eram interditas por sua autoria ou pela ideia de abordarem temas contrários ao do governo outras de editoras notoriamente de oposição se tornassem *best-sellers*, como aponta Flamarion Maués:

Muitos livros de oposição lançados pelas editoras de oposição tiveram sucesso comercial no período estudado, tornando-se *best-sellers*, aparecendo nas listas dos livros mais vendidos publicadas pela imprensa, influenciando o debate político e divulgando questões relativas ao período ditatorial que chegava ao fim nos primeiros anos da década de 1980. (MAUÉS, 2013, p. 234)

Maués aborda também, em *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*, o caso das editoras Ciências Humanas, Kairós e Brasil Debates. Em sua conclusão o autor destaca que as três editoras, apesar de serem de oposição, não enfrentaram censura ou recolhimento de edições.

O caso da Civilização Brasileira demonstra mais um modo de atuação arbitrário, categorizado como perseguição por parte dos militares. Contudo, demonstra também o quanto a propagação de ideias através dos livros foi reconhecida e temida nesse regime autoritário.

O aprimoramento da atividade censória, isto é, o desenvolvimento de sua burocratização, é parte da prática de dominação através da anulação dos discursos antagônicos e da legitimação do que é amparado pelo regime autoritário. A eliminação ou ao menos restrição aos opositores impõe as ações e ideias do Estado, as quais tornam-se livres de questionamentos.

O aparato governamental, absoluto e autoritário, fazia uso de mecanismos de controle e repressão e de propaganda política, controlando os meios de comunicação no país, utilizando-os para produzir informação que auxiliava o governo a manter a desinformação da população e a oposição afastada. A produção artístico-cultural também foi alvo desse controle. A censura burocratizada revestia-se de um caráter generalizador ao atribuir à censura política um caráter íntimo, moral e proclamar-se como a guardiã da segurança nacional e da ordem moral e política no Brasil, procurando assegurar a imagem de um estado forte e integrado. (NAPOLITANO; LUVIZOTTO; GONZALES, 2014, p. 260)

A censura brasileira é constante, mas não é linear, isto é, a história do país é atravessada pelo controle cultural em momentos distintos e por meio de atuações distintas. Desse modo, para alcançar a compreensão da censura ao longo da ditadura militar brasileira foi preciso uma revisão de literatura sobre a censura em outros períodos de exceção.

O livro, enquanto objeto, tem seu significado e seu objetivo alcançados ao ser lido, ou seja,

Trata-se também de considerar o sentido dos textos como o resultado de uma negociação ou transações entre a invenção literária e os discursos ou práticas do mundo social que buscam, ao mesmo tempo, os materiais e matrizes da criação estética e as condições de sua possível compreensão. (CHARTIER, 2000, p. 197)

Nesse sentido, as proibições e as práticas de proteção dos livros os afastam dos leitores, impondo a exclusão do pluralismo discursivo. Assim, as proibições são ações preventivas para contenção do poder social que o livro exerce.

O poder que os livros possuem, a força das ideias impressas, por sua capacidade de difusão, é que dá aos impressos – e em especial aos livros – seu significado cultural e político insubstituível na história; e àqueles que os produzem, um papel particular no processo de criação intelectual. (REIMÃO, 2016, p. 11)

Este trabalho se propõe a investigar e refletir sobre as ações proibitórias da censura a livros em acervos universitários ao longo do regime militar brasileiro. Diante do impacto social dos livros na sociedade e de suas interdições, entende-se que o aparelho censório atue de diversas maneiras para conter a difusão de pensamentos concorrentes, como veremos no objeto desta pesquisa: as listas de livros censurados pelo regime junto às universidades. Entre essas formas de atuação, é possível afirmar que, durante a ditadura militar, a postura censória é fluida, isto é, passa por momentos de recrudescimento e outros em que é mais branda. Além disso, nota-se o esforço de conter as ideias antes, durante e após a veiculação dos conteúdos. Ademais, a motivação da censura promoveu uma atuação inconstante e subjetiva.

No que tange aos livros, é possível entender que as ideias são reprimidas antes, quando é praticada a autocensura; durante, quando há a submissão dos títulos a censura prévia, e depois, quando um título já lançado é proibido. Com o intuito de estudar as proibições e suas motivações e amparado do histórico de censura aos materiais bibliográficos no contexto nacional, o próximo capítulo planeja, através de um estudo

qualitativo e quantitativo, averiguar as proibições enviadas pelo Ministério da Justiça às universidades brasileiras. Por meio da construção de um levantamento dos livros proibidos, de suas características físicas e bibliográficas, traçaremos um perfil do teor das proibições expedidas pelo referido ministério.

#### 4. Livros proibidos pelo Sr. Ministro da Justiça

O ministro da Justiça do governo Geisel (1974-1979), o advogado cearense Armando Falcão (1919-2010), foi o maior censor brasileiro, como afirma Silva (2010). As interdições realizadas pelo ministro, que se ocupou inclusive de proibir livros, foram feitas por meio de portarias e resultaram em listas de obras.

O título deste capítulo foi retirado do “assunto” do Encaminhamento nº 010/10355/75/SICI/1/DSI/MEC/76, despacho do Ministério da Educação e Cultura, por sua vez reproduzindo determinação do Ministério da Justiça. O documento, enviado às Assessorias de Informação, contém listagem de 206 livros considerados subversivos ou pornográficos. Acerca dos resultados obtidos através da elaboração do levantamento pretende-se destacar os seguintes gráficos: Ano de publicação dos livros censurados e Motivo da censura.

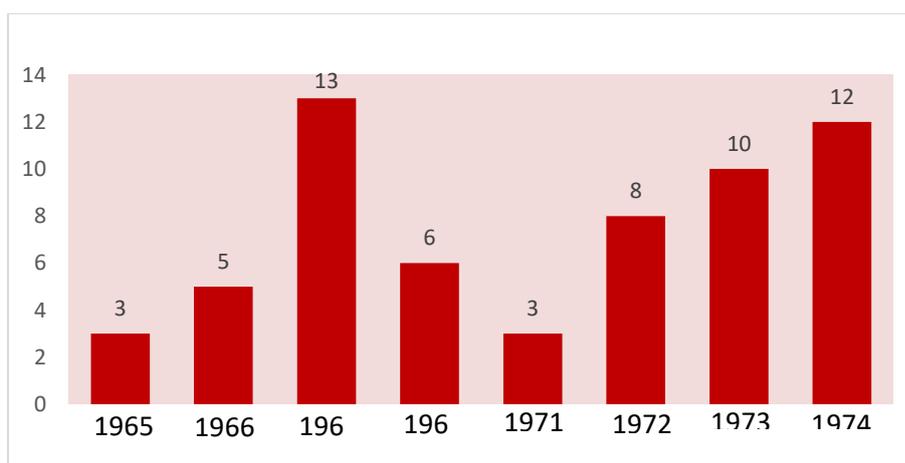


Gráfico 1 – Ano da publicação dos livros censurados. (A autora).

O ano de 1968 foi atravessado por um fenômeno global que teve seu reflexo na cultura. Os movimentos sociais foram inspiração e formas de expressão dos objetos culturais. Prova disso é o recrudescimento do regime e sua atuação censória:

O regime respondeu, em dezembro de 68, com o endurecimento. Se em 64 fora possível a direita “preservar” a produção cultural, pois bastara liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa, em 68, quando o estudante e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constitui massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores – noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento. (SCHWARZ, 2008, p. 72-73)

No Brasil, acredita-se que 1968 tenha sido um marco da tomada cultural, que Zuenir Ventura denomina como o “fim da inocência”.

Quando os militares deram o golpe em abril de 64, abortaram uma geração cheia de promessas e esperanças. A esquerda, como acreditava Luis Carlos Prestes então, não estava no governo, mas já estava no poder. As reformas de base de João Goulart iriam expulsar o subdesenvolvimento e a cultura popular iria conscientizar o povo [...] onipotente, generosa, megalômana, a cultura pré-64 alimentou a ilusão de que tudo dependia mais ou menos de sua ação: ela não só conscientizaria o povo como transformaria a sociedade, ajudando a acabar com as injustiças sociais. Essa ilusão acabou em 64; a inocência em 68. (VENTURA, 1988, p. 44)

Diante da importância de 1968 para a cultura, é possível entender que a maioria das publicações proibidas datem desse ano: foi um momento travado pela luta dos movimentos sociais e culturais.

Os anos que seguem a liderança de ocorrências, 1973 e 1974, fazem parte do período chamado “anos de chumbo”. Sendo assim, é possível destacar que o estímulo de 1968, seguido de um período de censura rígida, sejam fatores atenuantes para publicação de livros de temáticas e abordagens contrárias às diretrizes do regime.

A Censura não atuou de maneira uniforme durante os 21 anos da ditadura. Houve períodos de maior e de menor intensidade. Ela seguiu o mesmo padrão de outros indicadores do grau de autoritarismo das diversas administrações: foi atuante no período imediatamente seguinte ao golpe de 1964; posteriormente, houve flutuações, observando-se ondas que, possivelmente, indicam períodos de maior influência no governo militar, de grupos e pessoas com vocação autoritária. A expansão mais acelerada da ação da Censura teve lugar durante o período mais negro por que o País passou: desde o AI-5, em dezembro de 1968, no governo Costa e Silva, até o fim do governo Garrastazu Médici. Do início da distensão, durante o governo Geisel, até 1976, somente foram controlados alguns aspectos mais gritantes da censura; a partir de 1976, data em que se afirma, o governo Geisel controlou a linha dura, houve uma clara diminuição de suas atividades sem que, não obstante, os seus instrumentos fossem eliminados: o ditador não abriu mão deste instrumento ditatorial. Foi

somente no *final* do governo Geisel e início do governo Figueiredo que a liberdade de imprensa foi restaurada no Brasil. (SOARES, 1989, p. 21-22)

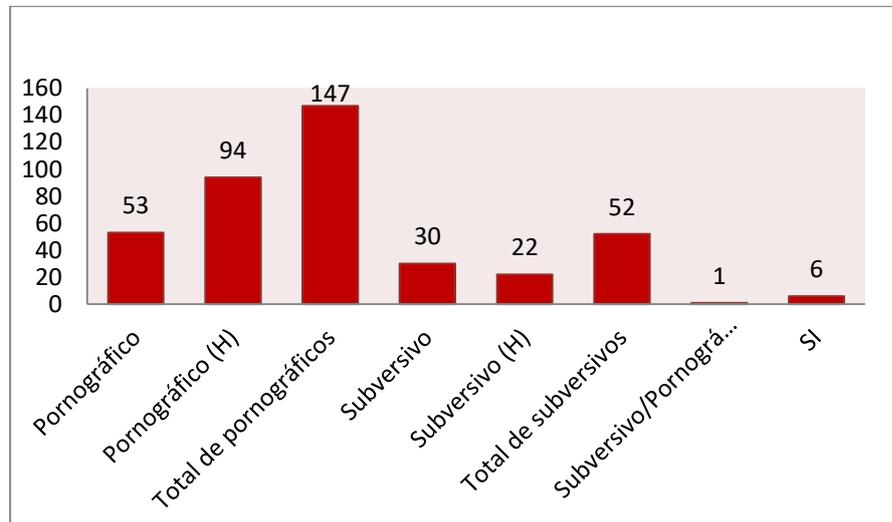


Gráfico 2 – Motivo da censura. (A autora).

O segundo gráfico é fundamental para os propósitos deste trabalho. É o responsável por identificar o motivo da proibição. Os motivos das listagens enviadas pelo Ministério da Justiça afirmam que as obras foram proibidas por sua “natureza subversiva ou pornográfica”. Sendo assim, esses resultados buscam a identificação quantitativa dos títulos considerados subversivos ou pornográficos.

Os livros considerados pornográficos, ou seja, aqueles que somam as hipóteses (isto é, obras que supomos ser de conteúdo erótico, embora o órgão repressor não explicitasse essa classificação) e os títulos confirmados através de resumos, reúnem a maioria dos livros proibidos. Assim, destaca-se a atenção dada nas listagens de proibição aos temas eróticos e pornográficos – ou seja, o controle da sexualidade – como uma característica da atuação do regime.

As preocupações de Armando Falcão não eram, no entanto, todas de natureza política. De fato, a literatura erótica parece ter sido visada com muito maior cuidado durante sua permanência no Ministério do que nas gestões de seu antecessor, ou de seu sucessor. (HALLEWELL, 2012, p. 657)

A temática dualista imposta nas listagens enviadas destaca a fragilidade e imprecisão do método de classificar as temáticas pelo Ministério da Justiça. Prova disso,

são os livros que se acredita que figurem tal listagem por possuir enredo que aborde a sexualidade, contudo, não são eróticos ou pornográficos. Assim como no caso dos livros subversivos, cuja expectativa era dos livros relacionados às correntes do comunismo e socialismo. Apesar de tal expectativa, fazem parte da listagem os livros que relatam a história brasileira, tortura e a falência do regime.

A questão da moral e sua presença na sociedade foram elementos da composição da censura, que via essas publicações como um atentado à moral. Entretanto, mais do que um atentado à moral e aos bons costumes, é importante lembrar que o sexo e suas representações através da arte, como a literatura erótica, eram considerados pelos militares parte de um plano de dominação comunista, portanto, um atentado à segurança nacional:

[...] o ataque, por meio de obras artísticas, à “moral e aos bons costumes” era, na verdade, parte de “um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional”. Desse modo, as leis de exceção sob as quais o país vivia naquele momento alargavam amplamente o entendimento do que poderia ser enquadrado, pelo poder ditatorial, como uma violação desses limites em relação a temas ligados aos costumes. A lógica da censura era: o que “atentava” contra a moral punha em risco também, em consequência, a “segurança nacional. (MAUÉS, 2016, p. 42-43)

A ideia de defesa da família através da moral e da imposição dos costumes considerados dignos podem ser relacionados à legitimação do Estado perante uma sociedade conservadora que vê o regime como um tutor, responsável pela defesa da camada tradicional e reacionária.

Portanto, entende-se que, além de instrumento de repressão, a censura de temas morais foi um dos mecanismos empregados pela ditadura militar na busca de legitimidade perante a sociedade (SETEMY, 2018, p. 175).

As práticas censórias do regime apontam para a centralidade da questão moral na prática censória. O posicionamento dos militares e dos conservadores indica um desejo de hegemonia na cultura e em suas representações, isto é, a ideia de imposição de um consenso através da coerção, da censura.

A aceitação social e o desejo de moralização por determinados setores da sociedade destacam uma sociedade tradicionalmente conservadora que apoia o golpe, tendo em vista que

O pano de fundo ideológico que conduziu as ações da ditadura, no terreno da moral foi o catolicismo, o conservadorismo e o medo do comunismo, que

povoava a mente da classe média brasileira e dos golpistas de 1964. (OTERO, 2003, p. 92)

A resistência cultural demonstra o conflito entre os anseios dessa sociedade conservadora e do curso natural de mudanças em função da revolução cultural vivida no resto do mundo. Nesse contexto, há a tentativa de manutenção do conservadorismo e a anulação da revolução cultural, coincidindo a necessidade de tais proibições com o aumento das publicações contrárias ao regime, recrudescendo a censura.

## **5. Considerações finais**

A força dos livros como instrumento de democratização e emancipação intelectual e social é reconhecida e atestada justamente quando eles são proibidos. O conto de Calvino é um dos tantos exemplos fictícios que demonstram tal afirmação. Contudo, muito além das obras de ficção é possível comprovar o medo que os livros causam às forças autoritárias na vida real. Os livros vêm sendo perseguidos por tal potencial desde o advento da invenção de Gutenberg e de forma recorrente pelos sistemas antidemocráticos.

A ditadura militar brasileira concluiu um período de vinte e um anos de autoritarismo, no qual a censura vigorou sobre a cultura que se mostrava contrária aos ideais autoritários e à sua moral, ou que buscava denunciar as práticas ditatoriais. A censura atingiu os diversos meios de cultura, como a música, o teatro, a televisão, o cinema e o objeto deste trabalho, os livros. A censura, durante o regime militar, alcançou níveis tão extremos que valeu ao ministro da Justiça do governo Geisel, Armando Falcão o título de maior censor brasileiro.

Nesse sentido, é possível compreender que a censura aos livros é uma medida protecionista dos poderes autoritários, favorecendo a manutenção do poder e a construção de uma imagem positiva, visto que as denúncias das práticas arbitrárias iriam atrair olhares negativos para o país. Tal perspectiva propõe o seguinte questionamento: “Que conteúdo oferecia esse risco ao regime militar brasileiro?”.

A história comprova que conhecer o passado é fundamental para as reflexões acerca dos acontecimentos presentes e das decisões que influenciarão o futuro. Assim, a ditadura militar, como uma ferida ainda recente na história brasileira e que deixa suas marcas abertas até os dias atuais, deve ter todos os seus aspectos estudados exaustivamente de

forma que o bordão “para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça” seja efetivo, isto é, é fundamental que os estudos sobre a ditadura permeiem todos os campos sociais de forma que tal memória não seja apagada ou alterada conforme interesses de grupos conservadores. Além disso, é importante reconhecer as ações autoritárias sofridas e seus resultados, para que a sociedade esteja atenta às ameaças à democracia, à liberdade intelectual e de expressão.

As interdições aos livros impostas pela ditadura militar brasileira demarcam o obstáculo que esses impressos causavam no projeto autoritário de hegemonização cultural daquilo que é culturalmente aceito e do que não “ameaça” a segurança nacional.

Os livros, caracterizados como inimigos dos regimes antidemocráticos, lutam contra as tentativas de imposição de uma cultura hegemônica. Nesse sentido, esses veículos de informação lutam contra o autoritarismo, ao passo que enfrentam as proibições e todo o aparelho de coíbe o pluralismo intelectual. E as forças autoritárias lutam contra a liberdade de pensamento através da censura, das proibições, da classificação do que é culturalmente aceito e valorizado pelo regime.

A memória de uma nação é o palco das disputas de enredos, do que é verdadeiro e do que será lembrado. Por isso, revisitar a história é uma ferramenta fundamental para que não haja grupos e memórias marginalizados indevidamente. A história da ditadura, apesar de recente, sofre com distorções e interpretações que alavancam grupos defensores dos responsáveis por atos abomináveis, levando até ao pedido do retorno da ditadura. Diante desse contexto, abordar e evidenciar a história da ditadura é imprescindível para coibir a emergência desses discursos.

A liberdade intelectual é um dos Direitos Universais da Pessoa Humana. A censura é, justamente, um ato contra esses direitos. Como uma garantia essencial desses direitos, ela deve ser combatida a todo custo.

Este trabalho buscou responder o que atentava contra as imposições do regime militar, mas, além disso, tem como diretriz a crença de que a liberdade é um direito inquestionável. Sendo assim, consideramos que as denúncias acerca da censura bibliográfica sejam primordiais para a memória do período e para as reflexões sobre as perspectivas do presente e do futuro para a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1985.
- BRASIL. Decreto nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. *Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil*. Constituição de 1967, Brasília, DF, 26 de janeiro de 1970. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm)>. Acesso em: 4 Abr 2019.
- CASTRO, Ana Caroline Silva de. *Apreensão de livros tidos como subversivos: o que os processos judiciais da Ditadura Militar revelam*. 2017. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.27.2017.tde-23052017-152147. Acesso em: 6 abr 2019.
- CHARTIER, Roger. Literatura e História. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 197-216, Dez 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2000000100197&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2000000100197&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 Abr 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X001001006>.
- FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, Dez 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2002000200251&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200251&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 Abr 2019.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998. 79 p.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2012. 1015 p.
- IGREJA, Paula Ribeiro da. 2019. *A biblioteca proibida: Censura a livros em universidades brasileiras durante o regime militar (1964-1985)*. 115 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) -Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2019.
- LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. *A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.27.2010.tde-18102010-164858. Acesso em: 6 abr 2019.
- LEMOS, Andréa. Revista Civilização Brasileira: resistência cultural à Ditadura In: \_\_\_\_\_. *Livros e subversão: seis estudos*. Cotia, SP: Ateliê: FAPESP, 2016. p. 91-118.

LIMA, Kelly Pereira de. *Onde estão os livros censurados?: ainda os efeitos de 64 nas coleções de biblioteca*. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

MAUÉS, Flamarion. Do erótico ao político: a trajetória da Global. In: *Livros e subversão: seis estudos*. Cotia, SP: Ateliê: FAPESP, 2016. p. 35-66.

MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 429 p.

NAPOLITANO, Carlo; LUZIVOTTO, Caroline Kraus; GONZALES, Lucilene dos Santos. Censura à liberdade de expressão e propaganda política: estratégias para legitimação do regime militar. In: NAPOLITANO, Carlo José; LUVIZOTTO, Caroline Kraus.; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira.; (Org.) *O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 249-261.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <[https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em: 18 Jan 2019.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. *Censura de Livros durante a ditadura militar: 1964-1978*. 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

REIMÃO, Sandra Lucia Amaral de Assis. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. 2015. Tese (Livre Docência em Comunicação e cultura) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.100.2015.tde-21082015-151559. Acesso em: 11 mar 2019.

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." - censura a livros na ditadura militar. *Estud. av.*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, abr. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 Jan 2019.

REIMÃO, Sandra. Fases do Ciclo Militar e censura a livros – Brasil, 1964-1978. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXVIII., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0771-1.pdf>>. Acesso em: 4 Abr 2019.

REIMÃO, Sandra. Introdução. In: *Livros e subversão: seis estudos*. Cotia, SP: Ateliê: FAPESP, 2016. p. 9-11.

REIMÃO, Sandra; MAUÉS, Flamarion; NERY, João Elias. "Quem muda o mundo são as pessoas" - A banca da cultura do Crusp. In: *Livros e subversão: seis estudos*. Cotia, SP: Ateliê: FAPESP, 2016. p. 147-167.

SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, Jan 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 3 Mai 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01903708>.

SILVA, Deonísio da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós 64*. 2. ed. Barueri, SP: Amarylus, 2010.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 21-43, jun. 1989. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/266022803\\_A\\_Censura\\_durante\\_o\\_regime\\_autoritario](https://www.researchgate.net/publication/266022803_A_Censura_durante_o_regime_autoritario)>. Acesso em: 22 Abr 2019.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou. A aventura de uma geração*. 17 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. *Ciência da Informação*. Brasília, v.16, n. 1, p. 21-26, jan/jun. 1987.